



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Núbia Vieira Cardoso

**O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do
Xingu na atualidade**

Rio de Janeiro

2023

Núbia Vieira Cardoso

O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Sampaio Machado

Coorientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C268 Cardoso, Núbia Vieira.
O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade / Núbia Veira Cardoso. – 2023.
141 f. : il.

Orientador: Mônica Sampaio Machado.
Coorientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia.

1. Geografia econômica – Teses. 2. Geopolítica - São Félix do Xingu (PA) - Teses. 3. Desmatamento – Amazônia (Brasil) - Teses. 4. Pecuária – Teses. 5. Fazenda de criação de gado – Teses. I. Machado, Mônica Sampaio. II. Oliveira Filho, João Pacheco de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU: 911.3

Bibliotecária Responsável: Priscila Freitas Araujo/ CRB-7: 7322

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Núbia Vieira Cardoso

O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 27 de outubro de 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Mônica Sampaio Machado
Instituto de Geografia - UERJ

Coorientador: Prof. Dr. João Pacheco Oliveira Filho
Museu Nacional - UFRJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Jurandir Santos de Novaes
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Dr. Hidenburgo Francisco Pires
Instituto de Geografia - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Lia Osório Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Alexis Toribio Dantas
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa contou com o apoio de muitos parceiros, desde a cidade do Rio de Janeiro até as cidades de São Félix do Xingu e Altamira no Pará. Agradeço aos orientadores, a professora Mônica Sampaio Machado do PPGeo-UERJ, e ao co-orientador professor João Pacheco de Oliveira Filho do Museu Nacional-UFRJ. À professora Mônica quem topou essa travessia desde o mestrado, quem também foi orientadora da graduação em Geografia. Agradeço pela paciência e pela importante contribuição na minha trajetória profissional.

Ao professor João Pacheco, para além desta tese, por toda a sua contribuição ao reconhecimento e legitimação dos direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil. Quem também foi co-orientador no mestrado, o agradecimento pela parceria com esta pesquisa e pelas observações que ajudaram a direcioná-la.

À professora Lia Osório que junto da professora Mônica tem acompanhado a realização da tese bem como alguns dos dilemas da pesquisadora. A professora Lia Osório diante do seu brilhantismo intelectual me aconselhou repetidas vezes a manter a postura científica, o que foi fundamental para que eu fugisse de “clarezas” pré-concebidas. Agradeço também aos colegas do Grupo GEOBRASIL, coordenado pela professora Mônica, e onde desde o mestrado tenho me sentido parte, tendo ali boas trocas como com os colegas Rita Miranda, Gustavo Azevedo e Ciro Reis.

Agradeço ao PPGeo-UERJ, e em especial ao professor Hidenburgo Pires quem acompanha essa pesquisa desde o mestrado e é dela um incentivador, à professora Regina Tunes, quem acompanhou a estadia em campo e indicou colegas professores de universidades na região Sudeste Paraense, e ao professor Miguel Ângelo quem gentilmente aceitou participar de nossa banca na licenciatura em geografia onde tratamos do mesmo tema, fornecendo então suas contribuições à pesquisa.

Por todo o ensinamento, minha gratidão ao professor Mario Duayer (*in memoriam*). Mario, sempre que fazíamos novas “descobertas” no campo dos estudos de economia política durante as aulas na Faculdade de Economia da UFF costumava me questionar se eu o agradeceria quando terminasse a tese. Com todo o mérito, meus agradecimentos, dentre todas as coisas que aprendi com Mario, uma delas foi sobre o talento de ensinar. Mario me ensinou desde a diferença entre os sujeitos em Hegel e em Marx, como com paciência me ensinou

sobre escrita acadêmica, me deu dicas de gramática e quem, com seu fino deboche mineiro, repetia: “escrever é uma dor”.

Meus agradecimentos aos colegas do GEPOC-UFF, com quem pude compartilhar de bons momentos de estudo e reflexão.

Agradeço ao professor Alexis Dantas pelas trocas de ideias e direcionamentos desde 2019, quando fui aluna no seu curso de economia brasileira contemporânea no *PPGCE-UERJ*. E à professora Jurandir Santos de Novaes por ter aceitado o convite para esta banca.

Agradeço ao colega geógrafo Daniel del’Rey, parceiro na produção dos mapas e dados para a pesquisa. E aos professores e alunos do LAGEO/UFPA quem me recebeu em Altamira na Faculdade de Geografia e também contribuiu na elaboração dos mapas. E à amiga geógrafa e ilustradora Patrícia Yamamoto quem elaborou a o mapa ilustrado do trabalho de campo.

Agradeço também ao procurador Mário Lúcio Avelar, quem pelo MPF realizou relatório-diagnóstico da situação de São Félix do Xingu no ano de 2003, e na atualidade dialogou com a presente pesquisa.

E, ao Padre Danilo Lago. Danilo um exemplo de força e de fé, há anos vive e trabalha no Município de São Félix do Xingu, construindo ali um contraponto através da organização dos pequenos produtores de cacau em cooperativa. Sem ele, certamente não teria sido possível a realização do trabalho de campo, o amigo Padre trouxe humor e porque não, uma juvenil esperança ao meu cotidiano em São Félix do Xingu.

Agradeço ao Breno Augusto dos Santos, geólogo que descobriu o ferro em Carajás, e quem me recebeu para uma entrevista em 2022, na sua casa em Niterói. Breno é um profundo conhecedor da região Sudeste Paraense, amigo do geógrafo Aziz Ab’Sáber, é também um pensador do Brasil desde seu olhar, a Geologia. Gentilmente cedeu o seu acervo fotográfico para esta pesquisa.

Agradeço aos entrevistados, àqueles que a mim confiaram o seu tempo e as suas informações. Tive a sorte e a honra de ter sido bem recebida em São Félix do Xingu, todas as pessoas entrevistadas com quem mantive contato foram sempre cordiais e se dispuseram a colaborar com a tese. Durante a estadia em Vila Taboca, nas cercanias da Terra Indígena, ouvi muitas histórias sobre a violência extrema, mas dentre as muitas surpresas humanas que a realização dessa pesquisa proporcionou, uma delas foi a de encontrar um poeta em Vila Taboca, Valter Alchieri, autor de livro e defensor da criação do Município Estrela do Xingu.

No café da manhã do hotel em que estava hospedada fui surpreendida pela visita do poeta que junto do seu livro trazia outros ensinamentos. Questionava-me como haveria espaço para poesia diante de tanta brutalidade. E o poeta foi apenas enfático recitando publicamente,

durante o café da manhã no hotel onde também estavam hospedados funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e Mineração de São Félix do Xingu - SEMMAS, aquela poesia que denuncia os prejuízos deixados pelos garimpos de cassiterita em Vila Taboca. Na Vila Taboca as pessoas indicadas para serem entrevistadas se manifestaram ao contrário de intimidadas, agradecidas por serem ouvidas. E durante essa escuta muitos dos preconceitos que eu então levava deixaram de fazer sentido. Apesar de toda a problemática que a envolve, ali conheci pessoas acolhedoras que me dirigiram gestos de solidariedade e bom humor.

A realização dessa tese foi sem dúvida um exercício de paciência. Durante a fase de escrita, muitas vezes imaginei como se estivesse cozinhando, aperfeiçoando a receita, acrescentado novos temperos, às vezes uma pitada de *curry* poderia salvar tudo ou botar tudo a perder. Essa tese, portanto, é um prato, preparado com paciência.

Pela paciência também agradeço aos amigos e amigas, e aos meus familiares, especialmente a minha mãe, àqueles a quem cabe o convívio com quem muito se ausenta.

Teóricos

Os homens que voam alto
Têm grande poder de síntese,
desde as nuvens distantes.
Mas quem caminha a pé
analisa cada passo
e sintetiza em seus olhos
esta pedra,
aquela flor,
os olhos de cada irmão.

Pedro Casaldáliga

RESUMO

CARDOSO, Núbia Vieira. **O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade.** 2023. 141 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

No ano de 2019 foi registrado um incremento recorde de desmatamento em relação aos anos anteriores na Amazônia Legal. O município de São Felix do Xingu, no Sudeste Paraense, destaca-se nesse contexto, apresentando duas áreas protegidas com maiores índices de desmatamento. São Félix do Xingu, localizado na Amazônia Oriental está entre os seis municípios mais extensos do país. Do total da extensão territorial de 84 mil km², 50% dela é formada por terras indígenas que somadas às unidades de conservação chegam a mais de 70% de toda a sua extensão territorial. Município da Bacia do Médio Xingu, a sede municipal é atingida por via terrestre por uma única estrada estadual, ainda que o município abrigue o maior rebanho bovino do Brasil, 2,5 milhões de cabeças. Se de um lado a maior parte da extensão territorial é constituída por áreas voltadas para a conservação da natureza, de usufruto indígena e de posse da União, de outro, o rebanho bovino, demanda novos pastos, o que faz do município uma fronteira econômica e territorial em permanente atualização. Dentre as alegorias associadas a São Félix do Xingu uma delas é a de capital do desmatamento. Buscando apresentar e discutir a dinâmica geoeconômica do município de SFX na atualidade, esta pesquisa foi desenvolvida em duas grandes partes e em dois momentos. A primeira, “a viagem de ida”, onde é elaborada a fundamentação teórica e histórica partindo do quadro regional onde está inserido o município. O segundo, a “viagem de volta”, por meio da relação entre dados públicos e dos dados da pesquisa de campo, realizada em junho de 2022 em São Félix do Xingu, leva à síntese. Identificou-se a relação entre o uso e apropriação da terra com a re-estruturação da produção da pecuária. Se na primeira década dos 2000 a produção esteve concentrada em fazendas, na atualidade a produção é descentralizada, tanto na distribuição da cadeia produtiva quanto na sua distribuição territorial até a escala do comércio e exportação. Ao contrário da imagem de um exótico “Brasil profundo”, o estudo geoeconômico de São Félix do Xingu na atualidade levou ao seu espelhamento com o Brasil. Sua função em uma rede de negócios central na economia brasileira contemporânea demonstra que ao contrário de exceção, o Município deve ser a regra.

Palavras-chave: Amazônia; pecuária; município.

ABSTRACT

CARDOSO, Núbia Vieira. **The heaven of cattle: the geoeconomic dynamics of the Municipality of São Félix do Xingu today.** 2023. 141 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

In 2019, a record increase in deforestation was recorded in relation to previous years in the Legal Amazon. The municipality of São Felix do Xingu, located in Southeast Pará, stands out in this context, with two protected areas with the highest rates of deforestation. São Félix do Xingu, located in the Eastern Amazon, is among the six largest municipalities in the country. Of the total territorial extension of 84,000 km², 50% of it is made up of indigenous lands which, together with the conservation units, make up more than 70% of its entire territorial extension. Located in the Middle Xingu Basin, the municipal seat is reached by land rout a single state road, even though the municipality is home to the largest cattle herd in Brazil, 2.5 million head. If, on the one hand, most of the territorial extension is constituted by areas dedicated to the conservation of nature, of indigenous usufruct and owned by the Union, on the other hand, the cattle herd demands new pastures, which makes the municipality an economic frontier, and territorial in permanent update. Among the allegories associated with São Félix do Xingu, one of them is the capital of deforestation. Seeking to present and discuss the current geoeconomic dynamics of the municipality of SFX, this research was developed in two large parts and in two moments. The first, “the outward journey”, where the theoretical and historical foundation is elaborated, starting from the regional framework where the municipality is inserted. The second, the “journey back”, through the relationship between public data and field research data, carried out in June 2022 in São Félix do Xingu, leads to the synthesis. The relationship between land use and appropriation with the restructuring of livestock production was identified. If in the first decade of the 2000s production was concentrated on farms, today production is decentralized, both in the distribution of the production chain and in its territorial distribution up to the scale of trade and export. Contrary to the image of an exotic “deep Brazil”, the geoeconomic study of São Félix do Xingu today led to its mirroring with Brazil. The role of municipality in a central business network in the contemporary Brazilian economy demonstrates that, instead of being the exception, the Municipality be the rule.

Keywords: Amazon; livestock; municipality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de Localização do Município.....	18
Figura 2 –	O líder Kaiapó em Londres em protesto contra o financiamento internacional.....	28
Figura 3 –	Geólogo na Serra de São Félix.....	30
Figura 4 –	Esquema de articulação de categorias em duas vias.....	32
Figura 5 –	Foto aérea do rio Xingu.....	34
Figura 6 –	Foto aérea do rio Iriri.....	35
Figura 7 –	Foto aérea da localidade São Francisco na margem do rio Xingu.....	37
Figura 8 –	Foto aérea de aldeia do povo indígena Assurini no afluente do Xingu.....	39
Figura 9 –	Foto aérea da cidade de Altamira na margem do Xingu.....	39
Figura 10 –	Foto aérea do rio Amazonas.....	40
Figura 11 –	Foto aérea de comunidade ribeirinha do Xingu – São Francisco.....	41
Figura 12 –	Foto aérea do encontro do entre rios Fresco e Xingu.....	42
Figura 13 –	Mapa rodoviário da Amazônia Legal.....	45
Figura 14 –	Jazida de Ferro.....	45
Figura 15 –	Mina de ferro de Carajás – Planta de beneficiamento e pêra ferroviária.....	47
Figura 16 –	Nova Babilônia – Garimpo de Serra Pelada.....	48
Figura 17 –	Fazenda Volkswagen.....	49
Figura 18 –	Pista de pouso em Tucumã, Sul do Pará, 1983.....	50
Figura 19 –	Piloto de aeronave e garimpeiro na “cidade proibida”: Guarita.....	51
Figura 20 –	Mapa do Sudeste Paraense e Municípios.....	52
Figura 21 –	Enterro das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás.....	56
Figura 22 –	Boitel em Xinguara.....	59
Figura 23 –	Cartaz do filme, destacando a atriz Edna de Cássia, interprete de Iracema.....	60
Figura 24 –	Foto aérea de aldeia do povo indígena Xikrim do rio Cateté.....	61
Figura 25 –	Guerreiros Kaiapó na Assembléia Constituinte em Brasília.....	62
Figura 26 –	Parauapebas – Cabarés em Rio Verde.....	66

Figura 27 –	Mapa do Município de São Félix do Xingu com alertas de desmatamento.....	71
Figura 28 –	Mapas de evolução do desmatamento no município de São Félix do Xingu.....	73
Figura 29 –	Mapa do avanço da estrada clandestina.....	79
Figura 30 –	Mapa do Município de São Félix do Xingu com estradas vicinais.....	83
Figura 31 –	Mapa do avanço da estrada clandestina.....	84
Figura 32 –	Guerreiro Kaiapó armado na aldeia Kuben Kran Krên.....	85
Figura 33 –	Recorte de Mapa com destaque da linha da estrada Trans-Iriri.....	86
Figura 34 –	Mapa de cobertura e uso do solo nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu.....	87
Figura 35 –	Localização da Terra Indígena Apyterewa.....	89
Figura 36 –	Homens do povo Parakanã na Terra Indígena Apyterewa.....	91
Figura 37 –	Fotografia de início de urbanização na Vila Amarelão, Fazenda Belauto.....	93
Figura 38 –	Vila Amazonas.....	94
Figura 39 –	Vila Renascer pela reportagem do jornal Folha de SP.....	95
Figura 40 –	Mapa com o desmatamento anual da TI Apyterewa de 2008 a 2020.....	101
Figura 41 –	Rua em Vila Taboca com casa remanescente da ocupação da mineradora Paranapanema.....	103
Figura 42 –	Foto da igreja Assembléia de Deus na Vila Taboca.....	114
Figura 43 –	Enterro de nativos americanos mortos em Wounded Knee, Dakota do Sul, 1891.....	115
Figura 44 –	Rua da vila de garimpeiros, Deadwood em 1876.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Desmatamento anual do Município de São Félix do Xingu.....	69
Gráfico 2 –	Evolução da área desmatada em São Félix do Xingu.....	70
Gráfico 3 –	Gráfico de desmatamento em hectares na TI Apyterewa	96
Gráfico 4 –	Desmatamento a partir de 2008 em São Félix do Xingu - PA.....	105
Gráfico 5 –	Rebanho bovino em São Félix do Xingu – PA.....	106
Gráfico 6 –	Qualidade da pastagem em São Félix do Xingu entre 2001 e 2022.....	109

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa ilustrado do trabalho de campo.....	55
------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
BASA	Banco da Amazônia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
ESEC	Estação Ecológica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FSI	<i>Financial Secrecy Index Methodology</i>
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
GTAT	Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins
GTA	Guia de Transporte Animal
Ha	Hectare
UNIFESPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UC	Unidade de Conservação
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	A VIAGEM DE IDA: DO ABSTRATO AO CONCRETO	25
1.1	A atualidade: a geografia como pesquisa de uma imagem “instantânea” do mundo	25
1.2	Uma lógica para conhecer	36
1.3	A situação geográfica	26
1.3.1	<u>Os eventos: Sudeste Paraense, de 1970 – 2000</u>	27
1.4	O sistema categorial	31
1.4.1	<u>Na viagem de ida e de volta estão o rio, a região e o município</u>	33
1.4.2	<u>Rio Xingu</u>	34
1.4.2.1	Antes, o rio da Dúvida	35
1.4.2.3	O rio da solidão	37
1.4.2.4	São Félix da Boca do rio	42
1.4.3	<u>Região</u>	43
1.4.3.1	Sudeste Paraense	45
2	A VIAGEM DE VOLTA: DO CONCRETO AO ABSTRATO	54
2.1	A pesquisa de campo	54
2.2	O município de São Félix do Xingu	67
2.2.1	<u>Desmatamento ou, o comércio de terras</u>	74
2.2.2	<u>A situação fundária e o passivo ambiental</u>	75
2.2.3	<u>Os sujeitos</u>	76
2.2.4	<u>“Eles gostam aqui de estrada e de festa”</u>	77
2.2.4.1	A estrada transversal ligando a PA-279 à BR-163	82
2.2.5	<u>Apyterewa</u>	87
2.2.5.1	O comércio de terras na TI Apyterewa	94
2.2.5.2	I Love Paredão	98
2.2.5.3	Vila Taboca: aqui ou você é bravo, ou você é manso	102
2.2.6	<u>Pecuária</u>	104
2.2.6.1	As fases da criação	107
2.2.6.2	O Boi legal	110

2.2.6.3	Frigoríficos	111
2.3	De bang-bang a Paraíso: um paralelo entre São Félix do Xingu e Dakota do Sul	112
2.3.1	<u>Paraísos fiscais e operações agropecuárias nos Estados Unidos nos anos 1960 e a expansão para a Amazônia Oriental até o atual São Félix</u>	120
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE conceitua o termo desmatamento como a “conversão por supressão de áreas de fisionomia florestal primária por ações antropogênicas”. Através do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélites – PRODES, o Instituto apresenta desde 1988 o inventário anual de perda de área de cobertura florestal primária na Amazônia Legal.

A taxa anual de desmatamento é divulgada pelo PRODES em dezembro de cada ano, quando é apresentada a taxa acumulada do ano e a estimativa para o ano seguinte. O cálculo é feito a partir dos registros por satélite do chamado corte raso em áreas de pelo menos 6,25 hectares (0,065 km²). O desmatamento por corte raso corresponde à retirada de toda e qualquer vegetação existente sobre uma área. Considerados também os gradientes, através da identificação do “desmatamento por degradação”, referente ao processo que geralmente antecede o corte raso. Os gradientes de desmatamento podem estar relacionados com a extração ilegal madeireira, quando apenas a madeira de interesse comercial é retirada, ou de garimpo, quando também costuma haver a abertura de pistas de pouso, por exemplo.

A partir de 2008, o INPE passou a divulgar o desmatamento por incremento, e não apenas a taxa anual compilada. Igualmente baseado em dados do PRODES, mas abrangendo o corte de vegetação em áreas de qualquer tamanho, inclusive menores que 6,25 hectares, a detecção do “incremento do desmatamento” permite monitorar a evolução do corte da vegetação em unidades territoriais como de municípios, unidades de conservação e terras indígenas.

O ano de 2019 registrou um incremento recorde de desmatamento em relação aos anos anteriores em unidades de conservação e terras indígenas na Amazônia Legal, sendo o Estado do Pará aquele com maior área desmatada. Localizadas no Município de São Félix do Xingu, Sudeste Paraense, duas áreas ocuparam o topo da lista. A Área de Proteção Ambiental - APA Triunfo do Xingu criada em 2006, registrou sozinha 40% do desmatamento total em Unidades de Conservação na Amazônia Legal e, a Terra Indígena Apyterewa, registrou o segundo maior incremento.

Com extensão territorial de 84.213 km², São Félix do Xingu, localizado na Amazônia Oriental está entre os seis municípios mais extensos do país. Na Bacia do Médio Xingu, a sede municipal encontra-se posicionada na confluência entre os rios Xingu e Fresco, tendo por isso recebido um primeiro nome: São Félix da Boca do Rio. Tornou-se município em 1961,

mas, formalmente instalado somente em 1962, foi desmembrado do vizinho, Altamira, também localizado na Bacia do Médio Xingu. Com área territorial ocupada cerca de 70% por florestas protegidas de posse da União, a maior parte dela em terras indígenas, cerca de 50% de toda a extensão territorial, além de unidades de conservação e assentamentos federais, parte de São Félix do Xingu está inscrita na Área do Programa Carajás, da grande Província Mineral de Carajás.

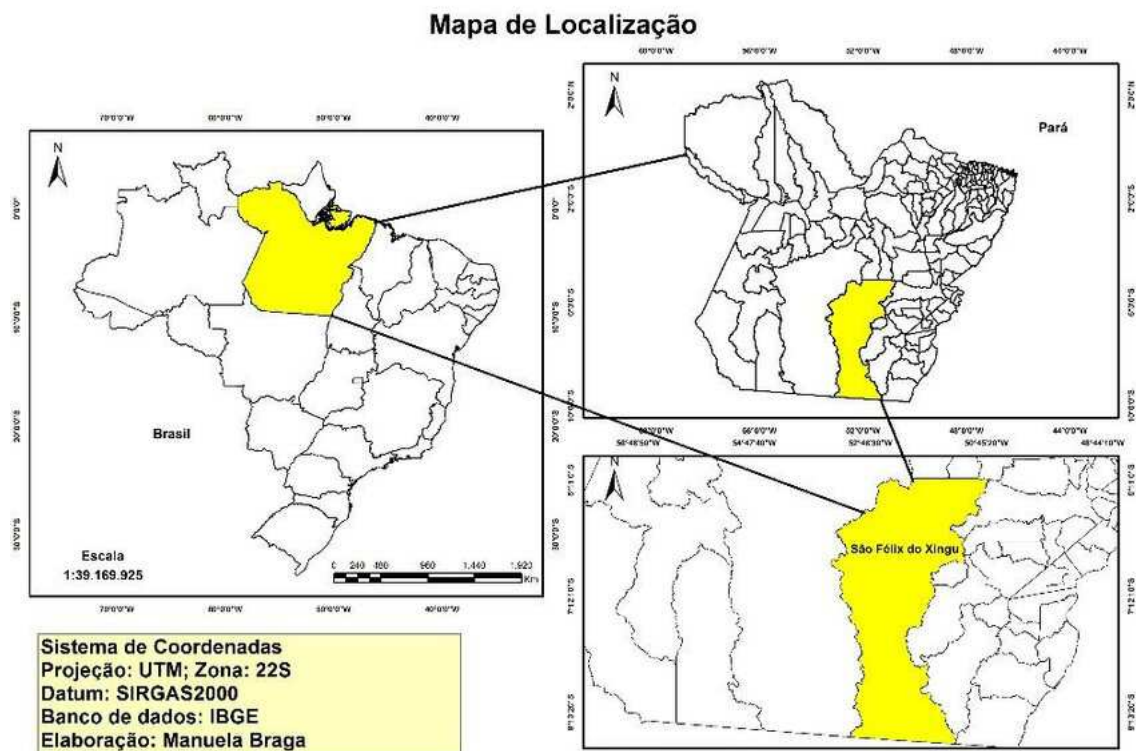
Desde o início dos anos 2000 São Félix se destaca pela atividade da pecuária, sendo atualmente o recordista, com o maior rebanho bovino do Brasil, abrigando 2,5 milhões de cabeças. A sede é atingida por via terrestre por uma única estrada, a PA-279, cuja abertura teve início nos anos 70, quando ligou o município à rede rodoviária federal. A PA-279 se conecta a outras estradas que adentram o interior do município, muitas delas, abertas de maneira clandestina, primeiro por madeireiros, garimpeiros, e nos anos 2000 para dar acesso às principais fazendas de gado. Por conter uma diversidade de apropriações e usos do território, o município tem sido condenado como palco de disputas e conflitos suscitando títulos alegóricos. Mas, embora geograficamente alijado, economicamente não parece.

A intenção de realizar esta pesquisa de doutorado partiu da continuidade da pesquisa iniciada no mestrado em 2016 e finalizada em 2018 no PPGEIO - UERJ. Investigando a expansão da fronteira econômica no Médio Xingu entre 1950 e 1980 tendo como aporte histórico os movimentos e territorializações de povos indígenas. Nos presentes anos da pesquisa, deparou-se com a necessidade de compreensão da atualidade da fronteira. As terras indígenas do Médio Xingu estão inseridas em um contexto de franca expansão da pecuária de corte, voltada para o mercado externo. O caso mais emblemático, o da invasão da Terra Indígena Apyterewa. Homologada em 2007, ela pertence ao povo Parakanã, povo de tronco lingüístico Tupi, territorializado naquela região pela FUNAI a partir de 1983.

Ao norte da área municipal, a invasão intensificada nos últimos anos tem mobilizado ações para a revisão dos limites da Terra Indígena. Com cerca de 700 mil hectares, a dinâmica econômica local leva a inferir que a Terra Indígena Apyterewa deve representar naquele contexto, um passivo sendo tornado ativo econômico, por meio de práticas ilícitas, cuja lucratividade acontece à medida que são combinadas às práticas lícitas. Partindo do olhar geográfico supõe-se que tais práticas devem materializar-se, em e através de formas emergentes. Uma delas o chamado Paredão, metáfora espacial para designar o local invadido. E, da maior área urbana do município depois da sede, localizada na borda da TI Apyterewa, o distrito de Vila Taboca.

Indo além de um olhar estacionado no ponto de vista do problema ambiental, a presente pesquisa partiu da indagação se haveria uma dinâmica geoeconômica própria daquele contexto, levando assim ao objetivo de apresentar e discutir a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade.

Figura 1 - Mapa de Localização do Município



Fonte: SOUZA, ET AL., 2020.

Ao passo que a maior parte da extensão territorial de São Félix do Xingu cabe à jurisdição do Governo Federal (a das Terras Indígenas); outra parte, não menos importante, equivalente a três vezes à extensão territorial da Região Metropolitana de São Paulo, encontra-se sob a apropriação privada, na maior parte delas não regularizadas.

Entre os proprietários, distintos perfis desde familiares a áreas contíguas de fazendas pertencentes a grupos empresariais, cujos negócios ultrapassam a atividade agropecuária. Um deles, grupo de capital aberto, vanguardista em gestão de recursos no Brasil instalado em São Félix desde a primeira década dos 2000 detém o maior plantel bovino distribuído em um complexo de fazendas que juntas conjugam uma porção de 500 mil hectares. Somado ainda à personalidade de São Félix do Xingu está a de titular em número de políticos de outros estados que ali são proprietários. Políticos pertencentes a partidos como MDB, PDT, e PSC.

Incluso ao conjunto desses atores, uma liderança neopentecostal de umas das maiores igrejas do país.

Apesar de alvo de relevantes investimentos, o Município apresenta práticas pouco ajustadas aos sistemas legais. Pelos índices de desmatamento, de denúncias de trabalho escravo, principalmente na primeira década dos 2000 (período de instalação das fazendas), e de violência por conflitos fundiários. Além do que, mais recentemente, foi considerado o maior emissor de gás gerador do efeito estufa, do país, em função das queimadas de florestas nos últimos anos.

A partir da análise dos dados a presente pesquisa reconheceu três padrões de retirada da cobertura florestal localizados nas duas primeiras décadas dos anos 2000 até a atualidade. Embora o crescimento do desmatamento tenha sido freqüentemente associado à pecuária de modo generalista, notou-se uma diferença da implicação dela entre os padrões. Nos primeiros anos dos 2000, a área desmatada aumentou proporcionalmente ao número do rebanho bovino. Enquanto que entre 2010 e 2015 ocorreu uma alta do rebanho, mas, ao contrário de grandes áreas limitou-se às pequenas aberturas. Ou seja, o aumento do rebanho não foi acompanhado do aumento expressivo do desmatamento. E, portanto, da conversão de novas áreas em pastagens. Levando à seguinte pergunta: uma vez que tenha havido o crescimento do rebanho sem o acréscimo expressivo de áreas desmatadas, poderiam esses elementos por vezes estar associados e, outras não? E sabendo da retomada, afiançada pelos dados recordes do desmatamento em São Félix do Xingu no ano de 2019, conduz à próxima pergunta: como o padrão do uso da terra pode ser lido atualmente e qual a dinâmica geoeconômica por detrás dele? A hipótese levantada foi a de que deveria estar por trás da aparência alarmada pelos dados de desmatamento, uma operacionalidade econômica e territorial própria da atualidade da fronteira na Amazônia brasileira.

O estudo de determinado aspecto da realidade exige a consciência da dialética entre o que na filosofia é chamado de aparência e ser. A aparência saltada da realidade e projetada desde os filtros daquele contexto social é ponto de partida. Mas ela não deve, segundo a análise científica, encerrar-se em si mesma.

Para explicar “o método da economia política”, Marx (2011, p. 54) dá o seguinte exemplo: considerando um determinado país desde um ponto de vista político-econômico a categoria população pode ser eleita como o ponto de partida da análise. Para em seguida demonstrar duas possibilidades de método. O primeiro aquele que ao partir da população atribui um papel de representação concreta do real, abordagem predominante na economia clássica, acusou Marx, se trataria de um método científico falso. Isso porque, aponta, a

população no plano analítico se refere a uma abstração, uma vez que é deixado de fora elementos que a constitui, como a classe social, por exemplo. Logo, de início, a população nada mais é do que a “representação caótica de um todo” (Idem).

Também Marx reconheceu a relação do método teórico de análise entrelaçado ao sujeito, ou, à sociedade de onde parte a análise. Defendendo então que “também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” (MARX, 2011, p. 55). Mostrando outro exemplo mais adiante do seu texto, Marx (2011, p. 59) manobra que nada parece mais natural do que começar uma análise pela renda da terra, pela propriedade da terra, já que ela constitui a fonte de toda a riqueza e de toda existência, pois é a primeira forma de produção de todas as sociedades. Contradizendo a aparência, desconstrói: “mas, nada seria mais falso” (Idem).

Voltando a população, o método então proposto por Marx, em contraponto ao da economia clássica, e, identificado pelo autor como o método correto funciona à medida que atribui movimento à análise e tenta superar as representações dadas (da sociedade enquanto tal). Devendo ser operado por meio de duas vias. Metaforicamente, por meio de uma viagem de ida e, de uma viagem de volta. A primeira partindo, por exemplo, da população, não deve assumir o concreto como ponto de partida da análise. Porque não é, neste caso, ela é uma representação construída por um determinado sujeito social. Enquanto que, para a compreensão científica, deve-se partir da população enquanto “concreto representado” atingindo para isso conceitos abstratos, levando assim às determinações mais simples. Quando então é possível fazer a viagem de retorno, chegando de novo à população, não mais como a representação caótica de um todo, mas, “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Idem, p. 54). Nas palavras de Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida [...]. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 54).

O processo de esgotamento da representação na primeira via, poderia se explicar como a elaboração da crítica historiográfica e porque não antropológica (pois examina de onde parte tal representação, para então suplantá-la). Enquanto que na viagem de retorno, munidos do entendimento das múltiplas determinações e relações que constituem tal fenômeno é possível se chegar novamente a ele, mas agora como concreto reproduzido por meio do pensamento.

A necessidade do trânsito entre o “ver” e o “conhecer” atribui-se ademais de tudo, a uma espécie de *éter* existente e inerente a todas as sociedades, assim identificada por Marx:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, 2011, p. 70)

Embora o conceito de éter¹ de Marx tenha sido elaborado a partir do debate na Física, a atribuição dada pelo autor é a uma totalidade que, ao estruturar as relações também permite a produção das particularidades, ou, de padrões. À diferença dos físicos, a totalidade identificada pelo método da economia política é social, e construída a partir das relações concretas. Por isso o método da economia política, reconhece que nenhuma ciência opera em um vácuo ontológico, mas, em uma totalidade social específica. De onde também partem as representações que se encontram na mente do sujeito social. O método, em duas vias deve então, partindo da representação socialmente aceita, identificar uma nova, pois ela já não se refere ao concreto representado, mas ao concreto pensado. Isto é, a uma figuração, verdadeiramente científica.

Se há uma totalidade imanente à sociedade moderna, ela deve se instaurar em sociedades pré-existentes por meio do processo de acumulação do capital. Desenvolvida por Rosa Luxemburgo (1870 - 1919), teórica da economia política, a acumulação é entendida como processo o qual depende, a reprodução do capital, da ruína das formas não-capitalistas para sua progressiva acumulação (LUXEMBURGO, 1985, p. 285). Nas suas palavras:

O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Rosa identificou a ampliação da escala da acumulação através da política colonial:

A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade (LUXEMBURGO, 1985, p. 255).

À medida que reconheceu a autora, a violência como o método constante da acumulação capitalista, pois argumentava que para cada expansão do capital, sob o que denominou de economia natural, se faz acompanhar a violência contra essas formas pretéritas, bem como a destruição da sua unidade social autônoma. Ora, a unidade, aquilo que então

¹ Objeto de discussão desde a filosofia antiga, Aristóteles o mais expoente no debate e, da física, de Newton a Einstein, a existência de uma substância material preenchendo todos os lugares, onde parecia não haver matéria levou ao debate no século XIX do conceito de éter, a quinta essência. Discussão contemporânea à trajetória dos estudos de Marx (1818 - 1883).

deve ser o fundamento do *éter* das sociedades não-capitalistas, tem a ver com o uso e apropriação da terra/da natureza, o que ocorre por meio de relações diretas e por isso mesmo, por meio de trabalho não assalariado. Ao passo do choque entre essas duas economias se, por um lado, manifesta a violência como método, por outro, de modo reativo desponta nas sociedades nativas a luta pela sobrevivência coletiva (LUXEMBURGO, 1985).

Debatendo a expansão no Oeste dos Estados Unidos, Rosa relata a transferência em 1825 dos povos indígenas do leste do rio Mississippi para o oeste:

Os peles-vermelhas – ou pelo menos os que restaram da carnificina das quarenta guerras indígenas – resistiram bravamente, mas acabaram sendo expulsos como ladrões, impelidos para o Oeste como manadas de búfalos e enfiados em reservas qual animais enjaulados. Os índios tiveram de ceder lugar aos fazendeiros; agora era a vez do fazendeiro ceder lugar ao capital e ser ele mesmo empurrado para o outro lado do Mississippi (LUXEMBURGO, 1985, p. 276).

A pecuária, a produção familiar, e as reservas indígenas são empurradas na direção oeste enquanto a agricultura com uso de tecnologia colonizava as terras do leste, formando amplas plantações de trigo, voltada para a exportação. No decorrer da apresentação de Luxemburgo (1985, p.276) ela narra a substituição das relações mercantis simples, assim chamadas pela autora, por empresas agrícolas de grande capital. Segundo Rosa, no fim da década de 1870 quando já havia tido maior progresso técnico na agricultura, alguns capitalistas e sociedades chegavam a possuir territórios de 14 mil a 18 mil hectares de trigais (Idem, p.277). Nesse momento, interpretou, “o mercado agrícola do país deixava o âmbito local e se transformava em mercado mundial” (Idem). No novo contexto de especulação mundial, poucos capitais gigantesco se tornavam os reais sujeitos da disputa.

Importante geógrafo francês quem desenvolveu estudos de fronteira, Pierre Monbeig foi um dos primeiros a realizar pesquisas sobre a relação entre a pecuária e expansão da fronteira no Brasil. O geógrafo observou a formação de imensas pastagens também orientadas para a produção de carne para o mercado externo como epítome das movimentações demográficas e econômicas integradas à expansão das frentes pioneiras (MONBEIG citado por NOGUEIRA, 2013).

A formação de imensas pastagens como se referiu Monbeig na expansão da fronteira para o interior do Brasil, deve então fundamentar os saltos no espaço geográfico do processo de acumulação do capital, assim como descreveu Rosa Luxemburgo. Em franco processo de expansão da fronteira na região do Baixo Araguaia, centro-oeste brasileiro, em 1976, um relatório de uma visita à Ilha do Bananal feita por agentes da pastoral da prelazia de São Félix do Araguaia - MT registrou a presença massiva de famílias sertanejas que ali exerciam a

atividade da pecuária. Ainda que sob os territórios indígenas de povos como Karajá e Javaé. A Ilha, dizia o relato, é considerada ‘o paraíso do gado’ (CANUTO, 2019, p. 71).

A Ilha do Bananal entre os rios Araguaia e Javaés, e na divisa entre o Nordeste do Mato Grosso e o Tocantins, assim como o oeste do rio Mississipi deve ter sido para onde foram empurrados tanto os povos indígenas sobreviventes quanto os sertanejos no Brasil, utilizando o termo do relato da Prelazia. Há, portanto em comum nos dois casos, a presença da pecuária e das terras indígenas, sendo a pecuária uma atividade que constantemente acumula riqueza à medida que converte áreas até então não apropriadas pelo mercado, como explica a teoria da acumulação. Ora, ela então deve acumular riqueza, porque antes, acumula terreno passível para a especulação de mercado.

Diante do contexto e do problema em estudo, a presente pesquisa elegeu a categoria município para a análise, compreendendo como recomendou o método da economia política de Marx, partir-se da categoria mais desenvolvida e do seu entendimento como conceito da representação. E pela perspectiva da representação, o desmatamento é então a principal imagem na mente social, com frequência atribuída a São Félix do Xingu.

Ainda na elaboração teórica de onde parte a pesquisa, conteúdo do primeiro capítulo deste trabalho observou-se o método da economia política desde o ponto de vista da ciência geográfica. A atualidade foi recomendada por Milton Santos como categoria nuclear de investigação geográfica, uma vez que para o autor pressupõe a “unidade do universal e do particular”. O geógrafo Pierre George, discorrendo sobre a questão do método na ciência geográfica, reconheceu a importância de se historicizar as formas do presente. Partindo do “atual”, o ponto de inflexão do pensamento desses geógrafos encontra-se no movimento dado ao método de investigação geográfica. Sugerida pelo geógrafo Armando Corrêa da Silva, a ontologia analítica em Geografia trata de um método em que havendo a passagem do abstrato ao concreto haja a articulação entre a teoria e o próprio método. Nesta primeira parte, ao situarmos teoria e método, as categorias são definidas de acordo com a análise histórica de determinado quadro regional. Partindo do ponto de vista do espaço geográfico desde as suas formas e representações, o rio Xingu, a região Sudeste Paraense e o Município de São Félix do Xingu funcionarão como categorias articuladoras levando a um segundo momento: a viagem de volta.

Na segunda parte, a “viagem de volta”, adentra-se o plano empírico da pesquisa, expressa no relato do trabalho de campo em São Félix do Xingu em junho de 2022 e da interlocução com as memórias dos atores locais, da sede do Município, como do distrito de Vila Taboca localizado a poucos quilômetros da TI Apyterewa. O olhar para o Município é

agora desenvolvido por meio da apuração de dados do uso da terra, da organicidade da cadeia da pecuária, observada pela função desempenhada pela área invadida no interior da TI Apyterewa, chamada pelos moradores regionais de Paredão.

A fim de observar a parte empírica, um paralelo é feito com outro quadro histórico e geográfico com características similares. O processo de expansão da fronteira no Estado de Dakota do Sul nos Estados Unidos a partir da revisão da literatura foi posto em paralelo com a análise da realidade aqui estudada. O Estado de Dakota do Sul na sua distribuição também é composto por Terras Indígenas em um contexto de expansão da pecuária de corte e de rearranjo das formas espaciais. Os eventos, naquele Estado, estão distribuídos entre o final do século XIX até os anos 1960, quando também se observa no Brasil a replicação de um modelo de produção agropecuária na Amazônia semelhante àqueles implantados nos Estados Unidos. À medida que na atualidade, se a Oeste de Dakota do Sul encontram-se as terras indígenas Sioux e um dos maiores rebanhos bovinos dos Estados Unidos, no leste do rio Missoure, afluente do Mississippi, além da produção de trigo, entre outras *commodities* agrícolas, também comporta um elevado número de instituições financeiras, onde políticos de distintas partes do mundo depositam dinheiros em fundos e empresas *offshore*. Tendo sido atribuído a Dakota do Sul a alcunha de um dos mais permissivos paraísos fiscais da atualidade.

Na primeira parte a viagem de ida, e na segunda parte, a viagem de volta foi enfim possível sintetizar. Para isto, elaborada uma fundamentação por meio das categorias e daquela, a categoria síntese, a de Município. Assim, a última parte, a conclusão, representa a síntese entre teoria e empiria. Em resumidas palavras, no primeiro capítulo, na chamada viagem de ida, apresentadas as bases teórico-metodológicas que guiaram esta pesquisa. Em seguida, no segundo capítulo, a viagem de volta, toda a pesquisa empírica e de campo será apresentada. Por fim, uma grande síntese apresentando as conclusões da pesquisa fecha este documento.

1. A VIAGEM DE IDA: DO ABSTRATO AO CONCRETO

1.1 A atualidade: a geografia como pesquisa de uma imagem “instantânea” do mundo

A atualidade tem sido objeto da indagação geográfica onde o interesse, substancialmente, encontra-se na leitura do espaço desde um ponto de vista relacional. Escreveu Milton Santos: “A atualidade é unidade do universal e do particular: este aparece como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo” (SANTOS, 2012, p. 121).

Na obra *a Natureza do Espaço*, no capítulo 4 “O espaço e a noção de totalidade” ao inquirir um método, o autor delinea a sintaxe atingindo o tópico: “O universal e o Particular: a Atualidade”. Conduz a apreensão do “movimento” desde a noção de totalidade atingindo a sentença de que a realidade do processo total é o que constitui a realidade verdadeira (SANTOS, 2012, p. 117).

Na obra “A Geografia ativa” o Pierre George reitera a construção de seu pensamento acerca das noções com base no “Objeto e os Métodos da Geografia”. A geografia como pesquisa de uma imagem “instantânea” do mundo (GEORGE, 1980, p. 23, grifo do autor), pode ser impelida por duas concepções direcionadoras da curiosidade científica: uma ativa, e uma contemplativa. A realidade por meio da percepção da atualidade não se trata assim de uma fotografia a ser descrita, esta seria a tomada de uma concepção contemplativa acusando apenas a imediaticidade, ou, a aparência das formas.

Para uma concepção ativa e que permita uma investigação adiante do plano fenomênico, a atualidade, ou, a “imagem instantânea do mundo”, mediadora entre todo e parte, deve antes de qualquer coisa implicar perguntas. E, o método, movimento investigativo e interpretativo, tanto no quadro dos eventos que delinham a realidade em análise, quanto no quadro teórico-conceitual devem laborar por meio de uma “viagem de ida e volta” (GEORGE, 1980).

Também Milton Santos ressaltou o papel do geógrafo de historicizar as formas do presente com o fim de compreensão do processo total. E afirma: “a coisa acabada nos dá uma cristalização do movimento, mas não a própria vida” (SANTOS, 2012, p. 121).

1.2 Uma lógica para conhecer

A primeira vista, a *aparência* é ponto de partida da análise, mas, na investigação geográfica, um elemento, então inculcido, é a forma. Da relação entre *aparência*, *ser* e *forma*, o geógrafo Armando Corrêa da Silva (1991) desenvolveu o que denominou de uma ontologia analítica. Para o autor, o método cujo modo de funcionamento a passagem do abstrato ao concreto deve promover a articulação entre teoria e o próprio método, à medida que na relação da *aparência* e do *ser*, do concreto se retome ao abstrato. Ou seja, um primeiro caminho ao partir das representações abstratas apreende a *aparência*, um segundo, de volta, deve forjar as ferramentas analíticas à medida que plausivelmente retome o concreto para o nível do pensamento.

Em tom semelhante e considerando o “movimento do conhecer” incumbido à ciência geográfica admitiu Milton Santos, a elaboração de uma filosofia menor, chamada de metageografia. Ela deve então oferecer “um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber” (SANTOS, 2012, p. 114). Foi peremptória a afirmação de que “cabe, sem dúvida, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global” (SANTOS, 2012, p. 114). Para isto, o movimento do universal para o particular e vice-versa deve ser revisitado, sendo reexaminado, sob o ângulo da mediação indispensável do papel dos eventos e da divisão do trabalho (Ibidem).

1.3 A situação geográfica

Em nossa pesquisa de mestrado, combinando o método da *situação geográfica* com o da *situação histórica* desenvolvida em pesquisas de *etnografia histórica* (OLIVEIRA, 2016) o que possibilitou a apreensão de um quadro de acontecimentos; ao mesmo tempo em que possibilitou a depuração de conceitos e categorias de modo a atender o objeto da análise.

Na pesquisa atual, o método da situação é acionado a partir da reunião dos eventos, delimitados pelo recorte geográfico. Para Silveira (1999) o processo de totalização se dá a partir da cisão da totalidade em *subtotalidades*, correspondendo à *situação geográfica*, por isso é apresentada como instrumento da leitura dos conteúdos geográficos a cada momento.

Ademais, também permite a atualização dos conceitos e categorias geográficas de acordo com cada processo de cisão.

Até aqui se percebeu a noção de totalidade como inerente à elaboração do pensamento, e a lógica para o seu conhecimento a elaboração de um sistema de categoriais figurativas do real, que por sua vez são retroalimentadas na relação parte e todo.

Se, a atualidade compreende a imagem primeira do mundo, na busca por um método de investigação, a Geografia se depara com a função de ciência das conjunturas e do resultado das sucessões de conjunturas (GEORGE, 1980, p. 16). Desta maneira, ela se diferencia das demais ciências do espaço, tendo como objeto o conhecimento das situações:

A preocupação essencial de qualificação das relações entre as situações e o espaço concreto que está no centro de todo estudo geográfico não implica, portanto, na imutabilidade dos limites do espaço geográfico. Este espaço geográfico aparece assim, não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. O próprio espaço torna-se situação (GEORGE, 1980, p. 22).

O que então elucidava o geógrafo francês na obra originalmente publicada no ano de 1964 trata de uma retomada do objeto. Abnegando a noção absoluta e geométrica do espaço, descolada do tempo e, por outro lado, reconhecendo o espaço por um ponto de vista relacional, à medida que o próprio espaço torna-se situação. Não é demais reafirmar que “toda a situação é movimento” (Ibidem, p. 24).

1.3.1 Os eventos: Sudeste Paraense, de 1970 - 2000

Desde a investigação geográfica dos grandes números, tal como sugeria Pierre George, partindo da escala geográfica do Município de São Félix do Xingu, se recorreu à investigação dos eventos, ou da historicidade imbricada às transformações do espaço. Observou-se desta maneira, a relevância dos acontecimentos a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970. Como marcadora dos eventos, a técnica historicamente específica, principal vetor de transformação do espaço para a sua aparente atualidade foi, portanto, datada. A abertura da estrada de rodagem, a PA-279 a partir de 1976 ligando o Município a rede rodoviária do Brasil (Centro-Oeste/Sudeste) ainda incipiente, como até a recém aberta rodovia de traçado longitudinal, Belém-Brasília (aberta a partir de 1950 e inaugurada em 1974). E, pela mesma cidade, central na distribuição da rede rodoviária, Marabá, a uma segunda grande rodovia, essa de traçado transversal, a Transamazônica (iniciada em 1970 e

inaugurada em 1972). De São Félix foi possível acessá-la pela cidade de Marabá. São Félix do Xingu havia sido, portanto, conectada à malha rodoviária federal.

Adiante da abertura de rodovias outro evento que marca a transformação do espaço é o da colonização dirigida. Quase sempre a cargo do INCRA, no caso de São Félix, tratou-se também de colonização particular pela mesma empreiteira responsável pela abertura da estrada, a construtora nacional Andrade Gutierrez.

Ainda definindo os eventos, aquele que também incide na re-estruturação do espaço é a descoberta de minério na Serra de Carajás em 1967. E da exploração mineral pela então Companhia estatal Vale do Rio Doce.

No Sudeste Paraense se instalaram importantes projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND instituído entre 1975 e 1979. No âmbito do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), o Programa Grande Carajás (PGC) e mega projetos agropecuários com apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Após 1974, o Governo Civil Militar em relação à destinação das terras públicas priorizou os projetos de colonização particular e projetos voltados ao grande capital a partir da destinação de imensas glebas de terras às grandes companhias nacionais e transacionais, período marcado pela apropriação monopolista da terra, como sugeria Becker (1982).

Figura 2 - O líder Kaiapó em Londres em protesto contra o financiamento internacional



Fonte: MORTON, 1988.

No *boom* da ocupação, o Sudeste Paraense ao mesmo tempo em que objeto de planejamento econômico, também figurava como área de emergência de conflitos. A região tornou-se a partir da segunda metade do século XX um quadro vivo de violências e disputas por terras, bem como de flagrantes de condições de trabalho escravo, empregado no processo de abertura das fazendas. Em detrimento dos eventos (cujo vetor principal, a técnica, como já havia sido recomendado por Milton Santos (2012)), novos eventos de natureza jurídica induziram o surgimento de novas formas geográficas.

Em 25 de julho de 1961, através do Decreto n° 51.029, o então presidente da república criou seis reservas florestais equivalentes a 11,5 milhões de hectares, tendo uma delas 1.843.000 hectares, a Reserva de Gorotire. No artigo 4° presumia-se que “dentro do polígono constitutivo da Reserva Florestal serão respeitadas as terras do índio de forma a preservar as populações aborígenes, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor” (BRASIL, 1961). O polígono, pela lei, delimitado - ao norte e leste pelo rio Fresco, ao norte e oeste pelo rio Xingu e ao sul pelo paralelo 8° foi sobreposto por outra lei desta vez estadual promulgada em dezembro do mesmo ano elevando São Félix do Xingu à categoria de município. Desmembrado de Altamira, a Lei Estadual n.º 2.460, de 29/12/1961 concedeu à Vila ribeirinha o caráter de município cuja sede desde então esteve sobreposta à Reserva criada para a reprodução física e cultural do povo indígena Kaiapó.

São Félix do Xingu havia sido visitado por geólogos nos anos 1920, e mais tarde por geólogos da companhia norte-americana *US Steel*, naquele momento a maior siderúrgica dos Estados Unidos. A companhia financiava pesquisas geológicas na Amazônia, África e outras regiões de provável riqueza mineral em busca de manganês. Em julho de 1967, alojados em um acampamento ribeirinho no Xingu, uma equipe de trabalhadores regionais e o geólogo brasileiro Breno Augusto dos Santos, tendo notado a diferença da vegetação das serras de Carajás forjou descida do helicóptero para a coleta de material geológico no alto da serra. Lá, não descobriram manganês, mas, a maior reserva mineral de ferro a céu aberto do mundo. A cidade de São Félix foi base para os trabalhos de prospecção mineral na região.

Figura 3 - Geólogo na Serra de São Félix



Fonte: SANTOS, 1968.

No contexto do Sudeste do Pará, a partir do final dos anos 1980, e começo dos anos 1990, em detrimento também da promulgação da Constituição Federal (1988) e da Lei de municípios de 1967 concedendo para isso poder aos estados, ocorreu um *boom* de criação de novos municípios. A partir dos anos 1990 surgia assim uma nova rede de articulação de poderes a nível regional, no qual São Félix se estabelece como o município mais antigo de sua microrregião.

Além do estabelecimento de novos territórios municipais, outras formas geográficas remarcam o espaço regional, trata-se da demarcação das Terras Indígenas. Influenciado pela reivindicação dos povos indígenas balizados pela nova Constituição Federal inicia-se, sobretudo, a partir do fim dos anos 1980 o processo de reconhecimento dos territórios de povos cuja ocupação e uso antecederiam à da chegada das técnicas (a estrada) e das novas formas (os municípios).

À medida do aumento da densidade dos conflitos entre as formas de apropriação do espaço, denso também se tornou o jogo de articulações das redes de poder segundo os interesses diversos de usos e apropriações. A partir dos anos 2000 novas formas tornam o espaço regional continuamente mais complexo, trata da criação das Unidades de Conservação,

balizadas pela lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei n.º 9.985), estabelecida em julho de 2000.

Incidu sob o território municipal de São Félix uma área definida como prioritária para a conservação, nos moldes da Lei do SNUC, então chamada de mosaico de conservação da Terra do Meio. E, criadas Unidades de Conservação de distintas categorias de uso, sobretudo a partir de 2005. O mosaico da Terra do Meio é compreendido por um contínuo de florestas preservadas entre a malha rodoviária (a BR-163 a oeste, PA-276 a leste) e a Transamazônica ao norte. Corresponde a uma área total equivalendo a 6% do Estado do Pará, distribuídas principalmente entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu.

A criação de áreas voltadas para a conservação, no decorrer da primeira década dos anos 2000 em São Félix do Xingu por muitas razões estava dissociada à prática econômica que então se tornaria sua tradição mais representativa: a pecuária. Em 1994, poucas eram as fazendas, voltadas até então para o abastecimento do mercado interno, enquanto entre 2002 e 2003 o Município já saltava para seu primeiro milhão de cabeças. Atualmente com um plantel bovino de 2,5 milhões, São Félix do Xingu tomou uma identidade nacional como o detentor do maior rebanho. Ocupando pouco mais de 20% de sua extensão territorial, uma das maiores do país, as fazendas compõem formas geográficas diversas, uma vez que ali figuram unidades produtivas desde pequenas, médias, até complexos de fazendas que chega a somar 500 mil hectares de um mesmo grupo proprietário.

Localizado no encontro entre os rios Fresco e Xingu, é o segundo Município com maior extensão territorial do Estado do Pará, e o sexto do país. Sua área de 84 mil Km² não chega a ser maior do que a vizinha Altamira, cuja área de mais de 159 mil Km².

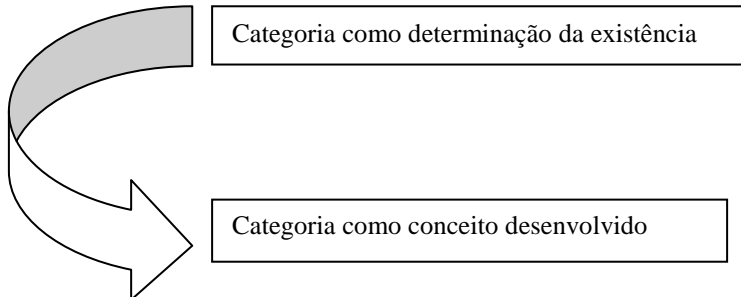
1.4 O sistema categorial

As categorias, diante da organização de um método científico, funcionam como a sua chave, já que elas representam os conceitos em ação (MOREIRA, 2013, p. 108).

Desta forma, podemos até aqui presumir o movimento das categorias em determinado plano analítico compondo um sistema categorial, permitindo por isso a sua articulação. Conduzida por um movimento duplo em que, ao longo do desenvolvimento do pensamento ocorra uma fundamentação dos conceitos. Compreende-se diante disso, em um primeiro momento as categorias saltadas como determinação da existência, enquanto no segundo

momento passam a ser conceitos desenvolvidos. Essa transmutação deve, portanto, ocorrer no que aqui estamos chamando de “viagem de ida” e de “viagem de volta”.

Figura 4 - Esquema de articulação de categorias em duas vias



Tomando junto a isso, como base, o procedimento recomendado por Coraggio (1987) em seu esforço de análise regional da América Latina:

El procedimiento correcto para um estudio rigurosos sería: comenzar con un análisis de la categoría espacio en relación a los procesos naturales; ver de qué forma esta categoría entra en los procesos sociales a través de la relación entre naturaleza y sociedad y, asimismo, ver cuál es su relación con el espacio ideal de las geometrías (CORAGGIO, 1987, p. 21).

Primeiro, recomendou o autor, análise pelas categorias do espaço que correspondam aos processos naturais. Adiante a inserção delas nos processos sociais tendo em vista a interação sociedade e natureza, avaliando a relação destas categorias com o “espaço ideal das geometrías”. Devendo-se chegar a um próximo conceito. Neste próximo momento, de associação das categorias do ponto de vista de suas atribuições naturais com os eventos de padronização geométrica, reconheceu o autor, o soerguimento do conceito de região.

Em um intrigante diálogo entre a filosofia da ciência com a obra do escritor argentino Jorge Luiz Borges, Duayer (2015) identificou em um de seus contos uma crítica ao conhecimento, operada por dois momentos. Um primeiro momento, em que a prática de conhecer corresponde a ter acesso aos infinitos detalhes de tudo o que existe e acontece; “para, em seguida, dar a entender que conhecer é esquecer os detalhes; é, enfim, sintetizar – o outro movimento do conhecer” (DUAYER, 2015, p.54).

O segundo momento o de “esquecimento” dos detalhes corresponde então ao momento de sintetizar, ou, àquele em que se atinge uma nova figuração do objeto. Agora embasada por conceitos fundamentados, ou seja, científicos. Assim também deverá atuar o presente método da análise.

1.4.1 Na viagem de ida e de volta estão o rio, a região e o município

Na “viagem de ida” identificamos as categorias chaves de análise. Sabendo ainda da compreensão do espaço geográfico e das formas sob a perspectiva de cada “natureza”. Ora, ainda que o espaço geográfico contenha estruturas que ultrapassem a simples aparência, o cruzamento entre o “ver” e o “conhecer” desencadeia a interpretação, devendo ser fundamentada pelas categorias agrupadas em um sistema lógico. Observando a aparência do espaço apreendida sob a quadratura da *situação geográfica*, a princípio fundamentadora da pesquisa de campo; reconhecemos as categorias: rio, região e município.

A primeira, a categoria “rio” remete ao espaço como ente físico apropriada socialmente a partir do uso pelos povos originários para quem a figuração de espaço-geográfico possui referencial ecológico. Trata-se até então do espaço de uso e representação de um ser social para quem as relações com a natureza e entre si, são diretas.

Em seguida, associado à inserção da técnica no espaço e, principalmente, das estradas de rodagem, recorreremos à categoria de região. Neste caso, o espaço é tomado pelo ponto de vista abstrato e geométrico, pois é modificado pela inserção do planejamento econômico do Estado, associado aos grandes grupos empresariais.

Emerge então a terceira categoria no arcabouço da análise: a categoria Município. Na boca do rio, onde termina a estrada, e começa o encontro entre as águas dos rios Xingu e Fresco está o Município de São Félix do Xingu. Na porção territorial de grandes jazidas minerais: nova forma, novo objeto geográfico. Reafirmado pela Constituição Federal de 1988, chamada de “constituição municipalista”, Município enquanto categoria da prática será aqui acionado para a compreensão da atualidade. Sabendo ainda, da necessidade de interação com as demais categorias da prática, o rio Xingu, e região Sudeste Paraense.

1.4.2 Rio Xingu

Figura 5 - Foto aérea do rio Xingu



Fonte: SANTOS, 1967.

Nos limites meridionais da Amazônia brasileira, nasce o rio. Nas cabeceiras múltiplas, um notável rebaixamento e estreitamento dos interflúvios, margeada por florestas-galeria coalescentes (AB’SÁBER, 1996, p. 40). O Alto curso do rio demarca a transição morfoclimática entre dois grandes domínios brasileiros: o Cerrado e a Amazônia. E também, entre regiões, isto é, áreas diferenciadas por modos de ocupação e uso.

Um conjunto de terras baixas de escala subcontinental, a bacia amazônica é constituída na definição de Ab’Sáber (1996) por planícies aluviais e colinas tubuliformes envolvidas pela concavidade interior das terras andinas e subandinas, pelo Planalto das Guianas e pelo Planalto Brasileiro. Abrigando uma rede de drenagem que contrasta gigantescos caudais à “trama fina dos igarapés”, entremeada em sua maior parte pelos interflúvios de florestas equatoriais. Às margens da grande bacia, paisagens se diferenciam em função da complexa interação dos fatores morfo-estruturais, faixas de transição do domínio amazônico com outros grandes domínios paisagísticos, como com o domínio dos Cerrados do Brasil Central (AB’SÁBER, 1996, p. 38).

Perante a análise do processo histórico da Amazônia, o rio surge como categoria geográfica. O rio é a escala dos que vivem. O rio é a escala daqueles que navegam o espaço (físico). O rio não é a escala daqueles que, sob mapas, sob mesas, em edifícios: planejam. A categoria dessa escala é a região. O rio, ao deparar-se com a região é re-planejado, tornado jurisdição por um lado, e por outro, passivo/ativo econômico.

Figura 6 - Foto aérea do rio Iriri



Fonte: SANTOS, 1967.

1.4.2.1 Antes, o rio da Dúvida

O rio que antes fora chamado de “rio da Dúvida” nasce em Rondônia, atravessa o noroeste do estado do Mato Grosso, o sul do estado do Amazonas até desaguar no rio Aripuanã, afluente do rio Madeira, afluente da margem direita do rio Amazonas. Trata-se, portanto, de um rio de quarta grandeza na bacia do Amazonas, localizado entre as sub-bacias do Madeira e do Tapajós.

No entanto, até o começo do século XX, o curso d’água ainda desconhecido das cartas náuticas da América do Sul foi cotado como aquele que poderia ligar as duas grandes bacias: do Amazonas e a do rio da Prata. O rio e a dúvida só foram então desvendados a partir de uma

expedição científica lideradas por Theodore Roosevelt (1859-1919), duas vezes presidente dos Estados Unidos, em companhia do então coronel Cândido Rondon (1865-1958) quem naquele momento já era considerado o maior desbravador do interior do Brasil. A expedição científica Rondon-Roosevelt teve início em 1913 partindo do rio Corumbá, hoje localizado no estado do Mato Grosso do Sul. A expedição viajou pelos rios do Pantanal chegando à Cuiabá e de lá até as proximidades do rio da Dúvida.

A viagem pelo rio da Dúvida ocorreu assim entre fevereiro e abril de 1914. No sentido sul-norte a expedição atingiu o Amazonas. Então membro da Sociedade Geográfica Americana, Theodore Roosevelt (2010, p.93) afirmava que uma vez localizados na parte meridional da vasta floresta, percorrendo um rio desconhecido e imprevisível e de cuja existência os geógrafos não suspeitavam.

Roosevelt ao lado de Rondon percorreram o rio da Dúvida em busca de uma descoberta geográfica empírica, nos moldes do Método Científico Experimental da filosofia positivista endossada naquele fim de século XIX e começo do XX. Dedicando a maior parte de sua vida para a elaboração das primeiras cartas geográficas brasileiras, o Marechal Cândido Rondon percorreu cerca de 500 mil km², entre os sertões, cerrados, pantanal, florestas e fronteiras do Brasil. Demarcou estados, como o Mato Grosso e Pará no começo do século XX. Roosevelt além de estadista foi também naturalista, quem durante sua atuação como Presidente criou reservas de preservação ecológica na América do Norte. A expedição pelo rio da Dúvida revelou para o Estado brasileiro e para as ciências, descobertas. Tal como reiterou Roosevelt: “até aqui inteiramente desconhecido dos geógrafos e em sua maior parte de qualquer pessoa, a não ser de algumas tribos locais, passaria a se chamar “rio Roosevelt” (ROOSEVELT, 2010, p. 341). O rio cujo curso não conectava a bacia do rio da Prata, mas, que levava no sentido norte ao Amazonas foi nomeado por intervenção do Marechal Rondon de rio Roosevelt.

Para o nosso interesse vale ressaltar a ação científica – da expedição – para prosseguir com o ato de “conhecer”. Theodore Roosevelt reiteradamente em seu livro *Through the Brazilian Wilderness* resalta a grandeza e a importância da expedição. Por outro lado assume que apesar de não constar nas cartas náuticas, o rio da Dúvida era então conhecido pelas populações locais. Há na ação científica uma questão que é inerente ao ato e a produção do conhecimento, trata-se da escala. E, ela mesma confere à ação e ao seu produto, uma relatividade. O deslocamento do(a) geógrafo(a) é por si uma interação entre escalas, em que a produção do conhecimento está indubitavelmente entrelaçada entre uma escala e outra, a local e a do/a cientista.

Em função disso, a produção do conhecimento, assim como o método científico sobressaltado no empirismo de dois dos maiores “geógrafos” Rondon e Roosevelt é em termos de prática, e de metáfora, uma viagem pelo rio da dúvida. A descoberta em si talvez não seja propriamente o objeto, mas sim, a própria Dúvida.

1.4.2.3 O rio da Solidão

Figura 7 - Foto aérea da localidade São Francisco na margem do rio Xingu



Fonte: SANTOS, 1967.

O rio, antes conhecido por seus habitantes como Rio da Solidão, está a oeste, o primeiro depois da bacia do Araguaia-Tocantins, aquele que marca a entrada desde a costa brasileira, atlântico-leste, para a Floresta equatorial.

O rio agora conhecido como Xingu, nasce do encontro das serras Formosa e do Roncador, divisor de águas de onde brotam as cabeceiras do Alto curso do rio, no Cerrado brasileiro. Mas, antes da Serra Formosa está a Serra do Cachimbo, ela se estende desde o sentido de sudeste ao noroeste, do Mato Grosso, até o sul do Pará onde converge em direção a Serra Formosa.

Nas porções das Serras do Cachimbo e da Serra Formosa, a formação de um Vale dá origem às bacias fluviais do Tapajós e do Xingu. Também ali além da transição de relevo, de

clima, há a transição da vegetação. Estas áreas então margeiam e interagem com a área *core* da Floresta.

Rio Ferro, Sete de Setembro, Batovi e o seu principal formador, o rio Culuene, afluentes cujas cabeceiras estão no norte do Planalto Central Brasileiro seguindo seu curso pelo atual Território Indígena do Xingu – TIX, aonde se unem aos rios Manissauá-Miçu, Arraias e Suiá-Miçu. Percorrendo por cerca de 150 quilômetros no interior do TIX, atingindo então outro território indígena “Terra Indígena Capoto Jarina” onde recebe os rios Huaiá-Miçu, Aiuiá-Miçu e rio Jarina. Atinge a área municipal de São José do Xingu, município criado no ano de 1991, e que surgiu do núcleo de povoamento chamado “Fazenda bang-bang”.

Ao cruzar para o estado do Pará o rio assume o seu médio curso, se afastando da margem e indo em direção ao *core* da floresta. Passando então pelo território indígena do povo Kaiapó, o rio vai se tornando mais caudaloso chegando à cidade ribeirinha de São Félix do Xingu aonde recebe pela direita um de seus afluentes, o rio Fresco. Atravessando a área urbana o rio percorre áreas de fazendas, e áreas de unidades de conservação na margem esquerda e terras indígenas na margem direita. O primeiro território indígena, ao contrário da localização dos territórios do povo do tronco lingüístico Macro-Jê, Kaiapó, encontra-se na margem esquerda, o povo Parakanã Apyterewa falantes de uma língua do tronco tupi. Em seguida outro território indígena Tupi, desta vez do povo Araweté do igarapé Ipixuna. O Ipixuna, um afluente do rio. Contíguo está mais um território indígena Tupi, do povo Assurini, conhecidos como Assurini do Xingu como diferenciação dos Assurini do Tocantins. Após esse trajeto tendo recebido as águas de importantes afluentes, um deles o seu principal, o rio Iriri, quem deságua pela esquerda e recebe outros afluentes como o Riozinho e rio Curuá.

Figura 8 - Foto aérea de aldeia do povo indígena Assurini no afluente do Xingu



Foto: SANTOS, 1967.

O rio caudaloso atravessa então a cidade de Altamira, com população estimada de 117.320 habitantes. Dali segue fazendo a grande volta – chamada de “Volta Grande do Xingu”, como uma serpente que se curva para adaptar o corpo ao relevo.

Figura 9 - Foto aérea da cidade de Altamira na margem do Xingu



Fonte: SANTOS, 1967.

Recebendo adiante os rios Bacajá e Pacajá, que nascem no interflúvio Tocantins-Xingu, enquanto os da margem esquerda deságuam no Iriri e nascem no interflúvio Tapajós - Xingu. Adiante, corredeiras tornam o rio mais difícil de navegar, até que ele se abre em um grande lago até sua foz, no rio Amazonas. A vazão na volta aumentada foi capturada para a geração de energia onde se instalou a Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHE Belo Monte. Antes de se abrir, o rio é atingido por trecho da rodovia Transamazônica, onde em uma localidade chamada Belo Monte, anterior à Usina Hidrelétrica, balsas atravessam os veículos desde o trecho vindo de Anapu, Uruará, Medicilândia para Altamira. No curso baixo, o rio amplo atinge as cidades de Vitória do Xingu, Senador José Porfírio. Por ali, vai se misturando ao grande rio, o Amazonas, aonde quase na desembocadura recebe pela margem esquerda o seu último afluente, o rio Jaraucú.

Figura 10 - Foto aérea do rio Amazonas



Fonte: SANTOS, 1967.

A Bacia do Xingu possui uma área de 531.250 km², maior que o território da Espanha. Aonde vivem 26 povos indígenas falantes de uma diversidade de línguas, distribuídos em 21 Terras Indígenas demarcadas e homologadas pelo Estado, que ocupa parte de duas das maiores unidades federativas em extensão do país, os estados do Mato Grosso e do Pará. Além das Terras Indígenas, na bacia do Xingu somam 09 unidades de conservação da natureza, juntas, todas as áreas protegidas, equivalem a 26,5 milhões de hectares, conservando

no curso alto áreas do bioma cerrado, e de transição para o bioma amazônico. Ademais, às margens deste rio, também vive uma população cabocla dissidente dos ciclos econômicos do extrativismo vegetal, hoje reconhecidas pelo Estado como comunidades tradicionais ocupando as reservas extrativistas - Resex, por exemplo.

Figura 11 – Foto aérea de comunidade ribeirinha do Xingu - São Francisco



Fonte: SANTOS, 1967.

Segundo documento redigido por religiosos da Prelazia do Xingu, até o século XVII as expedições e missões religiosas encontraram o rio pelo nome Tuyá que na língua nativa significa rio da Solidão. Habitado por populações numerosas, como dos Yudjá (os donos do rio). O refúgio nas matas a oeste ocorreu à medida que as frentes coloniais desde a costa avançou pela bacia do rio São Francisco até a bacia do Tocantins. Também expandindo pelo Planalto, mas ainda não pelas matas impenetráveis e então solitárias do rio Tuyá. Tido como um nome de luto pelos colonizadores que visitaram os indígenas no século XVII, outro nome foi escolhido pelos indígenas: Xingu, ao qual é atribuído o significado “casa de Deus”. Um “paraíso continental”, abrigando povos originários, mais tarde, haveria de se tornar outro tipo de refúgio.

Entrepasto de comercialização de látex, a ilha ocupada como núcleo urbano típico da estrutura de seringal marcada pelo barracão de comercialização como objeto geográfico fundador, pertencia a Altamira, cidade que mantinha o monopólio comercial de látex na região.

1.4.2.4 São Félix da Boca do Rio

Figura 12 - Foto aérea do encontro entre rios Fresco e Xingu



Fonte: SANTOS, 1967.

Com a vinda do coronel Tancredo Martins Jorge da Bahia no ano de 1900 para controlar os seringais das matas do chamado “Alto Xingu” foi quando então a história do “rio da solidão” com a do santo da tradição católica, São Félix se conectou. A imagem trazida pelo coronel, tendo em vista a crença católica, de que ela defenderia o povo cristão do ataque dos índios Kaiapó. Nos chamados “beiradões” a população não-indígena é regionalmente conhecida como “cristãos”, para se diferenciar dos indígenas. A imagem do santo foi instalada em uma ilha aonde então se concentrava o núcleo urbano da economia da borracha. A localização dos assentamentos dos não-índios, ou, dos cristãos, concentrada em ilhas tratava de estratégia de defesa contra os ataques Kaiapó.

O povo Kaiapó, povo indígena numeroso e aguerrido chegou às proximidades do Xingu e Araguaia adiante do século XIX, migrando desde o bioma Cerrado, em definitivo pra os interflúvios da bacia amazônica. Instalados em grandes aldeias nas terras firmes do Xingu, do Fresco e do Riozinho, saíam em expedições guerreiras em direção às colocações dos seringueiros com o intuito de saqueá-los para a aquisição de ferramentas, armas, mantimentos, e, do seqüestro de mulheres e crianças. Havia, portanto, um verdadeiro pânico instalado nas ilhas onde viviam as comunidades de seringueiros, quase sempre migrantes nordestinos,

chamados entre si de *arigós* como adjetivo ao seu pouco conhecimento da mata amazônica. Por outro lado, os Kaiapós defendiam os seus territórios, sabendo da ameaça pelas doenças e massacres de aldeias inteiras que já haviam sofrido em contextos de colonização.

Assim como a prática dos indígenas Kaiapó nas florestas do Xingu, durante o século XII e XIII no Mar Mediterrâneo, os Mouros, povo proveniente da África, saqueavam navios, cidades e portos, levando como escravos aqueles ali também chamados de cristãos. Os mouros foram por essas práticas, considerados piratas muçulmanos. Félix de Valois, pertencente à dinastia real francesa tendo renunciado aos privilégios da coroa real foi tornar-se sacerdote, fundando uma Ordem religiosa que tinha como finalidade o resgate dos cristãos presos pelos piratas Mouros.

A crença, portanto, em São Félix nas matas do Xingu conferia aos homens e mulheres da comunidade organizada em torno da economia do extrativismo, uma segurança perante a silenciosa ameaça da violência e do rapto pelos índios Kaiapó.

No início do século XX, mais precisamente no verão amazônico de 1914, iniciou-se a instalação da sede do município na terra firme do encontro entre os rios Fresco e Xingu, cujo nome dado naquele momento foi o de “São Félix da Boca do Rio”.

1.4.3 Região

Para Becker (1998, p. 98) a regionalização na Amazônia brasileira estava naquele momento fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais. A Amazônia Oriental, cujo núcleo o Sul do Pará (Sudeste do Pará), e a Amazônia Meridional, apenas esboçada naquele momento, em torno de Rondônia. Referente à Amazônia Oriental, situada estrategicamente no contato entre os centros dinâmicos do Centro-Sul do país, e a bacia de mão-de-obra, a Região Nordeste, o Sudeste paraense foi a primeira área a ser povoada na expansão da fronteira, para a qual o eixo de penetração havia sido a rodovia Belém-Brasília (BECKER, 1998, p. 101).

Geiger (1964, p. 25), então geógrafo do IBGE, buscando definir o conceito de região apresentou por princípio a unidade parte/todo que o termo prontamente desperta e, em segundo lugar, acrescentou que a ação humana constitui o elemento por excelência que dinamiza o *espaço geográfico*. E que, portanto, renova sempre as formas de inter-relações espaciais, ou seja, desta interação da parte com o todo mediada pela ação humana. Tendo em

vista, conforme ressaltado pelo geógrafo, o caráter concreto do *espaço geográfico* cuja dinâmica também ocorre independente da ação humana, como por exemplo, em função de suas características geomorfológicas. A respeito das práticas humanas, Geiger (1964, p. 26) as atribui ao trabalho e ao desenvolvimento das técnicas. À luz de tal entendimento, o geógrafo pioneiro em estudos regionais elucida o conceito de região a partir das práticas desdobradas do trabalho materializadas no espaço, como aquelas, capazes de dinamizar e configurar porções do espaço, ocasionando o aumento de sua complexidade até a sua classificação como regiões econômicas.

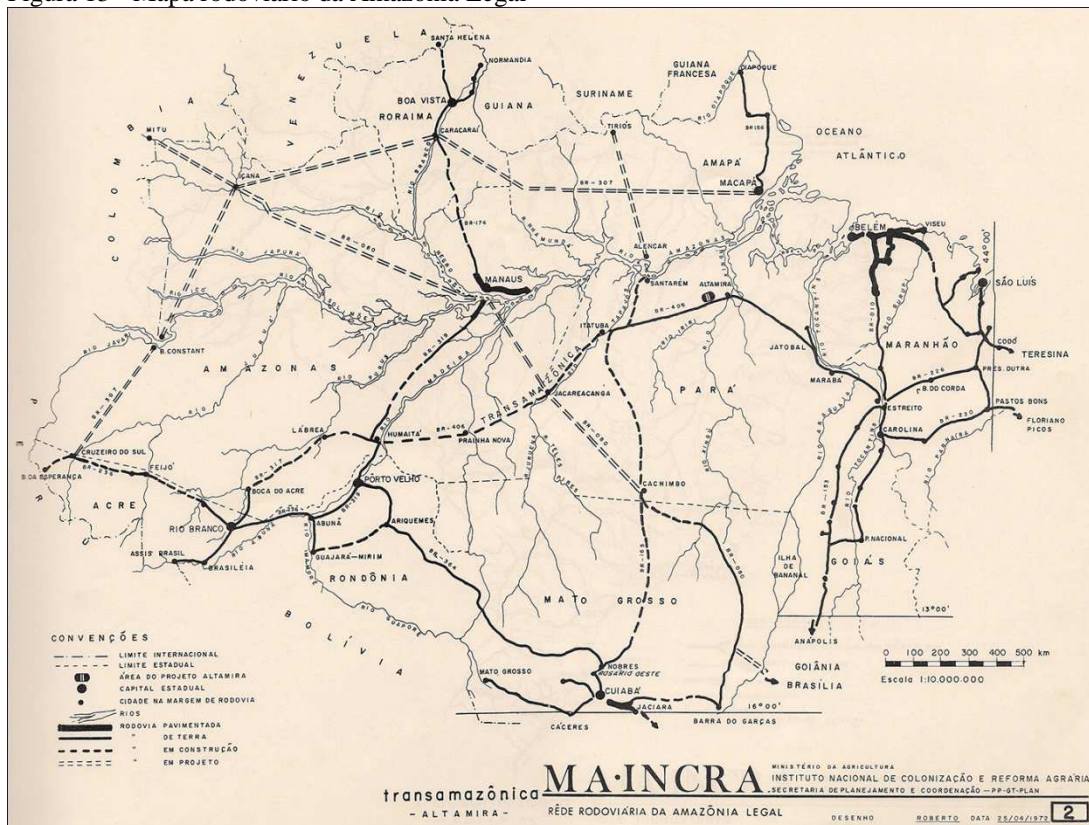
Faz-se necessário frisar a importância das pesquisas e elaboração teórica entorno da Geografia e da geografia do Brasil pelo geógrafo Pedro Geiger, e, portanto, a sua contribuição a uma ciência, sobretudo, voltado ao planejamento estatal. A região, enquanto categoria pode-se notar, não apenas, mas também no contexto brasileiro, está sem dúvida relacionada ao planejamento econômico por parte do Estado.

A Amazônia Legal Brasileira foi criada como conceito político voltado para o planejamento e desenvolvimento regional através da lei 1.806 de 06/01/1953, alterada posteriormente pela lei 5.173 de 27/10/1966 e pela lei complementar 31 de 11/10/1977. Ocupando uma área que corresponde a 59% do território brasileiro, ela abrange oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parcialmente o Estado do Maranhão (a oeste), constituindo área total de 5,0 milhões de quilômetros quadrados.

Com o olhar voltado para a Amazônia brasileira naquele decorrer da segunda metade do século XX, Bertha Becker (1998) incute ao conceito de região outras variáveis atendendo as demandas provavelmente observadas. Para ela a variável demográfica tornava a região na fronteira uma experiência distinta daquelas de áreas já consolidadas. E por isso, percebeu a região tendo em vista a observação das práticas de poder. Becker então definiu a região como “um campo territorial que manifesta a emergência de um poder local específico que o quadro institucional procura legalizar” (BECKER, 1998, p. 97).

O processo que leva a regionalização e institui a região, na situação analisada especificamente por Becker, tem por influência a presença de migrantes recentes e desenraizados que inseridos em um contexto de tomada da modernização, compõem processos de descaracterização da identidade regional; e, nesse sentido, o choque com as sociedades locais, desenvolve formas específicas de conflito, característico do processo de regionalização na fronteira (BECKER, 1998, p. 97).

Figura 13 - Mapa rodoviário da Amazônia Legal



Fonte: INCRA, 1971.

1.4.3.1 Sudeste Paraense

Figura 14 - Jazida de ferro no Sudeste Paraense



Fonte: SANTOS, 1980.

Neste tópico deve-se considerar a divisão e conceito estabelecido pelo IBGE na publicação: “Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas de 1990”. Desta forma, a fim de localizar o objeto de nossa análise situaremos a escala a nível regional, tendo circunscrita a Mesorregião Sudeste Paraense.

Formada por 39 municípios, a mesorregião Sudeste possui uma área de aproximadamente 297 mil km², o que corresponde a 23,8% do Estado do Pará. Sua população supera o 1,6 milhão, possuindo taxa de urbanização em torno de 70%. A transformação sócio-espacial no recorte regional registra uma dinâmica intensa, típica de regiões de fronteira, sobretudo na Amazônia a partir dos anos 1970, quando foi instituído o I Plano Nacional de Integração – PIN.

Até 1970 no Sudeste Paraense eram nove municípios, relacionados à economia ribeirinha e do extrativismo. A partir, principalmente, da década de 1990 há um *boom* de criação de novos municípios, associados ao contínuo crescimento demográfico, desta vez associados ao sistema de rodagem implantado como parte da política de integração da Amazônia.

As estradas estão, portanto, associados aos projetos de colonização, e posteriormente, a partir de 1974, as prioridades da Política de Integração Nacional - PIN foram redirecionadas. Ao invés dos projetos de colonização, ou da reforma agrária dirigida, passa a privilegiar grandes projetos, sobretudo, de pecuária e mineração, o que é fundamental para a re-estruturação e dinamização econômica do Sudeste paraense.

Criado em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Polamazônia consistiu na definição de 15 pólos de desenvolvimento. No caso do Sudeste do Pará destaca-se o Pólo Carajás, de exploração mineral. E na pecuária, o Pólo Xingu-Araguaia abarcando o sul da mesorregião, e o Norte do Mato Grosso. Havendo também a criação de incentivos fiscais e creditícios concedidos a grandes empresas.

O Pólo Carajás abrigava então a maior mina a céu aberto de exploração de minério de ferro do mundo. Além do ferro, a prospecção mineral identificou outros importantes minerais de alto valor no mercado internacional, tornando-a conhecida como maior província mineral do planeta. De controle da na época, empresa estatal Vale do Rio Doce, a exploração do ferro em Carajás implicou na construção da ferrovia Estrada de Ferro Carajás ligando Carajás ao Porto de Ponta da Madeira em São Luiz do Maranhão, além do surgimento de municípios diretamente relacionados à mineração, como Parauapebas localizada no sopé da Serra de Carajás.

Figura 15 - Mina de ferro de Carajás – Planta de beneficiamento e pera ferroviária



Fonte: SANTOS, 1989.

Desdobrado do Projeto Ferro Carajás, o Programa Grande Carajás - PGC foi fundado pelo Presidente da República João Figueiredo através do Decreto Lei 1813 de 24 de novembro de 1980. No escopo do PGC, estavam, principalmente, projetos de garantia das condições de infra-estrutura para a exploração e transporte das jazidas de minério de ferro. Financiado com recursos de empréstimo concedido pelo Banco Mundial foram inseridos dentro do PGC a construção da Estrada de Ferro Carajás iniciada em 1982 e a construção da hidroelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

Também a descoberta de ouro no garimpo de Serra Pelada repercutiu na re-estruturação dessa região. Uma extensão geológica da Serra dos Carajás, o ouro de aluvião em Serra Pelada foi descoberto por fazendeiros locais, nos anos 1970. De pequeno garimpo, passou em 1980, a comportar cerca de 30 mil homens vindos das mais diversas partes do país. O garimpo de Serra Pelada espontaneamente se tornou um fenômeno a nível nacional, atraindo e dispersando um grande contingente populacional na mesorregião. Muitos garimpeiros migravam para outros garimpos, ou mesmo para trabalhos como peões em fazendas, ou empreendiam ocupação de terras públicas em municípios vizinhos.

Figura 16 - Nova Babilônia - Garimpo de Serra Pelada



Fonte: SANTOS, 1980.

Em função da implantação do Pólo Agropecuário Xingu-Araguaia, o Sul do Pará e o Norte do Mato Grosso concentraram a partir de então, as maiores fazendas do Brasil subsidiadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; esta fase foi marcada pela apropriação de imensas glebas por grandes companhias construtoras nacionais e por empresas multinacionais como *Andrade Gutierrez*, *Camargo Corrêa*, *Liquigás*, *Nestlé*, *Goodyear*, *Ultra*, *Volkswagen* (MELLO, 2006, p. 37). Atestou Becker (1982, p. 81) de que o caráter predominante neste período foi “a busca do monopólio da terra em que o Estado cumpre o papel de recriação do espaço a partir do interesse privado”. Emblemático no período foi o caso da fazenda de criação de gado de 140 mil hectares estabelecida em 1973 no Vale do Araguaia, pertencente à empresa multinacional Volkswagen (VW). Com incentivos fiscais da SUDAM, a fazenda se pretendia um modelo para a pecuária em países tropicais. Apoiada pelo então ministro da Agricultura Alysson Paulinelli², ministro entre 1974 e 1979 durante o governo de Ernesto Geisel, quem sobre o projeto da fazenda modelo da multinacional dizia que a Amazônia seria convertida no maior território de criação de gado do mundo (ACKER, 2014).

² O agrônomo mineiro, formado pela UFLA foi ministro da agricultura durante o processo de “modernização” da atividade agropecuária brasileira, responsável pela ocupação do cerrado com agricultura em larga escala, além da expansão da pecuária para a Amazônia, com destaque para a região Sul do Pará e Norte do Mato Grosso. Em 2021, indicado por organizações do agronegócio brasileiro como candidato ao Prêmio Nobel da Paz.

Figura 17 - Fazenda Volkswagen



Fonte: WEIHS, 1973.

No entanto, no início dos anos 1980 a Fazenda Cristalino conhecida como Fazenda Volkswagen, acabou se tornando um pivô para a discussão nacional e internacional sobre a questão ecológica, e sobretudo do papel da Amazônia nas mudanças climáticas perante o mundo moderno globalizado.

Desta maneira, já na década de 1980 havia na mesorregião Sudeste Paraense uma crescente pressão demográfica, uma vez que tanto a colonização como os grandes projetos direta ou indiretamente atraiu milhares de migrantes. Perante um cenário de violência e conflitos no campo, o governo se viu pressionado a retomar a política fundiária, para isto foi criado em 1980 o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT, cujos objetivos principais, a regularização fundiária e a ordenação jurídica da terra.

No Sudeste Paraense, o período de atuação do GETAT levou ao surgimento de projetos de colonização e, por conseguinte, de núcleos urbanos, tornados municípios nos anos 1990. Caso por exemplo, de Canaã dos Carajás. Assentamento criado em 1982 pelo GETAT, foi emancipada em 1994. Também o atual município de Água Azul do Norte originou-se para dar suporte ao Projeto Grande Carajás, sua emancipação ocorreu em 1991.

Em 1978, o INCRA abriu concorrência pública para a implantação de um projeto de colonização particular em uma área de 400 mil hectares no município de São Félix do Xingu vencida pela construtora Andrade Gutierrez. No ano de 1981 teve início a construção do projeto que incluiu uma cidade planejada e a rodovia PA-279 ligando o núcleo urbano do assentamento à Xinguara, trecho de 160 km. Chamado de Projeto Tucumã, selecionados

colonos apenas da região Sul do país cujo primeiro critério da seleção, o de quem podia pagar pela terra. Para o controle e impedimento de invasões da área do Projeto Tucumã, a empresa Andrade Gutierrez implantou uma espécie de pedágio na passagem da PA-279 no trecho das terras do Projeto. Para isso, havia sido implantada uma guarita com o chamado “correntão” por onde cada passante deveria ser identificado.

Figura 18 – Pista de pouso em Tucumã, Sul do Pará, 1983



Fonte: AVENTUREIROS DO AR, 1983.

Paralela a implantação do Projeto Tucumã, e dos demais projetos de colonização na região houve uma ascensão rápida e meteórica de exploração madeireira. Havendo assim o auge da exploração principalmente do mogno, naquele momento conhecido como ouro verde. Embora, a atuação da empresa seguisse padrões de legalidade, havia a exploração de madeira e de minério dali dispersada, de maneira ilegal. A exploração madeireira, contou com uso principalmente de aeronaves para a identificação das reservas de mogno, entre outras espécies de interesse econômico. Abaixo, o registro fotográfico realizado por um ex-piloto revela um grande número de aeronaves acompanhadas de três grandes tanques de combustível.

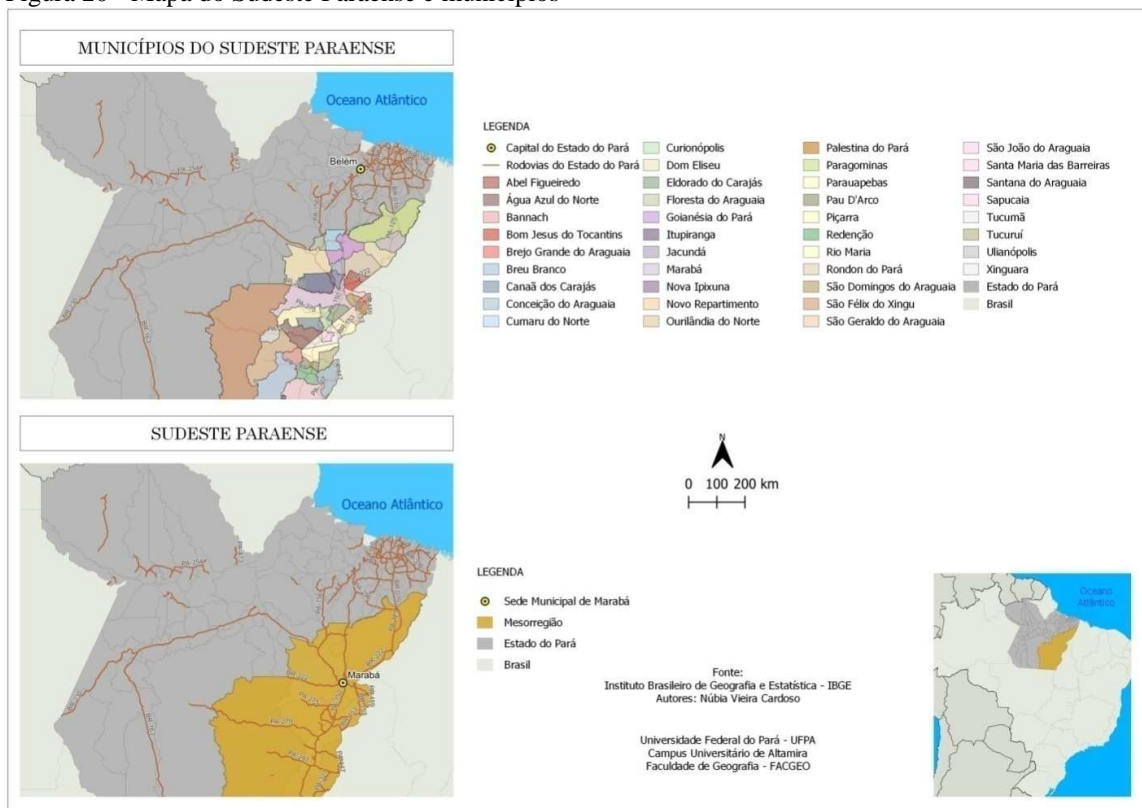
Figura 19 - Piloto de aeronave e garimpeiro na “cidade proibida”: Guarita



Fonte: AVENTUREIROS DO AR, 1983.

A notícia da descoberta de ouro naquela região fez aumentar o afluxo de migrantes a partir de 1982. Ao mesmo tempo em que no pedágio de identificação da Andrade Gutierrez, chamada “Gurita”, formou-se um núcleo de urbanização espontânea. Origem do atual município de Ourilândia do Norte. A atividade de exploração dispersada a partir do Projeto Tucumã tinha como subsídio logístico o núcleo urbano fora dos seus limites. Surgia então uma rápida urbanização nos arredores dos territórios indígenas do povo Kaiapó onde estavam grandes reservas de ouro e, de mogno. O GETAT instituiu posteriormente o Projeto de colonização Ourilândia do Norte e a Construtora Andrade Gutierrez se retirou tendo sido indenizada pelo Governo Federal em 1984.

Figura 20 - Mapa do Sudeste Paraense e municípios



Fonte: A Autora, 2023.

Na distribuição atual a Mesorregião Sudeste Paraense é atualmente formada por sete microrregiões sendo elas: Microrregião Tucuruí (11 municípios); Microrregião Paragominas (07 municípios); Microrregião São Félix do Xingu (05 municípios); Microrregião Parauapebas (05 municípios); Microrregião Marabá (05 municípios); Microrregião Redenção (07 municípios); Microrregião Conceição do Araguaia (04 municípios).

O Produto Interno Bruto absoluto e per capita da região tem como a principal atividade a produção mineral de Carajás. O município de Canaã dos Carajás, por exemplo, da microrregião Parauapebas foi aquele que registrou o maior Produto Interno Bruto - PIB per capita do país no ano de 2020. A diferença com o PIB per capita nacional foi de quase dez vezes mais. Dentre as mesorregiões do Estado do Pará é aquela com o maior rebanho bovino, atingindo o plantel de 13.906.483 de cabeças, enquanto o plantel do estado do Pará é de 20.881.204.

A microrregião São Félix do Xingu Formada por 05 municípios (Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu) possui um plantel de 3.779.619 cabeças. São Félix possui o primeiro, e em segundo o de Cumaru do Norte com 700 mil, estando os outros na faixa dos 200 mil e mais de 300 mil em Tucumã.

Ancorados no conceito de região tanto de Geiger (1964), quanto de Becker (1998), citados acima, pode ser lido o processo de criação de municípios no estado do Pará após a segunda metade do século XX. Segundo Tavares (2008, p. 69) há uma relação direta com a construção de vias de comunicação terrestre. Explica a autora, que a abertura de rodovias alterou o padrão espacial de disposição dos municípios, até então dependentes das vias fluviais. O aparato técnico, vetor da modernização, representado pela abertura de estradas, sendo a primeira a Belém-Brasília nos 1950, sem dúvida, redimensionou o padrão sócio-espacial na Amazônia brasileira. Se antes a disposição das sedes municipais estava referenciada no padrão espacial de via fluvial e assim, instalados nas margens dos rios, com a abertura de rodovias, demonstra a pesquisa de Tavares (2008) houve um *boom* de criação de municípios.

A partir da segunda metade do século XX, iniciou-se desta maneira, uma maior mobilidade populacional para a Amazônia em busca de terras devolutas, provocando o surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, e, um novo surto de municipalização no Pará (TAVARES, 2008, p. 71). É possível identificar, portanto, a influência da abertura de rodovias tanto para a criação de novos municípios com sua respectiva autonomia administrativa, o que reflete tanto práticas de poder ao mesmo tempo em que práticas econômicas. Eleito governador pela primeira vez em 1982, o governo de Jader Barbalho emancipou parte dos municípios do Sudeste do Pará durante o seu primeiro mandato, e o segundo entre 1991 e 1994.

Considerada um marco para o municipalismo, a Constituição Federal (CF) de 1988 elevou os municípios à categoria de unidade federativa dotada de autonomia administrativa, normativa, política e financeira. Além disso, permitiu a criação de municipalidades pela própria Unidade da Federação. No Sudeste paraense foram criados 26 dos 39 existentes hoje.

2. A VIAGEM DE VOLTA: DO CONCRETO AO ABSTRATO

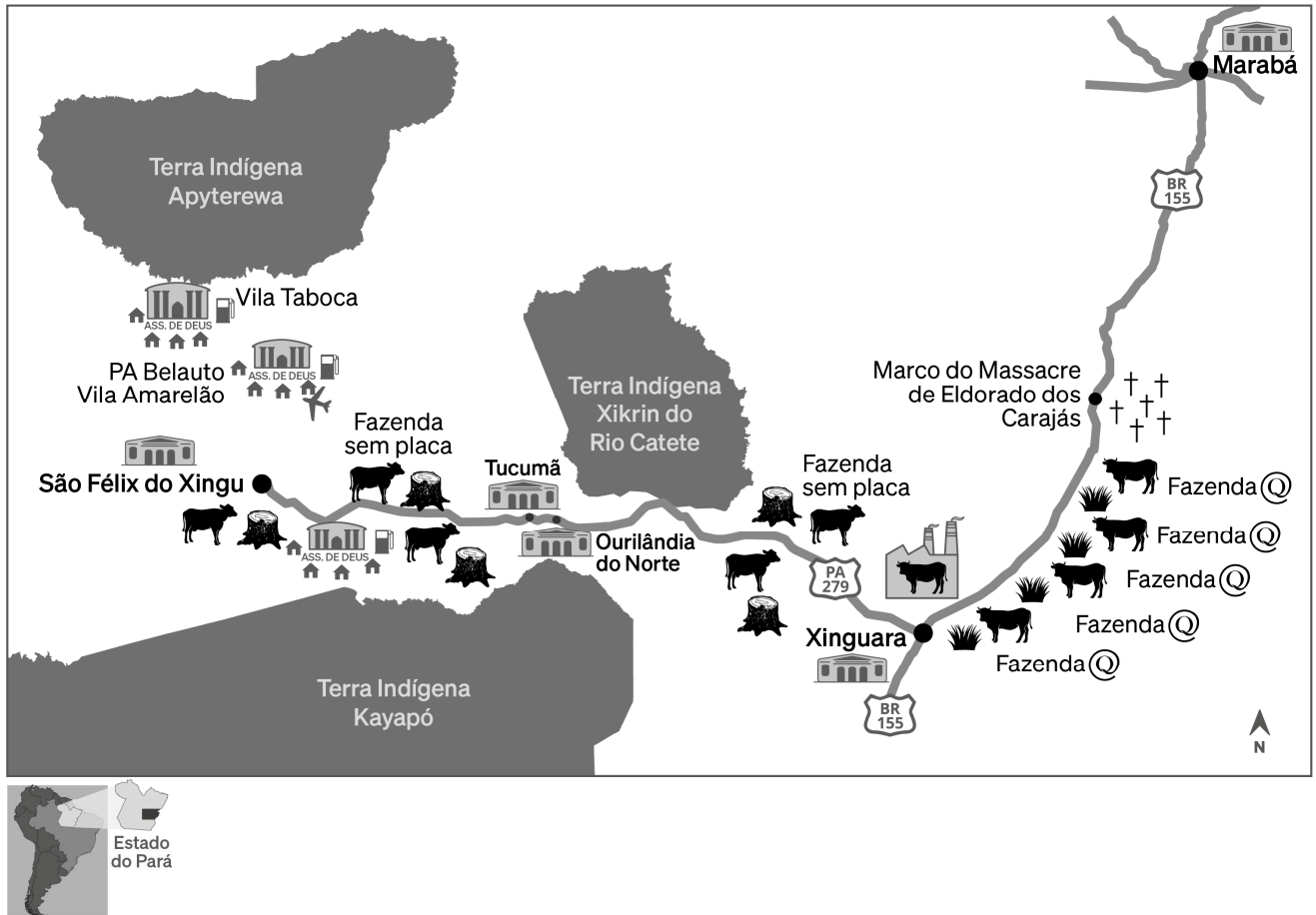
[...] toda ciência totaliza, forma uma figuração da realidade em questão, uma reprodução do concreto, resultado do processo de síntese. Faz a viagem de retorno com os elementos obtidos no processo de análise (DUAYER, p. 6, 2019).

2.1 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de junho e julho de 2022, entre a cidade de São Félix do Xingu e depois retomando a Marabá, de lá para a cidade de Altamira. O trajeto do deslocamento foi por meio de transporte público e a estadia, principalmente, em São Félix do Xingu, entre dois hotéis da cidade. Ambos localizados na Avenida que margeia o encontro dos rios Xingu e Fresco e possuem públicos distintos. O primeiro dos hotéis, procurado por fazendeiros e compradores/comerciantes de terra, e o segundo referência de hospedagem dos indígenas Kaiapó.

O relato de campo a seguir tem como base as anotações no caderno de campo e, no georeferenciamento das informações à medida do registro durante o itinerário da viagem e da estadia. No trecho rodoviário entre Marabá e São Félix do Xingu, pela BR-155 e depois pela PA-279, utilizando o aplicativo *Avenza Maps*® foi se georeferenciando locais de relevância perante o objeto da pesquisa. Abaixo segue o mapa ilustrativo do trabalho de campo, onde a partir do reconhecimento de padrões, diante da repetição de estruturas foi assim elaborada uma figuração síntese.

Figura 1 – Mapa ilustrado do trabalho de campo



Fonte: Yamamoto, (2023) com informações da autora.

A saída da cidade do Rio de Janeiro ocorreu no dia seis de junho do ano de 2022 em direção a Brasília – DF. De lá outro voo para Marabá, a “capital” do Sudeste Paraense, chegando no dia sete de junho pela manhã. Da descida do avião: o hálito amazônico, desde o inverno de Brasília para o verão de Marabá. Hospedada na proximidade da rodoviária, na manhã de oito de junho embarquei no primeiro ônibus com destino a São Félix do Xingu. À 500 km na direção oeste, penetrando cada vez mais o que há pouco era quase tudo floresta. Para chegar a São Félix há um único acesso, pela rodovia PA-279, conectada à BR-155 que vai de Marabá à Redenção no sul do Pará.

De traçado longitudinal ligando municípios do Sudeste Paraense, a rodovia está inscrita na área de influência da chamada Província Mineral de Carajás. Seguindo chega-se à cidade de Eldorado dos Carajás de onde da estrada se avista o monumento em memória do chamado Massacre de Eldorado ocorrido em abril de 1996 quando dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar – PM do Estado.

Figura 21 - Enterro das vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: SALGADO, 1996.

Em direção ao Sul do Pará, definição última que a rigor da oficial, permanece como conceito local, há um entroncamento em que se acessa a PA-279. Do entroncamento das duas rodovias cuja implantação teve início em meados de 1973 surgia um núcleo urbano conhecido na época como Entroncamento do Xingu. Mais tarde denominada Xinguara pela posição entre as bacias Xingu e Araguaia.

Xinguara possui um rebanho bovino de pouco mais de 500 mil cabeças (546.029) em uma área de 3.779 km². Delimitação territorial pequena quando comparada a São Félix do Xingu. No município de Xinguara não há terras indígenas ou unidades de conservação. O que deve indicar que a área municipal é constituída quase que em sua totalidade pela apropriação privada.

Diferente de municípios onde há o predomínio territorial de áreas de preservação, isto é, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nesse caso, esses municípios representam fronteiras abertas, onde ainda há áreas a serem tomadas pelo mercado. Enquanto que aquelas ao longo da BR-155, tal como Xinguara, deve representar uma fronteira consolidada.

Durante o trabalho de campo se notou a partir da interação com moradores regionais a comparação entre Xinguara e São Félix. Para citar um exemplo, um jovem vendedor de máquinas de pagamento via cartão, migrou de Xinguara para São Félix do Xingu porque, segundo ele, a economia de Xinguara já se encontra estagnada, enquanto São Félix está

“sempre crescendo” e por isso, oferece mais oportunidades. No Município de São Félix, as vilas são o seu mais alto potencial de clientela, à medida que ocorrem picos da atividade garimpeira ou de invasão de terras da União ou do Estado, surgem novas demandas, pela crescente urbanização.

Xinguara possui uma localização estratégica no eixo rodoviário que conecta o raio regional de um rebanho bovino com cerca de oito milhões de cabeças. Um recorte regional composto por municípios das bacias do Araguaia e do Xingu. Além disso, Xinguara abriga um complexo frigorífico, tornando-a um pólo da agroindústria da carne. Recentemente foi inaugurada em Xinguara a unidade de confinamento com capacidade para 20 mil bois da transnacional da indústria da carne, JBS. No recorte regional, Marabá se destaca com um rebanho de mais de 01 milhão, só perdendo para São Félix. Diferente de Xinguara que só possui 18% de floresta, São Félix possui 74,4%, a maioria composta pelas Terras Indígenas Kaiapó. Sendo as áreas de apropriação privada entorno de 26% para uma área total de 84 mil km².

Pela BR-155 antes de chegar à Xinguara nos limites do Município de Sapucaia, chama atenção a repetição de sedes de fazendas com nomes de santos da tradição católica, placas penduradas nas entradas das sedes, para além dos nomes de santos comunica outro nome, esse sim, comum a todas: o sobrenome da família proprietária de inicial Q. Entre Sapucaia e Xinguara foram georeferenciadas 06 fazendas com sedes e placas indicando o mesmo sobrenome.

Diferente das fazendas à margem da PA-279, quase sempre sem placa de identificação, mas, identificadas pela presença de indicador de financiamento do Banco da Amazônia - BASA.

Incentivado pela política agrária do Governo Civil Militar, o grupo implantou fazendas entre Xinguara e Sapucaia em 1973. A família proprietária pertencente à elite econômica brasileira, para quem a tradição de negócios vai além da pecuária e quem o sobrenome dado a uma rodovia que atravessa seu estado de origem. O seu papel recordista em terras e bois lhes rendeu além de tudo a alcunha de “reis do gado”. O que no decorrer dos anos 1990 certamente influenciou culturalmente o país, pois são apontados como inspiração para o título e personagem da telenovela brasileira “O Rei do Gado”, exibida entre junho de 1996 e fevereiro de 1997. A novela que trazia a problemática da distribuição das terras no país foi exibida dois meses depois do massacre de Eldorado dos Carajás. Na trama, a terra aparece concentrada, primeiro nos cafezais do interior do Estado de São Paulo, e mais tarde nas fazendas de pecuária na região na bacia do rio Araguaia. Naquele ano de 1996, com a repercussão

nacional e internacional do massacre e, da emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST presente em todo o território nacional, “O Rei do Gado” trazia nas cenas, acampamentos do MST, indígenas do rio Araguaia, além do núcleo pecuarista quem vivendo na metrópole de São Paulo em repetidas cenas visitava as terras e avistava sua boiada desde um avião.

Mas, diferente da trama romântica da novela e da estética das fachadas, uma das 05 fazendas ficou conhecida em março do ano 2000 quando 85 trabalhadores em condições de trabalho análogo à escravidão foram de lá resgatados. Segundo o MPF (2017) havia denúncias de trabalho escravo na fazenda à Polícia Federal desde 1988. Em abril de 1997, 43 trabalhadores haviam sido resgatados na fazenda dos reis do gado da vida real. Ainda assim, não houve punição e nem impedimento para que em 2000, através da fuga e denúncia de dois jovens trabalhadores, conduzisse ao resgate de mais 85 trabalhadores. O caso teve repercussão mundial levando o Estado brasileiro a ser julgado e condenado em 2016 na Corte Interamericana de Direitos Humanos por conivência à escravidão contemporânea.

Em seis de junho de 2022, dia em que saí do Rio de Janeiro em direção ao “Sul do Pará”, uma notícia preocupava, a que Dom Phillips, jornalista inglês e Bruno Pereira, indigenista da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estavam desaparecidos no Vale do Javari (AM) desde o dia anterior. Logo no primeiro contato com a notícia na noite no aeroporto de Brasília pelas redes sociais uma angústia e tensão envolveram a atmosfera subjetiva da então pesquisa de campo. Na manhã de 08 de junho, assistindo ao telejornal no quarto de hotel próximo à rodoviária em Marabá, o desaparecimento do jornalista e do indigenista compunha a notícia principal. Os dois viajavam em direção ao município de Atalaia do Norte (AM). Localizado na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, o Vale do Javari possui a maior concentração de indígenas em condição de auto-isolamento, sendo também noticiada como região de conflitos relacionados ao narcotráfico internacional, extração de madeira e garimpo. Somente dezoito dias após o desaparecimento, os corpos do jornalista e do indigenista foram entregues à família.

As sedes municipais à beira da BR-155 apesar de sediarem rebanhos bovinos milionários, frigoríficos cujo papel na agroindústria brasileira toma posto de centralidade possuem uma deficiência em estrutura de serviços públicos, e até mesmo da estrada por onde se escoam a produção de boi e carne. Há trechos desta rodovia completamente esburacados. As rodoviárias por onde param o ônibus possuem uma estrutura tipicamente improvisada, tornando-se mesmo, um padrão regional.

Ao sair da cidade de Xinguara, desde a rodoviária, atravessou o olhar da pesquisadora uma casa entre partes de alvenaria, outra de palha: utilizando o conceito do geógrafo Milton Santos, uma rugosidade espacial, preservada desde o final dos anos 1970 e 1980, tempos de “abertura” da atual Xinguara. Na frente da “rugosidade” impetrada na paisagem urbana daquele entroncamento no Sudeste do Pará uma casa de palha e madeira, meninas expostas.

Um mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) de pontos vulneráveis à prostituição infantil nas estradas do país em 2013 revelou o Pará com o maior número e o segundo no Brasil, atrás apenas do estado do Mato Grosso. Outro dado, dessa vez do IBGE, mostra o Pará com uma taxa de trabalho infantil de 13,6%, superior à média nacional, sendo a exploração sexual uma forma de trabalho infantil.

Ao contrário da rugosidade saltada da paisagem urbana, inaugurado em 2021 pela JBS, o Boitel, trata de uma estrutura que oferece confinamento e engorda para até 20 mil cabeças de gado. Com elevado padrão de organização e planejamento, ela representa o que há de moderno no município de Xinguara.

Figura 22 – Boitel em Xinguara



Fonte: GIRODOBOI, 2023.

O filme “Iracema, uma transa amazônica” do gênero drama-documental dirigido por Jorge Bodanzky e Orlando Sena foi filmado em 1974, seguindo o passo de um caminhoneiro quem transportava madeira serrada dos portos de Belém para o restante do Brasil. O filme foi gravado no auge da expansão da fronteira econômica para a Amazônia. O caminhoneiro segue pela rodovia recém aberta Transamazônica desde a cidade de Belém na companhia de

Iracema, amazônida, quem aos quinze anos iniciava sua vida na prostituição. Proibido pela censura do Governo Civil Militar, o filme só pode ser lançado ao público geral no Brasil em 1981, uma vez que foi tido como propaganda ruim do desenvolvimento na Amazônia, afinal nas cenas o desmatamento, a grilagem, à medida do movimento do caminhão, são acompanhados da prostituição e da miséria.

Figura 23 - Cartaz do filme, destacando a atriz Edna de Cássia, intérprete de Iracema



Fonte: IRACEMA, 1975.

No filme de Bodanzky, a participação de não-atores, entrevistados na margem da rodovia Transamazônica, tornados personagens no filme, além da participação da própria paisagem, concedem um misto de verdade e ficção. No final, ao contrário de madeira serrada desde Belém, o caminhoneiro paulista agora transporta bois, tendo visivelmente melhorado de vida, ao contrário de Iracema que se dilacera na mais irrestrita miséria.

Voltando ao trecho de deslocamento de Marabá até São Félix do Xingu, na viagem de quase 12 horas, pouco ou quase nada de floresta sob o sol do chamado verão amazônico, naquele tempo de estiagem do mês de junho. Ademais da paisagem de pastagens, uma

novidade, plantações de milho em larga escala pronto para a colheita, anunciando a integração lavoura-pecuária, técnica utilizada em outras partes do país aonde o solo necessita de correção por seu uso já prolongado. Adiante, na estadia em campo, pude saber que de fato a integração agricultura-pecuária no Município de São Félix tem sido utilizada recentemente, do ano de 2020 em diante.

No acostamento da rodovia um boi morto, talvez tenha sido atropelado. A carne apodrecia sob o sol escaldante. Pensava: são tantos animais, provavelmente não tenha sequer havido desfalque no rebanho de determinado proprietário.

Seguindo pela PA-279, Água Azul do Norte é a primeira cidade depois do entroncamento de Xinguara com destino a São Félix, com extensão territorial de pouco mais de 7.000 km² possui um rebanho bovino de cerca de 700.000 cabeças ocupando 59% da área total do Município. Enquanto 40% do território municipal de cobertura florestal, o que corresponde principalmente à Terra Indígena Xikrim do Cateté, declarada em 1977, mas homologada em 1991.

Figura 24 - Foto aérea de aldeia do povo indígena Xikrim do rio Cateté



Fonte: SANTOS, 1967.

Se comparado à Xinguara, o rebanho bovino de Água Azul é aproximado, sendo o Município de Água Azul do Norte quase o dobro em extensão territorial, no entanto, o que

difere é que Xinguara não possui áreas protegidas (terras indígenas ou unidade de conservação).

A 147 km do entroncamento de onde começa a PA-279 está Ourilândia do Norte, próxima cidade depois de Água Azul do Norte. Elevado à categoria de município no ano de 1988, mesmo ano em que foi promulgada no Brasil a Constituinte em que um de seus artigos trata dos direitos dos povos originários lhes garantindo a demarcação de todos os territórios em um prazo de cinco anos.

Ao ingressar no Município se ingressa ao mesmo tempo em um complexo de terras indígenas do povo Kaiapó. Pertencente ao tronco lingüístico Macro-Jê, os contatos e territorialização do povo Kaiapó na região Sudeste Paraense foram consumados principalmente nos anos 1950 com o advento da exportação de caucho no contexto da Segunda Guerra Mundial, e mais tarde, das conseqüências da abertura da rodovia Belém-Brasília na bacia do Araguaia e de lá para a bacia do Xingu.

Figura 25 - Guerreiros Kaiapó na Assembléia Constituinte em Brasília



Fonte: RICARDO, 1988.

As terras Kaiapó compõem um complexo de terras indígenas demarcadas e homologadas no início dos anos 1990 que juntas somam 6,05 milhões de hectares. Ourilândia do Norte tem cerca de 90% de sua área municipal dentro da Terra Indígena Kaiapó. O município possui uma área de 14.410,56 km² enquanto a Terra Indígena Kaiapó, homologada

em 1991, possui 32.840 km². A terra indígena é duas vezes maior do que Município, não sendo, portanto difícil prever que a área de extrativismo mineral deve estar dentro do território indígena. Em meados de 1994 a TI Kaiapó ocupava a mídia de grande circulação devido à exploração do garimpo ilegal e da contaminação por mercúrio dos rios branco e Fresco, afluentes do Xingu³.

Conurbada à Ourilândia do Norte seguindo pela PA-279 chega-se a Tucumã. Com uma área de 2.535,11 km² Tucumã é o menor dos municípios da Microrregião de São Félix do Xingu. Em menos de uma década sua população aumentou sete vezes. A vila se transformou em base logística para a exploração do mogno e do ouro, o que, oficialmente, não era o propósito nem da urbanização nem da colonização. A 102 km do nosso destino final, o município que assim como Ourilândia foi desmembrado de São Félix do Xingu tem a área territorial contígua a TI Kaiapó. Da área total de Tucumã, as áreas de uso agropecuário representam 80%, enquanto de cobertura florestal 16%.

Chegando ao cair do dia até a cidade de São Félix do Xingu busquei um hotel para me instalar e aonde, a partir dali eu pudesse fazer contato com atores sociais do Município.

Assim, foram entrevistados desde empresários de origem do Sul do país migrados ainda na década de 1980 pelo incentivo da política de colonização do Governo Militar, fazendeiros desta mesma origem, ex-políticos assim como políticos atuais. Até profissionais de empresas especializadas em prestação de consultoria e venda de produtos agropecuários. Além de representantes de órgãos federais, estadual e municipal, agentes da pecuária municipal, corretores de imóveis, envolvidos com compra e venda de fazendas.

E além desses sujeitos foram também entrevistadas lideranças sindicais e de movimentos sociais. No total, realizadas 27 entrevistas com distintos atores em São Félix do Xingu e no distrito de Vila Taboca. Dezenove delas gravadas e cinco não, o critério de gravação coube aos entrevistados. Do tempo de chegada e estadia em São Félix do Xingu somaram 23 dias, sendo três deles contados por deslocamento e estadia em um hotel de Vila Taboca e depois o regresso a cidade de São Félix. O deslocamento para a Vila Taboca foi feito por via de transporte público e o contato com entrevistados mediado por professores da Unifesp, do campus de São Félix do Xingu. Além da rede acionada pelos próprios entrevistados.

³ A mais populosa das Terras Indígenas, a TI Kaiapó tem mais de 04 mil indivíduos, e do total da área demarcada, 11.542 hectares já foram revertidos em áreas de exploração de garimpo até o ano de 2021, segundo dados do Mapbiomas (2022). As conseqüências, para além da área localizada, têm sido convertidas a um impacto de escala regional, atingindo todo o restante da bacia do Xingu.

Observando o percurso da avenida que leva ao encontro dos rios Fresco e Xingu é possível perceber um panorama da cidade. Uma filial do maior supermercado da cidade, do outro lado da rua, o hotel de preferência de estadia dos indígenas Kaiapó com letreiro escrito em português e na língua Mëbengôkré. Mais adiante, comércios como papelaria, eletrônicos, mercearias, depósitos de bebidas. No próximo quarteirão da avenida o posto de gasolina. Em frente ao posto, localizados do outro lado da avenida, cerca de três bares em sequência, prosseguidos por cerca de três hotéis. Na proximidade dos bares e dos hotéis, prostíbulos. Diferente dos outros, são hotéis que costumam oferecer alimentação inclusa nas diárias, e, funcionam como “agências” de trabalhadores. O trabalhador, também conhecidos como peões, em geral homens migrantes dos estados do Maranhão, Piauí, ou do interior do Pará ali se hospedam para em seguida serem encaminhados para o trabalho em fazendas e/ou garimpos.

Caminhando mais adiante do lado direito da rua, passado o posto de gasolina, o Cartório de São Félix do Xingu. Do lado esquerdo, depois dos hotéis, uma Escola Municipal, e em frente: a Prefeitura. Um pouco mais adiante, chega-se à cooperativa de pequenos produtores de cacau, principalmente, castanha e folha de jaborandi. Caminhões carregados de cacau, folhas de jaborandi saem dali semanalmente para atender grandes empresas sediadas no centro-sul. Ainda mais adiante a Câmara Municipal, instalada em um prédio de construção recente já à frente do rio Fresco, onde não há casas ou outro tipo de construção.

Andar por essa rua sendo uma pesquisadora, vinda da região Sudeste fazendo perguntas para uns e outros não deixava de ser uma experiência tensa. À medida que eu por ali caminhava sentia olhares atentos aos passos, ao mesmo tempo em que, curiosamente tentava ver cada parte da rua. E nessas condições, em muitos momentos, justamente para chamar o mínimo de atenção, optei por não fotografar. A não fotografia aqui não é desta maneira fruto de um esquecimento, mas ela é uma, entre as práticas da pesquisa.

Durante as entrevistas do ponto de vista da prática de pesquisa buscou-se partir de uma postura menos interrogatória, por outro lado, adotando uma postura de escuta imparcial. E, para isso demonstrava pouco conhecimento prévio ou julgamento sob as realidades e pontos de vista apresentados.

As entrevistas ocorreram todas por via de indicação. Um entrevistado costumava indicar outro quem considerasse importante para a proposta da pesquisa. Em Vila Taboca, por exemplo, obtive ajuda de um morador indicado por professores da Universidade Federal do Sudeste Paraense.

Desta maneira, cada entrevista com determinado agente, estava situada dentro de um tema o que fazia com que durante a entrevista eu direcionasse as perguntas para esse determinado tema. Nessa perspectiva alguns momentos surpreendiam apesar do silêncio da pesquisadora, como é o caso do trabalhador que conforme pré-convicção nossa, havia sido vítima de trabalho escravo, mas que perante seu julgamento sentiu-se culpado por não poder servir ao patrão.

Ou no caso de um dos entrevistados, quem tendo sido flagrado quando retirava madeira ilegalmente dentro da TI Apyterwa pela fiscalização do IBAMA, fugiu deixando para trás seus documentos e pertences. Retornando ao local, relatou, tudo havia sido queimado, desde os documentos pessoais até sua motocicleta, único bem por ele adquirido em toda uma vida de trabalho. Em visível situação de doença, analfabeto, migrado do Maranhão, o homem estava recebendo ajuda comunitária. Pois diante do seu estado físico não conseguia mais servir como peão na extração madeira no interior das terras indígenas, onde pouco ganhava, embora tratar-se de uma atividade para essa classe, de maior risco, seja à integridade física, ou do ponto de vista criminal.

Conhecer ali uma fazenda aonde ao chegar imaginava que a casa dos funcionários fosse a casa dos patrões foi também mais um momento destes de surpresa e silêncio. Não havia diferença, todas as construções com um mesmo padrão material e estético. À frente das casas dos funcionários, jardins, varandas com redes para descanso, refeitório onde também fui convidada a comer, e onde os donos da fazenda comem junto aos funcionários. Dentre eles, aqueles que ali vivem de maneira fixa, e outros temporários, quase todos jovens na faixa dos 20 e poucos anos ou menos, migrados desde cidades do Maranhão, principalmente. Apesar do acesso ruim à fazenda a criação de matrizes com alta tecnologia atrai compradores de distintas partes do país, que ali chegam, assim como os proprietários, quase sempre por meio de aeronave.

As entrevistas, bem como o contato com as histórias de vida dos agentes sociais na fronteira, desmoronavam pré-conceitos que à sombra das ideologias trazidas se mostravam frágeis para um trabalho de pesquisa da natureza do que se havia ido buscar.

Entre estas personagens da fronteira, a mulher que vinda do Maranhão fora vendida a um cabaré na recém instalada Ourilândia do Norte, naquela época chamada de “Gurita”. Lugar que como disse a entrevistada se resumia a uma rua com vários cabarés e alguns bares.

Figura 26 - Parauapebas – Cabarés em Rio Verde



Fonte: SANTOS, 1982.

A mulher relatou que depois de um desentendimento com o dono do cabaré, local onde nunca pretendeu permanecer, fugiu para o garimpo indo trabalhar como cozinheira cujo pagamento feito em gramas de ouro. Hoje, ela é líder do movimento de luta pela terra, e vive no lote conquistado junto a outras famílias de seu trabalho como agricultora. A conquista do assentamento se deveu com o derramamento de sangue, pois o marido junto a outros homens apenas por atravessar pela terra de determinado fazendeiro foi assassinado. Segundo a mulher o fazendeiro já havia dado o recado de que qualquer um que por ali pisasse poderia ser morto, e de fato foi. Durante a estadia em São Félix ouvindo na rádio local um comunicado insistente era dado. Uma fazenda, uma das maiores do Município, avisava que não era permitida passagem por suas terras e, se por ali alguém cruzasse poderia ter problemas.

Em outra entrevista, outra mulher, em posição social distinta, migrada desde o estado de Santa Catarina relatou a trajetória de sua família desde a Áustria lugar de onde seguitos decidiram imigrar para o Brasil durante a Segunda Guerra. A saída da Europa teria sido a medida tomada para resguardar a continuidade do “sangue azul”, já que se tratava de descendentes do império austríaco. Instalados no Brasil a família se dedicou primeiro ao trabalho com serrarias de madeira no interior de Santa Catarina, e depois à pecuária, investindo mais tarde no setor de transportes e ramos da indústria.

A diversidade de atores entrevistados nesta pesquisa compõe um esforço de percepção não positiva, ou seja, que busca desfazer “clarezas” anteriores. Por causa da diversidade desses atores, à medida da prática, tratou-se então de não se estabelecer durante as interlocuções dualidades pré-concebidas, pois, ainda que houvesse materialmente diferenças marcadas por classes sociais, por exemplo, elas ali se mostraram sob formas, até então inimagináveis.

Perante a complexidade do contexto social pesquisado, bem como da violência envolvidas na dinâmica geoeconômica do Município, optou-se por não revelar a identidade dos entrevistados. Em São Félix do Xingu poucas leis, escritas, são de fato válidas. Mas há uma lei, não escrita, que essa sim sabiamente qualquer “cidadão” a ela adere, trata-se da lei do silêncio!

A fase final do campo foi realizada na cidade Altamira, ali entre as práticas de pesquisa, entrevista com representantes do IBAMA, e do órgão estadual ADEPARÁ a fim de comparação com o Município de São Félix do Xingu.

2.2 O Município de São Félix do Xingu

A população total do município de SFX estimada, segundo o IBGE foi de 132.138 habitantes para 2020. Com 91.340 habitantes segundo o censo de 2010, a população de São Félix do Xingu é dividida entre 45.113 habitantes residindo na sede enquanto mais da metade da população, 46.227, reside na área rural. Embora considerada pelo IBGE sob o gênero de área rural, trata-se de uma diversidade de ocupações, sendo parte dela núcleos urbanos com populações que superam os 10 mil habitantes até o caso do distrito de Vila Taboca que conta com o dobro disso. Além do quê, há nesses núcleos, uma população pendular que oscila de acordo com os ciclos de exploração econômica. Sobretudo, com a exploração do garimpo ilegal. A população está distribuída em 29 vilas e 08 distritos (Nereu; Taboca; Sudoeste; Lindoeste; Teilândia; Sudoeste; Ladeira Vermelha). Apenas no distrito de Vila Taboca, a população estimada é de 20 mil habitantes. Em São Félix do Xingu, município do maior rebanho bovino brasileiro, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,594, considerado baixo.

Localizado na bacia do Xingu, o território municipal corresponde à cerca de 7% do Estado do Pará. Com densidade demográfica de 1,08 hab/km², enquanto a do Estado de

aproximadamente 06 hab/km² e a do país de 24,57 hab/km². Abrigando atualmente 29 vilas distribuídas principalmente na porção centro-leste, nas proximidades da sede, e na porção nordeste.

Embora a maior parte da área do Município, cerca de 70% corresponda a áreas protegidas, sendo 51,9% compreendido por terras indígenas (45.000 km²); 20,6% por unidades de conservação (16.000 km²); e 3,7% de assentamentos federais (3.128 km²); a área ocupada por estabelecimentos rurais não deixa de ser representativa, sobretudo se comparada a outras proporções de uso do espaço. Trata-se de um total de mais de 23.000 km², o que equivale a quase três vezes à extensão territorial da Região Metropolitana de São Paulo. Enquanto que a pecuária ocupa mais de 90% das áreas de uso agropecuário de todo o município.

A Prefeitura Municipal no que refere à área total municipal faz a seguinte classificação: “zona de uso consolidada”, incluindo assentamentos rurais compondo 22,19% de toda a área territorial, enquanto a “zona de uso consolidada” e a APA Triunfo do Xingu (ZC + APA) correspondem a 35,23%. Somente a APA Triunfo do Xingu ocupa 13,04% da área total. Enquanto que as Terras Indígenas correspondem a 53,33% e as Unidades de conservação de proteção integral a 6,06%. Dentre as 29 vilas catalogadas pelo levantamento da prefeitura a Vila “Plano Dourado” é a mais distante da sede, situada a 315 km, na fronteira com o Norte do Mato Grosso.

Estudo realizado sobre as categorias de ocupação da terra em São Félix do Xingu definiu 04 tipologias (MACEDO et al., 2013) distribuídas em: “muito grande”, “grande”, “médio” e “pequeno”. A categorização realizada por esses autores foram alocadas de acordo com o tamanho das propriedades e das áreas desmatadas, áreas convertidas em pastagem. A referência utilizada foi dessa forma, os polígonos do chamado desmatamento por incremento. Esse último corresponde à medida anual dos polígonos desmatados, durante o período de estiagem na Amazônia. Conforme os tipos de abertura realizadas na floresta foram agrupadas aquelas consideradas “pequenas propriedades” as cujo desmatamento anual medido foi de até 30 ha; As consideradas médias de 30 a 100 ha; Enquanto as consideradas grandes aquelas cuja abertura anual na floresta foi de 100 até 500 ha; Já as muito grandes são aquelas com área de abertura anual superior a 500 ha. Os agentes “muito grandes” são assim classificados pelos autores como de caráter empresarial.

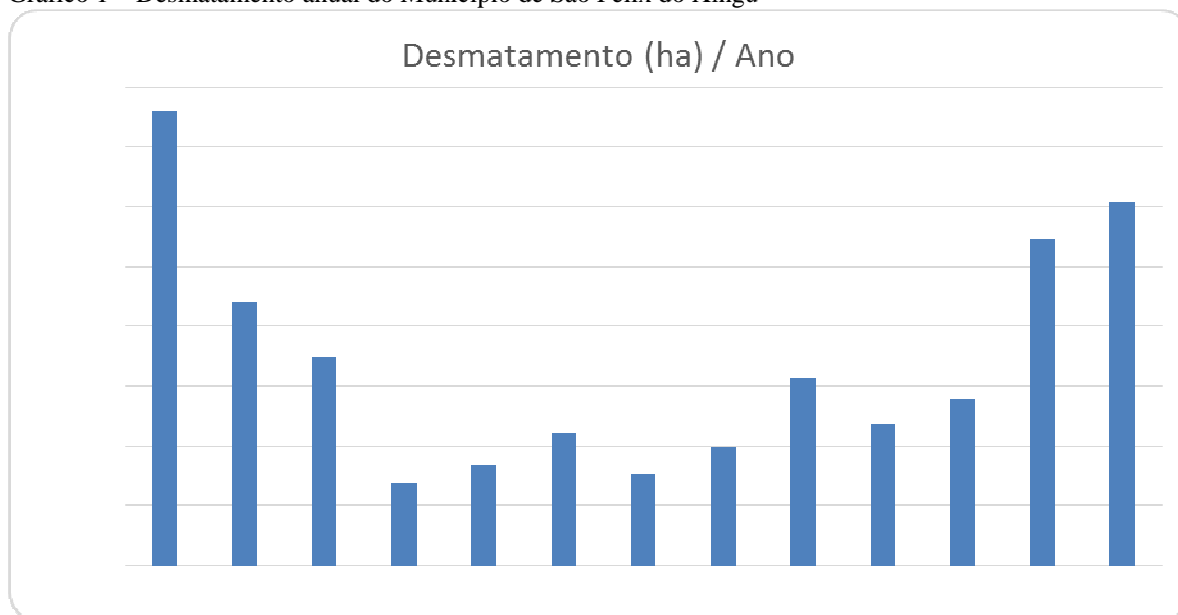
O estudo realizado em 2013 deve estar desatualizado perante os últimos anos quando o desmatamento por incremento obteve taxas com elevado crescimento se comparado aos anos anteriores. No entanto, a classificação dos autores dos tipos sociais dos padrões de uso da

terra no Município deve servir como ponto de partida para a compreensão dos sujeitos econômicos de acordo com a definição metodológica da presente pesquisa.

Ao comparem as aberturas realizadas pelo ator pequeno ao ator grande, Macedo et al. (2013) perceberam que a diferença foi de áreas até 20 vezes maiores. Havendo uma predominância de atuação do ator social “grande” nas áreas à margem esquerda do Xingu - que vão desde seu leito partindo em direção ao rio Iriri, abaixo da estrada conhecida como Canopus, área considerada como “vanguarda da frente pioneira” (MACEDO et al, 2013, p.105).

Os mesmos autores reconheceram uma mudança nos padrões de desmatamento após o ano de 2010, quando foi registrada uma queda do desmatamento no Município, ficando a cargo de áreas pequenas. O referido estudo demonstrou que entre 2001 e 2008 foram registradas as maiores taxas de desmatamento em São Félix do Xingu. Esse período correspondeu ao de abertura das fazendas de pecuária, momento em que o desmatamento mais expressivo foi de mais fácil detecção.

Gráfico 1 – Desmatamento anual do Município de São Félix do Xingu



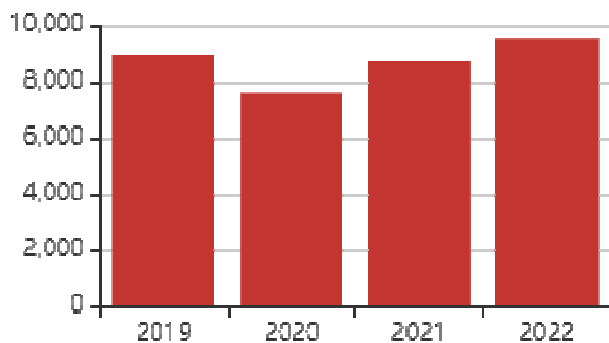
Fonte: PRODES/INPE, 2021.

O gráfico acima apresenta dados do chamado desmatamento por incremento que tem sido divulgado anualmente pelo INPE a partir de 2008. É possível constatar a alta até 2008, quando a partir do próximo ano houve queda. As menores taxas foram registradas entre 2011 e 2015, e em 2016 voltou a crescer. A partir de 2019 a coluna quase se aproxima da que representava o número de 2008. Ora, o estudo citado acima relacionou o período de 2001 a 2008 ao predomínio das grandes aberturas (100 – 500 ha) e muito grandes (500 ha acima).

Enquanto que a queda do desmatamento nos anos posteriores deve estar implicada não propriamente pelo fim do desmatamento, mas pela mudança de padrão. Ao contrário de grandes aberturas, o perfil foi de pequenas (até 30 ha). O retorno da crescente taxa de desmatamento deve confirmar a permanência do desmatamento como um problema intrínseco à região.

Na região é conhecido o processo em que os posseiros instalados nas pequenas aberturas cumprem como papel de “amansar a terra”. Ou seja, transformam a floresta em estabelecimentos rurais, com produção de alimentos e até de feições de urbanização. Para dar um exemplo, uma localidade vai se tornando vila quando oferece o serviço de venda de combustível, ainda que de maneira ilegal e rudimentar. Ou, junto à venda de combustível, a presença de um bar e/ou restaurante, e antes ou concomitante, a fundação de uma igreja pentecostal. O núcleo urbano deve funcionar ainda como a base logística para o estabelecimento de padrões de apropriação e de uso posteriores, devendo por isso explicar a finalidade das pequenas aberturas como um preparativo para o padrão das grandes aberturas, tal como é percebido na atualidade do desmatamento em São Félix do Xingu.

Gráfico 2 – Evolução da área desmatada em São Félix do Xingu

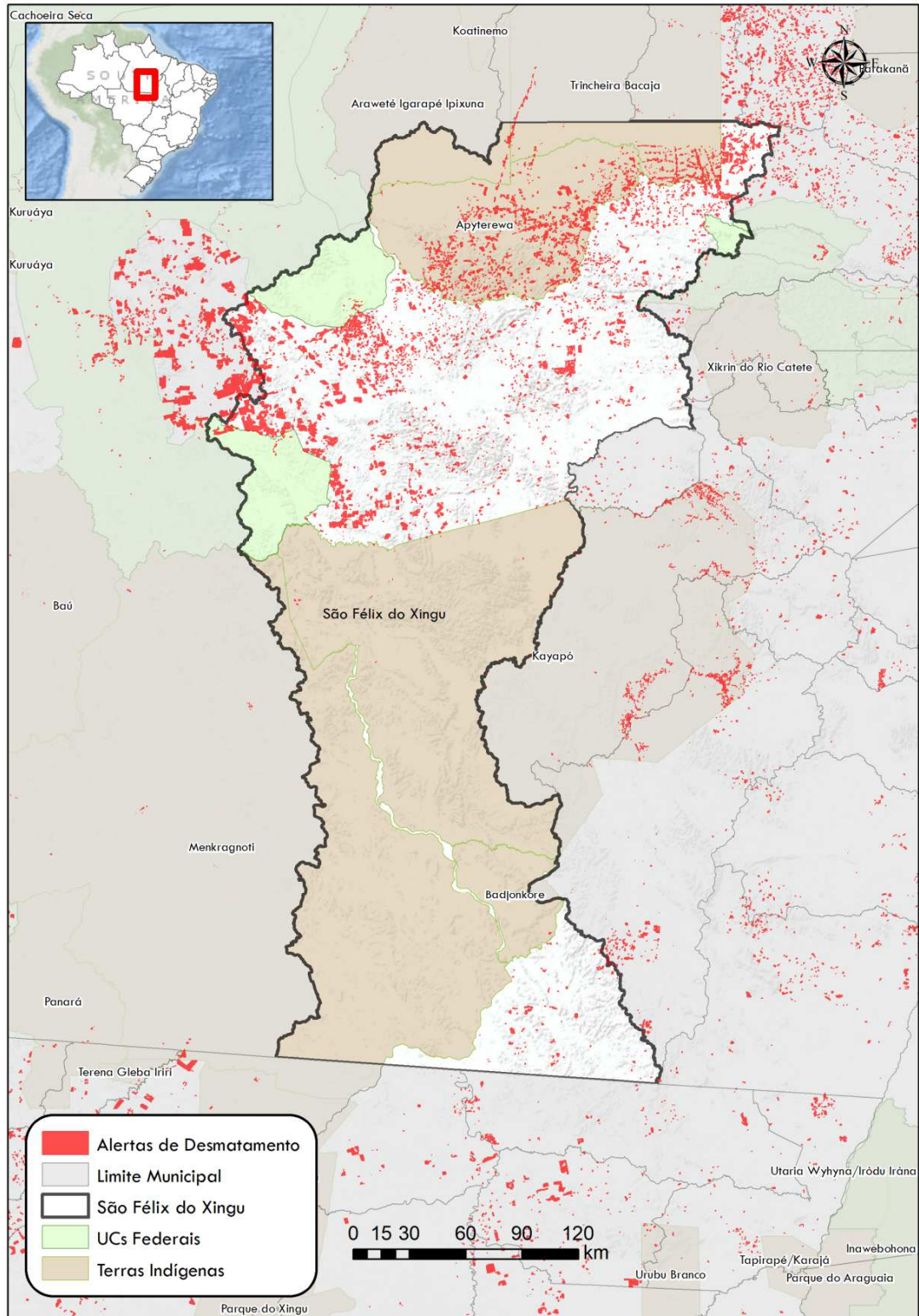


Fonte: MAPBIOMAS, 2023.

Observando o gráfico acima da evolução do desmatamento nos últimos quatro anos em São Félix do Xingu podemos observar dois extremos de altas, a de 2019, e a de 2022. Os dados de alerta de desmatamento fornecidos pelo *site* Mapbiomas (2023) confirmam que tanto o ano de 2019, quanto de 2022 registraram alta se comparados ao ano de 2020, por exemplo. Analisando os laudos dos alertas de desmatamento é possível identificar que nos anos de 2019 e 2022 foram registradas aberturas de mais de 300 ha, e no caso de 2022 de cerca de 500 ha. Isso significa que, ainda que numericamente as pequenas aberturas ultrapassem as grandes, observa-se que na presença de grandes aberturas a taxa total do desmatamento é muito maior. Isso explica o porquê de em 2019 e 2022 ter havido taxas mais expressivas de desmatamento.

Abaixo o mapa com os alertas de desmatamento confirma as áreas com maior investida e conversão de floresta para uso agropecuário.

Figura 27 – Mapa do Município de São Félix do Xingu com alertas de desmatamento



Fonte: MAPBIOMAS, 2023.

Destacam-se algumas áreas onde houve maioria dos alertas de desmatamento. A área na direção centro-oeste do Município, por onde passa a estrada vicinal Trans-Iriri, região onde se localiza a APA Triunfo do Xingu e que vai em direção oeste, o que corresponde a ali chamada “região do Iriri” (onde há presença de áreas ainda não destinadas). Também são registrados alertas ao sul na direção das TIs Kaiapó. Trata-se de onde vem sendo implantadas nesses últimos três anos as primeiras fazendas voltadas para o monocultivo de soja do Município. Um conjunto de fazendas cujos proprietários vão desde políticos a empresários locais e regionais, além de grupos empresariais de outras regiões do país e que ali, de forma pioneira, estão desde 2020 produzindo as primeiras safras de soja de São Félix do Xingu. A produção atual da soja se concentra na área central do Município onde o relevo é passível de agricultura mecanizada. Um fator marcante desse relevo é a distribuição de lagos em platôs.

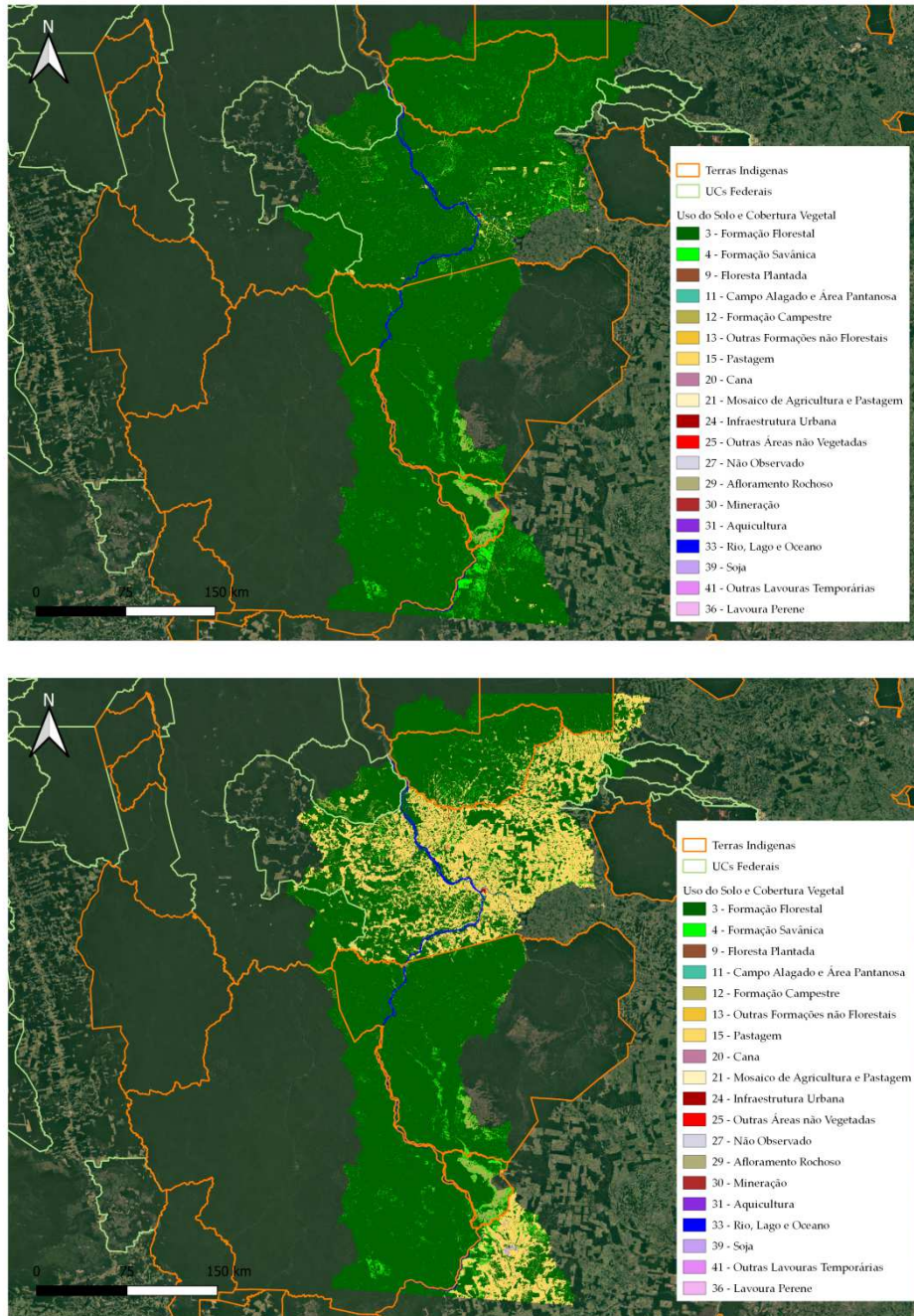
Observam-se alertas ao norte, sobretudo dentro da Terra Indígena Apyterewa. A partir de 2019, portanto, houve uma retomada das aberturas superiores a 100 ha. O padrão de desmatamento no interior da Apyterewa foi retomado para grandes áreas. O que explica sua expansão dentro do território indígena, à medida que também é acompanhado por pequenas aberturas em grande número.

Diante das observações no trabalho de campo da presente pesquisa, pode-se acrescentar que o perfil das pequenas propriedades se caracteriza por sua baixa mobilidade no espaço, o mesmo pode ser dito em relação às médias. São grupos sociais para quem a agricultura de cacau é a principal atividade econômica.

Embora São Félix do Xingu seja conhecido principalmente pela pecuária, o Município é um dos pólos da produção cacauera do Brasil. Organizada em cooperativas de pequenos agricultores, dados de uma das cooperativas revela uma produção anual de 1.000 toneladas de cacau orgânico. Além da produção de cacau, nas pequenas e médias propriedades há a produção de gado leiteiro e apicultura. Esse perfil é regionalmente associado aos colonos dos assentamentos criados pelo INCRA, entre outros colonos que se fixaram na terra tornando-a sua principal fonte de renda.

Regionalmente atribui-se ao perfil dos “fazendeiros o perfil de deter as “grandes” e “muito grandes” propriedades de uso da pecuária de corte. Diferente da do “colono” que com menos deslocamento se fixa em pequenas e médias propriedades dedicando-se à agricultura de cacau.

Figura 28 - Mapas de Evolução do desmatamento no Município de São Félix do Xingu



Fonte: MAPBIOMAS, 2021.

2.2.1 Desmatamento ou, o comércio de terras

No ano de 2019, registrou-se incremento recorde em relação aos anos anteriores de desmatamento em unidades de conservação e terras indígenas, sendo o Estado do Pará aquele com maior desmatamento da Amazônia Legal, uma área de 4.172 km² contra 2.744 km² do ano anterior, 2018. Localizada em São Félix do Xingu-PA, a Área de Proteção Ambiental - APA Triunfo do Xingu criada em 2006 registrou 40% do desmatamento total em Unidades de Conservação. O que correspondeu a 436 km² de área desflorestada. Enquanto, também no topo da lista, as terras indígenas com mais altos índices: TI Ituna Itatá, localizada no município de Altamira-PA e Senador José Porfírio, vizinhos a São Félix, registrou incremento de 260 km², prosseguida da Terra Indígena Apyterewa com incremento de 85 Km².

O desmatamento nesse contexto da Amazônia Oriental pode ser lido como prática que delimita uma área como de apropriação individual privada. Em outras palavras, equivale tanto literal quanto metaforicamente à instalação de cercas. No caso do desmatamento seguido da implantação de pastagem é o que configura uma porção do espaço como fazenda, e o que deve caracterizar e concretizar a apropriação e o mercado ilegal de terras na região.

O desmatamento e, a ocupação da pecuária no território municipal de São Félix do Xingu teve início a partir da segunda metade dos anos 1990. Relacionado tanto a exploração madeireira, o Município sofreu um *boom* de extração de mogno, além da exploração mineral, principalmente de cassiterita. A extração madeireira é apontada como primordial no processo de abertura de novas áreas de exploração uma vez que abriu uma rede de estradas vicinais no interior do território municipal, incluindo as áreas indígenas até então não homologadas. Junto a isso, as áreas de interesse de exploração mineral deixavam então de ser acessadas apenas por aeronaves, como ocorreu até os anos 1980. A partir dos anos 1990, a abertura de estradas vicinais por madeireiros, concomitante às novas áreas de garimpo, resultou no adensamento populacional e surgimento de novos núcleos urbanos nas frentes de expansão do desmatamento.

É o caso das duas principais frentes de desmatamento no Município. A frente da Terra Indígena Apyterewa, ao norte; e a frente Iriri, a oeste na divisa com a área municipal de Altamira. Nessas duas frentes foram fundadas durante a década de 1970 por grandes empresas mineradoras, duas vilas, a Vila Taboca, atualmente o maior distrito de São Félix do Xingu com cerca de 20 mil habitantes, e a Vila Canopus, que embora pertença oficialmente a Altamira sua relação maior se dá com São Félix do Xingu, pois há transporte diário saindo da

rodoviária da cidade em direção à vila. Uma terceira frente tal como exposto acima, tem sido a APA Triunfo do Xingu.

O que essas frentes têm em comum? São atualmente compostas por áreas protegidas homologadas pelo Estado ou pela União. A terra Indígena Apyterewa foi homologada em 2007, enquanto que a APA Triunfo do Xingu em 2006, e a ESEC Terra do Meio em 2005. Em São Félix do Xingu, frentes de desmatamento em áreas protegidas, ainda que homologadas, são chamadas de “terras soltas”. Ou seja, aquelas passíveis de apropriação.

O chamado “dia do fogo” ocorreu em 10 de agosto de 2019, áreas contínuas queimadas, identificada a ação articulada entre produtores rurais da região Sudeste e Sudoeste Paraense. O episódio do dia do fogo foi visto no que se refere ao Município, principalmente a oeste, que vai do Iriri de encontro com a BR-163, onde boa parte da soja produzida no país tem sido escoada.

Para o interesse desta pesquisa, será ressaltada a situação da Terra Indígena Apyterewa, ainda que no decorrer do texto se faça referência tanto a frente do Iriri, responsável hoje pela maior produção de gado de toda São Félix. E a frente da APA Triunfo do Xingu, a maior Unidade de Conservação no território municipal, cuja referência de núcleo urbano a Vila Central. Nesta vila está o entroncamento de estradas que levam até a região das atuais fazendas de soja e, a com estrada trans-iriri, que cruza o rio⁴, levando até a terra da margem oeste do Xingu, e onde existe a maior produção de boi.

2.2.2 A situação fundiária e o passivo ambiental

Tudo começa com um imbróglio, todavia, na atualidade, não resolvido. São Félix do Xingu desde o seu nascimento possui um conflito de sobreposição com uma grande Reserva Indígena. Criada no dia 25 de junho de 1961 a Reserva Florestal Gorotire foi instituída pelo então presidente Jânio Quadros com um perímetro de 1.843.000 ha através do Decreto nº 51029 (BRASIL, 1961). No entanto, em dezembro do mesmo ano sobreposto à Reserva Kaiapó, foi criado o Município de São Félix do Xingu⁵, desmembrado de Altamira. Em sua pesquisa, Saidler (2015, p. 199) relacionou o ponto de vista da população da cidade ao

⁴ Do Xingu se atravessa por via de balsa para seguir na direção oeste, que vai até o rio Iriri. Enquanto que do rio Fresco se atravessa para retomar a estrada na direção norte, para a Vila Taboca, vila localizada a pouco mais de 30 km de onde passa o rio Xingu.

⁵ Por meio da Lei estadual nº 2.460.

atribuírem o enfraquecimento da economia local a um fator interno: a irregularidade da gleba onde se localiza a sede. Explicou o autor que o entendimento da população se associa a não legalidade para a titulação de propriedades nas áreas urbanas, e menos ainda nas áreas rurais o que dificulta acesso a crédito, por exemplo.

Ponto convergente entre quase todas as entrevistas com atores sociais de São Félix do Xingu é aquele que diz respeito à ausência de regularização fundiária como elemento essencial para o não cumprimento da legislação ambiental. Alguns dos entrevistados ressaltaram que a falta de regularização criou um contexto de não responsabilização do infrator.

O problema da não regularização culminou e foi agravado, segundo um fazendeiro local, depois do episódio que suspendeu todos os títulos de imóveis urbanos e rurais no ano de 2003. Por intermédio da Justiça, os títulos em SFX foram cancelados e as terras consideradas devolutas, retornando ao Governo Federal. Como via de resolução do problema, uma parte foi destinada como gleba e, a outra como Projeto de Assentamento - PA. Os ocupantes da Gleba teriam que provar que estavam lá desde 2015, podendo ali ser regularizadas até 500 alqueires, e assim adquirir a terra pela compra. Já no caso do PA seria possível o reconhecimento de 60 alqueires pelo INCRA para quando o ocupante possuísse perfil de Reforma Agrária.

A suspensão dos títulos foi devido a um levantamento no cartório de ofícios de São Félix que mostrou uma apropriação três vezes maior do que a própria área do Município. Significa, portanto, que uma mesma área estava registrada em nome de mais de um proprietário, o que levou a decisão judicial de que não havia como garantir a legitimidade de nenhum título, cancelando todos. Segundo outra fonte, também proprietária de fazenda voltada para a pecuária, há hoje no Município a quantidade irrelevante de cerca de 10% de áreas tituladas.

2.2.3 Os sujeitos

A fim de conhecimento dos sujeitos interlocutores na pesquisa de campo e aqui referidos é preciso fazer certa diferenciação. Trata da categoria fazendeiro. Os sujeitos entrevistados e que se definem como fazendeiros são todos residentes em São Félix do Xingu. Ou moram em suas propriedades ou freqüentam-nas cotidianamente. A presença desses sujeitos no Município é diferente daqueles outros que ali também são identificados como fazendeiros e que existem sob uma condição mais abstrata.

Em outras palavras, trata, neste caso, de um conceito utilizado para figurar um sujeito social, categoria esta, assim como a de fazendeiro presente no cotidiano, reveladora de práticas e de poderes. Em termos logísticos, o fazendeiro no seu caráter abstrato tem a ver com o sigilo da identidade de alguns dos proprietários. Uma frase recorrente nas entrevistas, ditas, sobretudo por técnicos em agropecuária que atendem essas fazendas é a de que “aqui a gente não sabe o nome dos donos das fazendas”.

Os fazendeiros abstratos concretizam o seu poder ao pagarem peões e pistoleiros para a garantia da apropriação da terra. Ou seja, esse grupo social compra e investe, certamente, atraídos por algumas vantagens, uma delas, a do sigilo. E somado ao sigilo do nome do proprietário, a compra de terras e o pagamento de pessoal também pode ser feita sem que ninguém pergunte a origem do dinheiro.

O sistema das práticas tem como fundo uma malha de ilegalidades. A começar pela compra e venda de terras. Já que em São Félix do Xingu, apesar da quantidade de terras já tomadas pelo uso agropecuário e da urbanização, praticamente não há regularização fundiária. A ausência reguladora do Estado em relação à posse das terras é o que então deve explicar o uso local da força como lei. E que, neste caso, trata-se de uma força cuja energia vital, aquela que está por trás é a do “abstrato” dinheiro, ou seja, ele pode vir de quem e de onde for. Para se referir aos “donos” das maiores áreas dentro da TI Apyterewa um dos entrevistados se relacionou com pessoas de fora, e que, provavelmente, nunca tenham “pisado lá”.

Há uma ação provável, consorciada entre fazendeiros locais e “fazendeiros abstratos”. Em geral os “fazendeiros abstratos” são donos das fazendas na categoria “muito grandes”, enquanto que os fazendeiros locais são donos das fazendas na categoria “grandes”. É com o uso do poder e da tradição que já possuem que a legitimação de uma fazenda grande cabe originariamente ao fazendeiro local. Este grupo a partir de suas práticas de poder indica e revende terras cercadas para os “fazendeiros abstratos”, quem ao adquirir áreas contíguas conformam complexos de fazendas, superando recordes e tornando o Município um verdadeiro grande refúgio para a prática da pecuária.

2.2.4 "Eles gostam aqui de estrada e de festa"

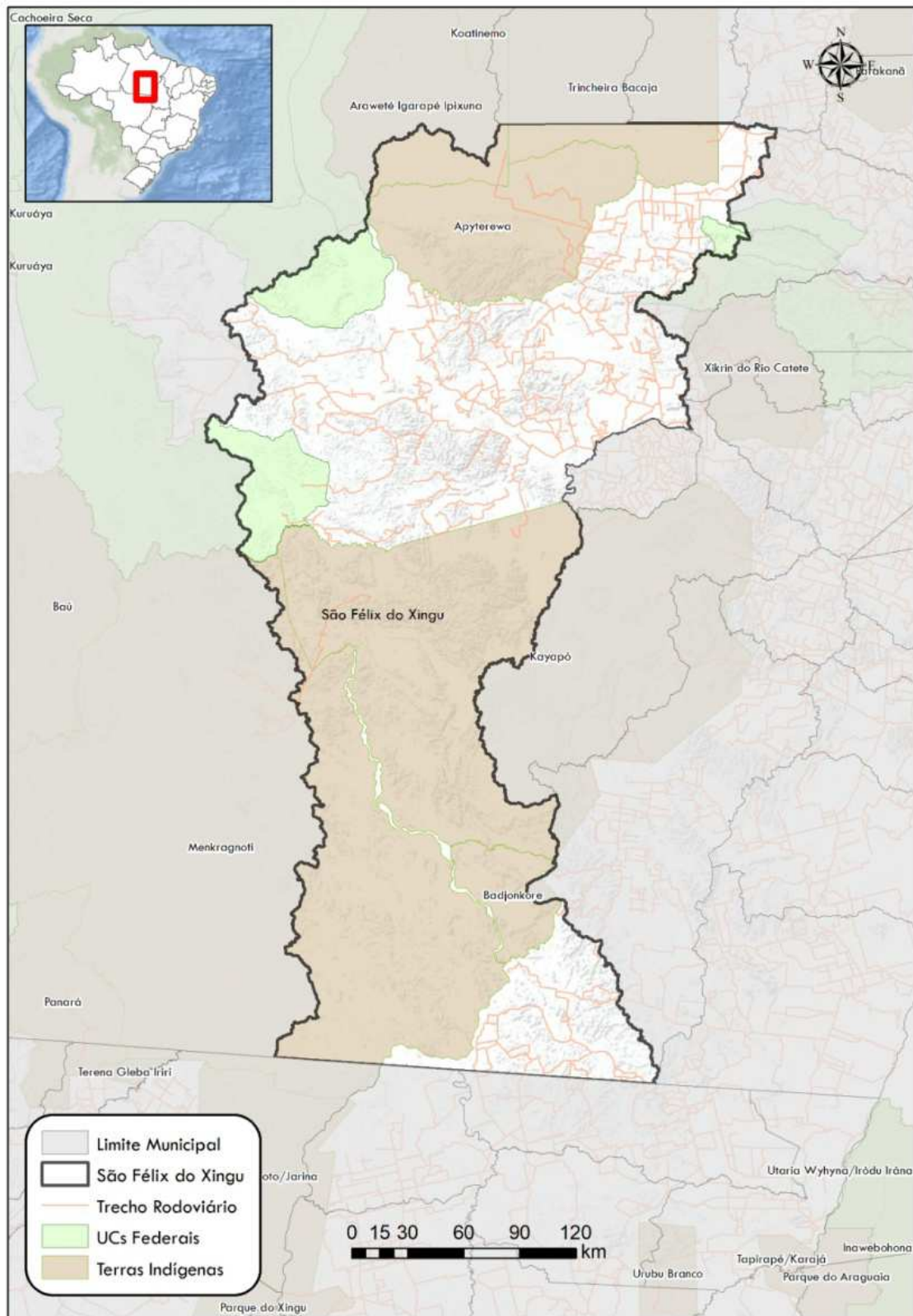
Tudo começa pela estrada. Em princípio a PA-279, aberta em 1976, enquanto nos anos 1980, trazidos pela estrada construída pela empreiteira Andrade Gutierrez, madeireiros do Sul

do Brasil, principalmente, em companhia de seus aliados, funcionários vindos do Piauí, do Maranhão, abriram por conta própria outras estradas. Uma delas a que foi chamada na época de Morada do Sol, saindo de Tucumã passando pela Terra Indígena Apyterewa e atingindo as cabeceiras do rio Bacajá, na atual Terra Indígena Trincheira Bacajá. A abertura dessa estrada levava às áreas *core* da floresta onde havia reservas de mogno, um dos principais fatores que ocasionou o início da invasão do território Apyterewa.

O tema das estradas é recorrente em praticamente todas as entrevistas realizadas. Duas delas, por exemplo, trouxe a temática exprimindo a dificuldade em se estabelecer uma gestão pública de qualidade em um território tão extenso somado à quantidade e distâncias entre vilas e distritos e, diante disso, a quantidade de estradas vicinais. Um total de 10.600 quilômetros de estradas vicinais, podendo ser esse número maior, já que a abertura de novas estradas ocorre à parte do controle da gestão pública municipal. Número próximo ao de todo o Estado do Pará, que oficialmente conta com malha rodoviária, entre estaduais e federais, de 13.122 quilômetros.

O mapa abaixo com as estradas no interior do Município, demonstra a rede de comunicação via terrestre entre sede, vilas, distritos e áreas de interesse de exploração. Tal como aquelas estradas que ilegalmente atingem o interior das Terras Indígenas ao norte, Apyterewa, Araweté Igarapé Ipixuna e Trincheira Bacajá.

Figura 29 - Mapa do Município de São Félix do Xingu com estradas



Fonte: A autora, 2023.

A estrada e a política em São Félix sempre estiveram interligadas, explica um dos entrevistados, quem chegou a São Félix logo após a abertura da PA-279:

O que aconteceu, a política aqui de São Félix seguiu a estrada por quinze anos por medo de perder o domínio político. Porque os políticos antigos de São Félix eles sabiam que com a estrada iria chegar muita gente de fora e eles perderiam o domínio político, o que de fato aconteceu. E quando eu cheguei aqui o prefeito antigo era um garimpeiro que veio de fora. Isso foi no primeiro ano, só de chegar a estrada eles já perderam (Empresário, São Félix do Xingu, junho de 2022).

Segundo o mesmo entrevistado a PA-279 só era transitável durante o período de verão, ou seja, de estiagem, no entanto, no inverno, período de chuvas na Amazônia, não havia passagem no trecho entre Tucumã e São Félix. Por isso todo o transporte, tanto de alimentos, quanto do próprio dinheiro em espécie era feito de avião.

Na primeira década dos anos 2000, período de abertura e consolidação das fazendas de pecuária de corte, ocorreu um processo de abertura de estradas financiadas por fazendeiros. Em estudo realizado no ano de 2004, Castro et al. (2004) descrevem a relação entre estradas e fazendas. Estradas que até os dias de hoje, quase 20 anos depois, estruturam a circulação pelas terras de São Félix. Citam os autores o caso da fazenda Jaú de onde saía outra estrada na direção Norte, com cerca de 300 quilômetros atingindo a Vila Central, correndo quase paralela, outra estrada estava sendo aberta pelos pecuaristas, conhecida como Translevino (Levino, o nome do prefeito de S. Félix do Xingu naquele momento). A Vila Central recebe esse nome exatamente por sua localização centralizada na porção de uso agropecuário e de ocupação urbana e, também porque ali se encontram as estradas vindas de fazendas ao sul com a estrada que leva na direção oeste, do rio Iriri. Em 2004, registraram esses autores que a estrada do Iriri também levava a uma estrada longitudinal com cerca de 400 km na direção norte permitindo o acesso à Transamazônica pela cidade de Uruará. “Provavelmente essa é a Estrada do Xadá, que passa próxima a fazenda Juvelândia. Muita madeira do Iriri sai por essa estrada para ser serrada em Uruará” (CASTRO, et al., 2004, p. 16). Além das estradas, os autores explicam a relação de suporte das pistas de pouso espalhados pelo território municipal de São Félix.

Atualmente, a fronteira econômica em São Félix atinge um novo nível de investimentos, trata-se da agricultura voltada para a produção de *commodities* como soja e milho. Proprietários de fazendas localizadas num raio em que a referência de núcleo urbano a Vila Clareane, grupos empresariais a partir do ano de 2020, substituíram a pecuária pelo plantio de soja, investindo tanto em estrutura para o processamento e armazenamento de grãos quanto em melhoria de estradas:

A gente tem procurado buscar parceria com a prefeitura para a melhoria de estradas, mas a gente não tem tido muito sucesso. No percurso até as fazendas Triunfo e Jaú há por volta de uns 200 pequenos agricultores voltados para a pecuária leiteira e cacau, então beneficiaria muita gente. Não há muito interesse por parte da prefeitura. Nós estamos investindo 09 milhões em estradas e isso tem trazido muito reconhecimento por parte dos moradores, a agricultura tem sido muito bem vista, por causa da melhoria das estradas. O que se pretende é integrar os pequenos ao sistema produtivo, não excluir. A agricultura também valorizou muito as propriedades da região. Esse é o *boom* da agricultura em São Félix hoje (Empresário, São Félix do Xingu, junho de 2022).

O depoimento é de um dos pioneiros no plantio de soja no Município. De proprietários de origem de Minas Gerais, o plantio de milho nas propriedades como uma forma de reparo do solo e de abastecimento da demanda interna tem sido impulsionada. Sobre a relação das estradas com a investida na produção de soja, novamente, deve se tratar de um momento de rearticulação do poder no município a margem do Xingu. Se em outros tempos a estrada era uma ameaça ao poder político vigente, quem sabe agora a melhoria da infra-estrutura municipal para a produção da soja também não deva representar uma ameaça ao *status quo* político, construído, sobretudo, com base nas fazendas de pecuária?

As estradas em São Félix do Xingu podem ser vistas sob duas perspectivas. A primeira enquanto investimento público, nesse caso voltado para o público de menor poder aquisitivo, principalmente os colonos, ou agricultores familiares e pequenos pecuaristas cuja produção leiteira. E enquanto investimento privado, cabendo neste caso, aos sujeitos de mais alto poder aquisitivo, de outros estados.

Com a manchete “uma estrada histórica renasce em São Félix do Xingu, depois de 36 anos, *Bang Bang* será interligada à Vila Clareane”, a prefeitura municipal recentemente propagandeou suas ações. A Vila Clareane é o nódulo urbano mais próximo às fazendas de soja, ao que tudo indica um atual e futuro pólo econômico do Município. A antiga estrada *Bang Bang* então deve servir além de tudo para expandir a rede de conexões para a chegada da monocultura.

A frase "eles gostam aqui de estrada e de festa" foi dita durante uma entrevista com um agente quem desde os anos 1980 exerce papéis políticos no Município. Com uma extensão territorial equivalente a de países europeus, as estradas em SFX são uma necessidade da população em geral. E por isso, elas também são um motivo de voto em determinado candidato. Um dos entrevistados para esta pesquisa, eleito vereador, entre seus trunfos para a escolha popular, estava o fato de ter participado voluntariamente de mutirões de construção de pontes, sendo ele operador de moto-serra, o corte das tábuas quase sempre retiradas de madeira como castanheira ficava ao seu cargo. O outro motivo trata do seu envolvimento comunitário por meio da igreja pentecostal.

As estradas em São Félix do Xingu devem representar a concretização de poderes no espaço. Por exemplo, o grupo social “colonos”, aqueles cuja propriedade de caráter familiar, historicamente reivindicou abertura e manutenção de estradas ao INCRA. Isso porque a estrada ligando os projetos de assentamento à cidade significa acesso a direitos sociais como saúde e educação, além de estrutura econômica porque garante o escoamento da produção e acesso aos mercados urbanos. Enquanto para outro grupo social, como dos madeiros nos anos 1980 até os primeiros anos dos 2000, e dos fazendeiros, a partir dos 2000 a abertura e manutenção de estradas é feita custeada por conta própria, ou por recursos da própria prefeitura uma vez que acontecia do fazendeiro ser o prefeito.

2.2.4.1 A Estrada Transversal ligando a PA-279 à BR-163

Dentre os mais de 10 mil quilômetros de estradas abertas em São Félix do Xingu tem sido debatida com o poder público, envolvendo todos os grupos sociais, principalmente, a polêmica “estrada transversal”. Trata-se da continuação da estrada PA-279 que deverá ligar a sede à BR-163, na bacia do Tapajós. Também conhecida como Cuiabá-Santarém, atualmente, a rodovia BR-163 funciona como principal via de escoamento da soja do país. Carretas carregadas com o grão da soja produzida no Estado do Mato Grosso atravessam a rodovia em um fluxo contínuo e interminável até o porto de Miritituba em Itaituba, Sudoeste Paraense. Pelo rio Tapajós os navios atingem o rio Amazonas, e de lá segue pelo oceano Atlântico em direção à China, principal importador do Brasil.

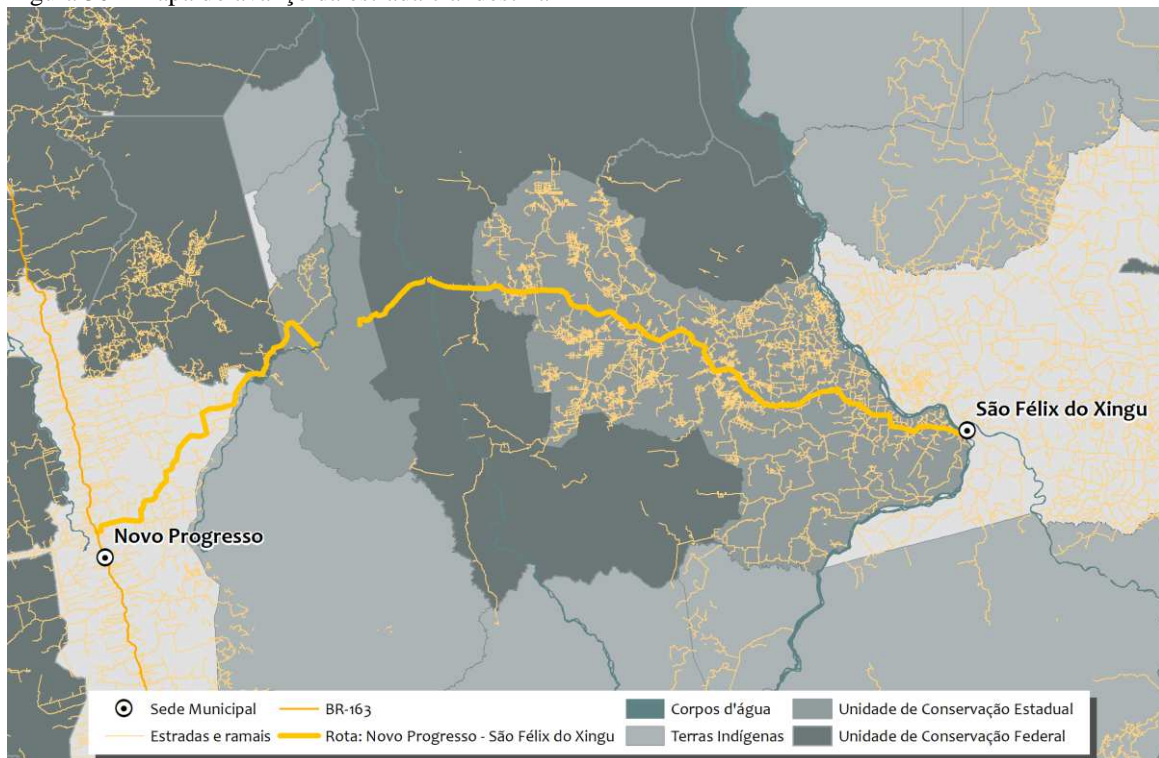
A distância de São Félix, em linha reta até a cidade de Itaituba é bem menor do que os mais de 1.000 quilômetros que atualmente deve ser percorrido entre uma cidade e outra. No entanto, lamentam os empresários e investidores da produção da soja o fato da estrada que daria o acesso direto à Cuiabá-Santarém não estar legalizada, além de que há um imbróglio para que ela seja oficializada, pois ela atravessa unidades de conservação e terras indígenas. A estrada representa um corte no mosaico de áreas protegidas conhecido como Terra do Meio:

Itaituba daqui está a 300 e poucos quilômetros em linha reta, mas a estrada não está liberada por causa do meio ambiente, falta 40 km para emendar com a BR-163. E isso vai acontecer! Ninguém vai segurar. É antiga. (Empresário, São Félix do Xingu, junho de 2022)

Sobre a mesma estrada relatou o produtor de soja: “essa estrada é estratégica! Essa é uma situação que nós que estamos começando a agricultura aqui conversamos bastante”. Mas,

a discussão sobre a demanda da estrada não se resume aos grupos sociais detentores de maior capital, ela também tem sido tema de discussão dos movimentos sociais locais. Abaixo sobre o assunto, o entrevistado, liderança sindical, contextualizou: “já havia uma reivindicação para que a PA-279 encontrasse a Cuiabá-Santarém. Foi levado para o Lula (presidente da república na época), por causa da Terra do Meio que barrou” (Liderança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, São Félix do Xingu, junho de 2023).

Figura 30 - Mapa do avanço da estrada clandestina



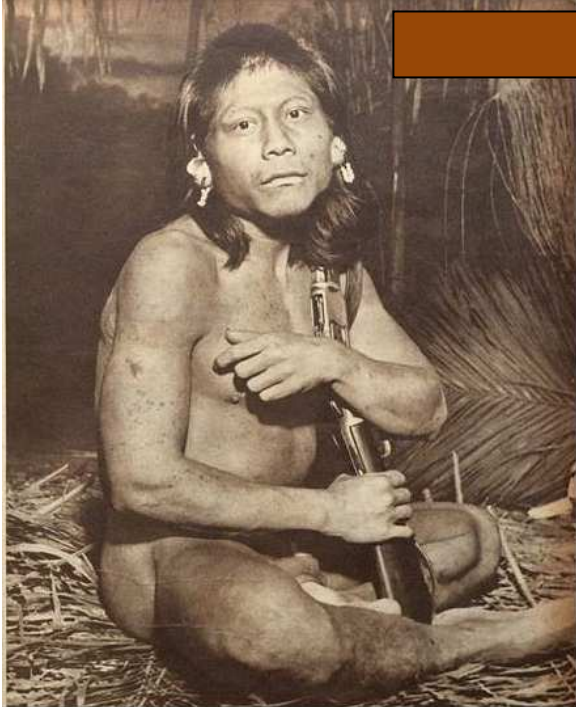
Fonte: ISA, 2022.

A Terra do Meio trata de um conjunto de unidades de conservação criadas, sobretudo, a partir de 2005 envolvendo os territórios municipais de São Félix do Xingu e Altamira, entre outros. Terra do Meio porque se refere à conservação de áreas de floresta, terras públicas entre as bacias do Xingu e do Tapajós. Terra do Meio é uma expressão regional utilizada para definir interflúvios, terras entre bacias.

As matas que até os anos de 2004 e 2005 se mantinham preservadas, atravessadas pelo rio Iriri, afluente do Xingu, teve um importante ensejo para a sua guarda. Deveu-se à presença dos temidos indígenas Kaiapó. A terra na margem direita do rio Xingu foi ocupada pelo povo indígena, quem desde o Planalto Central cravejou guerras tanto contra as frentes coloniais quanto contra outros povos. E desta maneira, alojados definitivamente nas florestas da terra

do meio do Xingu-Tapajós desde os anos 1930, aldeias Kaiapós que chegavam a ter mais de mil pessoas ali instituíam verdadeiras fortalezas erguidas na floresta.

Figura 31 - Guerreiro Kaiapó armado na aldeia Kuben kran krên



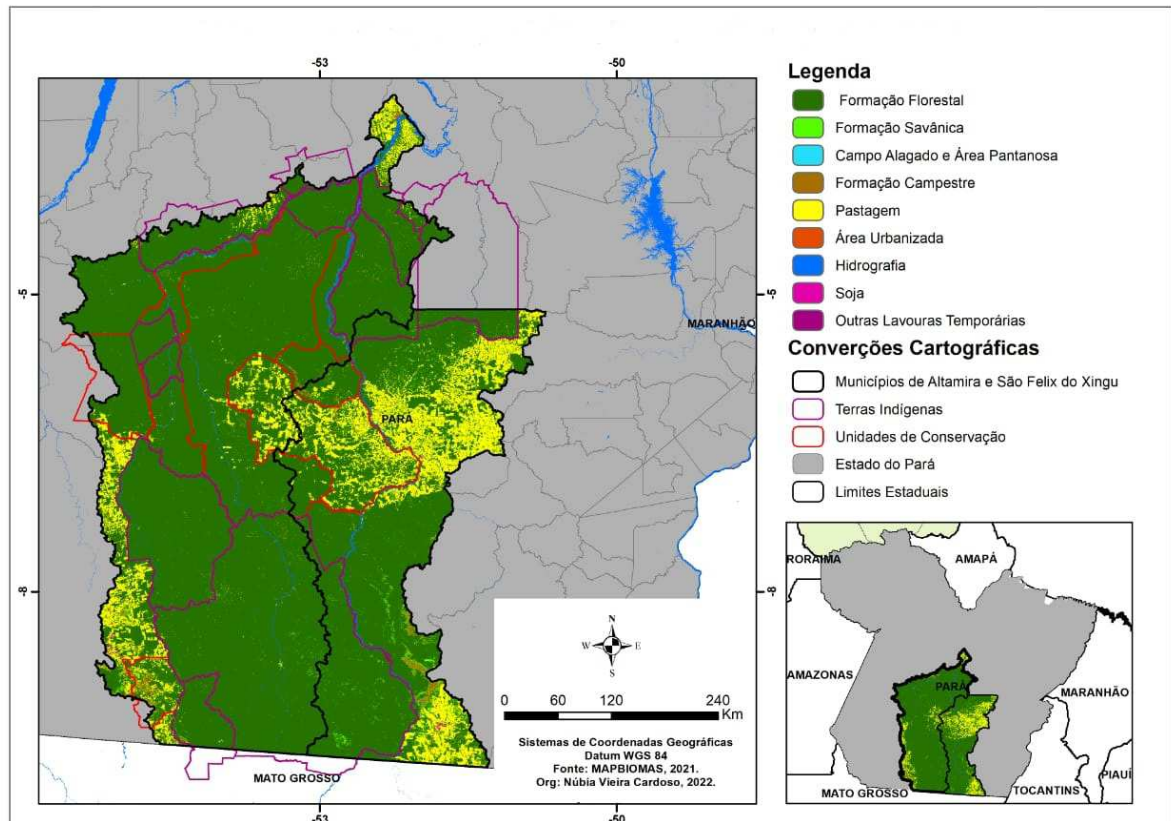
Fonte: MEDEIROS, 1952.

A área até então preservada, entre os anos de 2003 e 2004, quando se estabelecia a pecuária enquanto principal tradição econômica do Município de São Félix e de Altamira, sofreu um *boom* de especulação e conflitos. Tendo logo em seguida sua territorialidade reformulada pela política ambiental brasileira. Tornando-se agora um mosaico de unidades de conservação. Dentre estas, houve em 2005 a criação da Estação Ecológica Terra do Meio – ESEC Terra do Meio. Unidade que na categoria de uso restritivo, não podendo haver nela morador, nem visitação, só podendo ser usada para a pesquisa científica. Ainda que a ESEC conte com uma área superior aos 03 milhões de hectares ficando a cargo da vigilância dos órgãos ambientais, sob o risco de ineficiência frente ao contínuo avanço da fronteira econômica:

A gente conversava com os deputados que vêm aqui. Já se falava da estrada que seria a continuidade da PA-279 pela Trans-Iriri, e outra estrada saindo pela Sudoeste ligando a Trans-Iriri. Já tem vilas aí pra dentro tudo, ao longo da estrada. Quando se falava disso não se falava de criação da Terra do Meio, porque essa estrada já existia. Depois que teve a criação da Terra do Meio veio a discussão se ia seguir, porque já tinha um arrastão (Liderança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, São Félix do Xingu, junho de 2022).

O arrastão precede a abertura por máquinas, o que então significa a ampliação da estrada, tornando-a um objeto de uso e permanência no espaço. O líder do Sindicato dos

Figura 33 – Mapa de Cobertura e Uso do Solo nos Municípios de Altamira e São Félix do Xingu



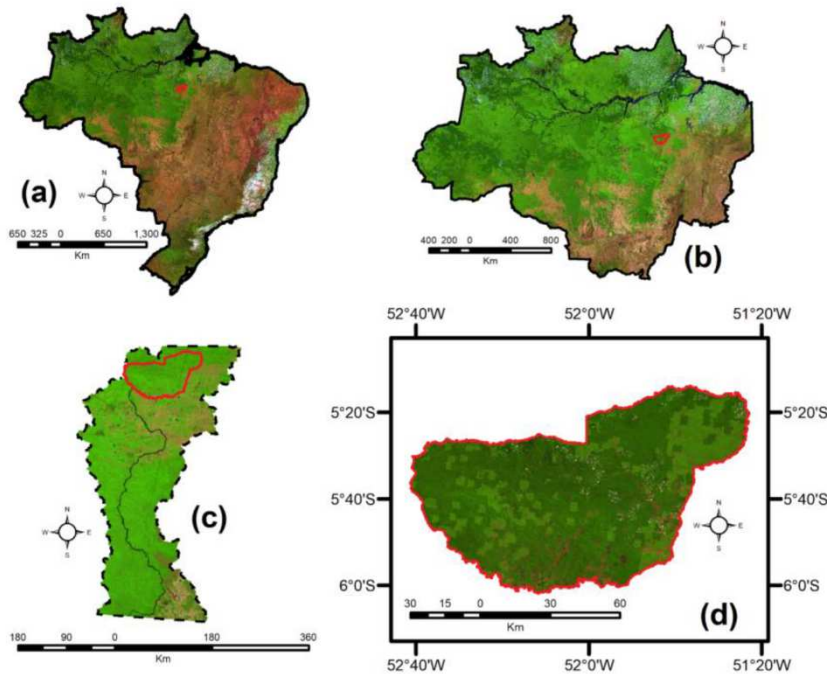
Fonte: A autora, 2022.

No mapa a pastagem tem maior nitidez na posição transversal partindo da sede de São Félix do Xingu, indo na direção da estrada Trans-Iriri, atravessando a APA Triunfo do Xingu, chegando até a ESEC Terra do Meio. Posteriormente pode-se perceber a nitidez da mancha amarela no extremo oeste do mapa, limite de Altamira com o território municipal de Itaituba e Novo Progresso, na bacia do Tapajós, por onde longitudinalmente atravessa a BR-163.

A estrada transversal pode ser lida, observando o mapa acima, como ligação das duas frentes, a da pecuária vinda da direção centro-leste, de São Félix do Xingu, àquela vinda do oeste que corresponde ao avanço da soja, que tem empurrado a pecuária para cada vez mais distante da margem da rodovia. Segundo informações coletadas em campo, o avanço da soja nas margens da BR-163 tem levado ao arrendamento de terras antes usadas para pecuária para a produção de *commodities*. A chegada de grupos vindos do Mato Grosso, e o arrendamento das terras devem estar pressionando para a expansão da pecuária para novas áreas, na direção de florestas públicas na região do rio Iriri. A reivindicação da legitimação da estrada unindo São Félix a Moraes de Almeida deverá significar, portanto, o encontro entre as duas frentes, a de São Félix e a de Altamira na direção da BR-163.

2.2.5 Apyterewa

Figura 34 - Localização da Terra Indígena Apyterewa



a) Dentro do território brasileiro, **(b)** Localização da Terra Indígena Apyterewa dentro Amazônia Legal **(c)** município de São Félix do Xingu **(d)** Terra Indígena Apyterewa. FONTE: (OLIVEIRA et al., 2020).

O povo Parakanã da TI Apyterewa é classificado pela política indigenista do Brasil como de “recente contato”. Trata-se de um povo dissidente de outro povo maior, que pertence ao tronco lingüístico tupi-gurani e que, a partir dos anos 1960, migrou definitivamente desde a direção leste, aonde a maioria do povo Parakanã se estabeleceu. Os Parakanã orientais hoje ocupam uma Terra Indígena localizada no Município de Tucuruí - PA, a TI Parakanã.

Apyterewa é o nome de outro grupo do mesmo povo que tendo se separado, direcionou para a direção oeste, e por mais de vinte anos, entre os anos 1960 e 1980, ocuparam sob um sistema circular de contração e expansão no espaço um território entre Tocantins e Xingu. Dentre os povos indígenas contatados na região do Médio Xingu no contexto de abertura da rodovia Transamazônica, junto ao povo Arara da Cachoeira Seca, situados em uma Terra Indígena no rio Iriri, o povo Parakanã – Apyterewa foram os últimos contatados e aldeados pela FUNAI. Seu território ficou reduzido ao que atualmente representa a Terra Indígena Apyterewa. Já que no contexto dos anos 1980 do Médio Xingu, estavam pressionados ao sul por fazendas e garimpos, que corresponde à frente advinda de São Félix do Xingu e de Tucumã, e ao norte e leste por povos indígenas que já haviam sido aldeados

pela FUNAI e com quem os Parakanã viviam conflito inter-étnico. Assim, os Parakanã ainda que um povo mais tardiamente contatado, ao mesmo tempo, foi bastante exposto ao avanço da fronteira econômica e demográfica.

O definitivo contato e aldeamento do povo Parakanã de Apyterewa ocorreu durante o auge da fase de exploração do mogno. Por causa disso, uma vez em contato permanente com a sociedade regional, dentre os indivíduos, atores sociais mais presentes desde então na vida social do povo estavam os trabalhadores do órgão indigenista (FUNAI), ribeirinhos vizinhos à aldeia recém fundada, e os madeireiros com quem os indígenas faziam negócios mediados ou não pelos agentes da FUNAI. Não por acaso é comum o relato regional de que os primeiros jovens, homens que mais tarde se tornariam as lideranças de Apyterewa, aprenderam o idioma português no trato com os madeireiros. Ou que ainda, as árvores de mogno, naquele momento conhecida como “ouro verde”, eram pagas pelos madeireiros aos recém contatados Parakanã, com pacotes de bolacha.

Uma importante referência etnográfica desse povo indígena foi elaborada pelo antropólogo brasileiro Carlos Fausto, professor do Museu Nacional/UFRJ. A obra “Inimigos fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia”, sem dúvida, é a mais densa em relação ao povo Parakanã-Apyterewa. Tendo sido elaborada a partir da pesquisa de doutorado do autor, cujo trabalho de campo desenvolvido no final da década de 1980 ainda nos primeiros anos de contato e definitivo aldeamento daquele povo indígena. No entanto, o conflito que hoje envolve o povo Parakanã da Apyterewa parece exigir uma atualização, sobretudo que leve em consideração a situação de fronteira envolvendo a formação tanto da alteridade quanto do território indígena Parakanã.

Figura 35 - Homens do povo Parakanã na Terra Indígena Apyterewa



Fonte: FAUSTO, 1988.

Tendo boa parte da extensão territorial invadida, dentre o perfil de invasores da TI Apyterewa existem os que foram assentados no início dos anos 2000 pelo INCRA. A área onde hoje está delimitada a Apyterewa desde os anos 1980 é sinalizada como território indígena, sendo que os primeiros laudos demarcatórios foram elaborados ainda no começo dos anos 1990 e a sua demarcação publicada no Diário Oficial da União em 1993. Um dos entrevistados, funcionário da empresa fundadora da mineração Taboca, hoje distrito, chegou à mineração ainda nos anos 1980. Relatou que nesta época constava como ordem da empresa a proibição da caça na outra margem do igarapé São Sebastião, pois estava notificada a presença e o direito territorial indígena. A partir do limite daquele igarapé, a distância da vila construída pela mineradora era de 10 quilômetros. Outro informante disse que sua família possui terra no Paredão desde 2003, e que foi assentado pelo INCRA, sendo o nome do assentamento Vicinal Trairão.

Entre agosto de 2020 e julho de 2021, segundo dados do INPE, a Terra Indígena mais desmatada do Brasil foi a TI Apyterewa. A tendência de alta começou a partir de 2018 e 2019 quando registrado um crescimento de oito vezes da área desmatada.

A invasão da Apyterewa tem sido observada pela mídia nacional, como pelo Jornal Folha de São Paulo que em setembro de 2020 trazia a reportagem intitulada “Renascer para

quem”)? sobre a urbanização surgida dentro da Terra Indígena. Segundo a reportagem o núcleo urbano teria surgido “a partir de alguns primeiros lotes doados por fazendeiros às famílias sem-terra”, em 2020 já havia cerca de 2.000 casas com eletrificação. Embora, a vila se encontre a poucos metros da Base de vigilância da FUNAI, conhecida como Base II.

Da doação de um lote a um pastor vindo da capital Belém e da posterior instalação de uma igreja evangélica, novas famílias, inclusive de outros estados do Brasil continuam chegando. Os repórteres da Folha se depararam durante a estadia em campo com uma família indo se instalar em um lote que teriam adquirido dentro da Terra Indígena Araweté Igarapé Ipixuna, contígua a TI Apyterewa.

De acordo com o modelo de urbanização do INCRA, a linha, ou, a vicinal funciona como eixo principal, havendo outras linhas secundárias, por onde se distribuem os lotes. No imbróglio que envolve a invasão da TI Apyterewa, o INCRA possui uma participação emblemática. Em relatório redigido como parte do processo demarcatório da terra, Fausto (1996) classificou como “grilagem oficial” o processo de assentamento de famílias em áreas já reivindicadas para a criação da TI Apyterewa. A “reforma agrária” realizada pelo INCRA partiu da relação de doação de terras por um suposto proprietário, também madeireiro, quem explorou mogno dentro da área indígena. Mais tarde, a partir do ano de 2011, as famílias cadastradas pelo levantamento da FUNAI junto ao INCRA, consideradas de boa fé, ou seja, sobretudo aquelas que haviam sido assentadas anos antes e que ainda possuíam perfil de reforma agrária foram reassentadas em novo assentamento, na antiga fazenda Belauto.

Sobre a fazenda Belauto, expropriada para o fim de reforma agrária, foi informado que: “o INCRA assentou essa gente lá porque essa fazenda era de um traficante, lá fizeram duas vilas, a Vila Amarelão e Vila Planalto” (político, São Félix do Xingu, junho de 2022).

Figura 36 – Fotografia de início de urbanização na Vila Amarelão, Fazenda Belauto



Fonte: A autora, 2022.

A fazenda agropecuária Belauto no final dos anos 1990 foi alvo de uma operação da Polícia Federal com o fim de investigação da relação entre narcotráfico, lavagem de dinheiro e exploração madeireira. Em relatório produzido em 1996, pelo etnólogo Carlos Fausto, constam os nomes dos proprietários da fazenda Belauto como aliciadores de jovens Parakanã em negociações de venda de madeira. A informação foi confirmada por esta pesquisa em campo por via de entrevista com um antigo servidor da FUNAI.

A mesma fazenda, mais tarde foi expropriada e destinada por via da mediação do INCRA como re-assentamento para os ocupantes considerados de boa-fé da TI Apyterewa. No entanto, segundo relataram muitos dos entrevistados, as terras possuíam qualidade inferior às do Paredão, uma vez que se trata de terras bastante exploradas pela atividade da pecuária, fazendo com que muitos dos assentados desistissem do lote e retomassem a posse no Paredão.

Por se tratarem de agricultores, cuja cultura principal o cacau, a falta de assistência técnica para correção do solo tornava inviável a produção em solos gastos, tal como encontraram na fazenda Belauto.

Voltando à urbanização, a partir de linhas, ou de estradas principais e secundárias, o modelo foi inaugurado na região pela expertise do INCRA na década de 70. Nota-se no

surgimento da vila no interior da TI Apyterewa a possível replicação desta estrutura de ocupação da floresta.

Sobre a relação da urbanização com a fronteira econômica, Machado (1999) se referia ao processo como expansão da fronteira a partir de uma frente demográfica, o que está implicado na própria estrutura de apropriação monopolista da terra, e da urbanização como alojamento de uma frente despossuída, ou seja, disponível como mão-de-obra. Explica a autora a relação direta entre mercado de terras, mercado de trabalho e urbanização na Amazônia a partir da década de 1960, destacando alguns aspectos:

Primeiro, a alocação de massas de trabalhadores em espaços progressivamente privatizados só pode ser realizada em espaços “abertos” à socialização, ou seja, nos espaços urbanos. Não é surpreendente, portanto, que povoados, vilas e cidades amazônicas tenham surgido ou crescido em função de imigrantes “sem-terra”, que passaram a engrossar, querendo ou não, o contingente de mão-de-obra em disponibilidade (MACHADO, 1999, p. 11, grifos da autora).

E segundo, acentua, a necessidade de muitos grandes proprietários, seja para legitimar sua apropriação, seja para aproveitar a disponibilidade de empréstimos baratos para a valorização e revenda das fazendas, realizarem para isso grandes desmatamentos com o emprego de mão-de-obra assalariada. Essa organização do trabalho contribui para a urbanização, na medida em que os trabalhadores (e suas famílias) vivem nas aglomerações e não nas fazendas, sendo arregimentado pela figura do empreiteiro de mão-de-obra, o “gato”. A autora relata a presença do “gato” como “usual no cotidiano das pequenas cidades e vilas localizadas nas áreas com maior concentração de grandes fazendas, caso, por exemplo, do Sudeste do Pará” (MACHADO, 1999, p. 12).

No caso da urbanização em Apyterewa ao contrário da estrutura de colonização replicada pelo INCRA nas margens das rodovias, intercalando lotes e agrovilas, ela possui a diferença de que há uma aliança, ainda que velada, entre público e privado, por meio de uma ação em rede que passa de práticas ilegais até a sua transmutação em práticas legais. Se no início dos anos 2000 as terras, sobrepostas a Terra Indígena e doadas para a “reforma agrária” proveu de particulares, isto é, de fazendeiros locais, também em 2017 a “doação” partiu desse mesmo ator social.

Machado (1999) percebeu a volatilidade desse tipo de urbanização uma vez que a densidade populacional costuma se vincular às alterações na estrutura fundiária, ao ritmo do desmatamento, assim como à ocupação de novas e antigas áreas por posseiros e às mudanças na atividade produtiva. Por isso, não observou, por outro lado, na maioria dessas vilas, uma capacidade de desenvolvimento de uma economia urbana que se mantenha por si.

Abaixo a foto de uma igreja na Vila Amazonas, a beira da estrada que vai de São Félix do Xingu até a Taboca. A Vila Amazonas foi fundada como agrovila, no entanto, ela confirma a volatilidade da urbanização. Localizada a pouco menos de cinco quilômetros da TY Apyterewa, a Vila Amazonas vive hoje uma decadência de seu processo de urbanização, onde se concentram poucas casas com poucos moradores.

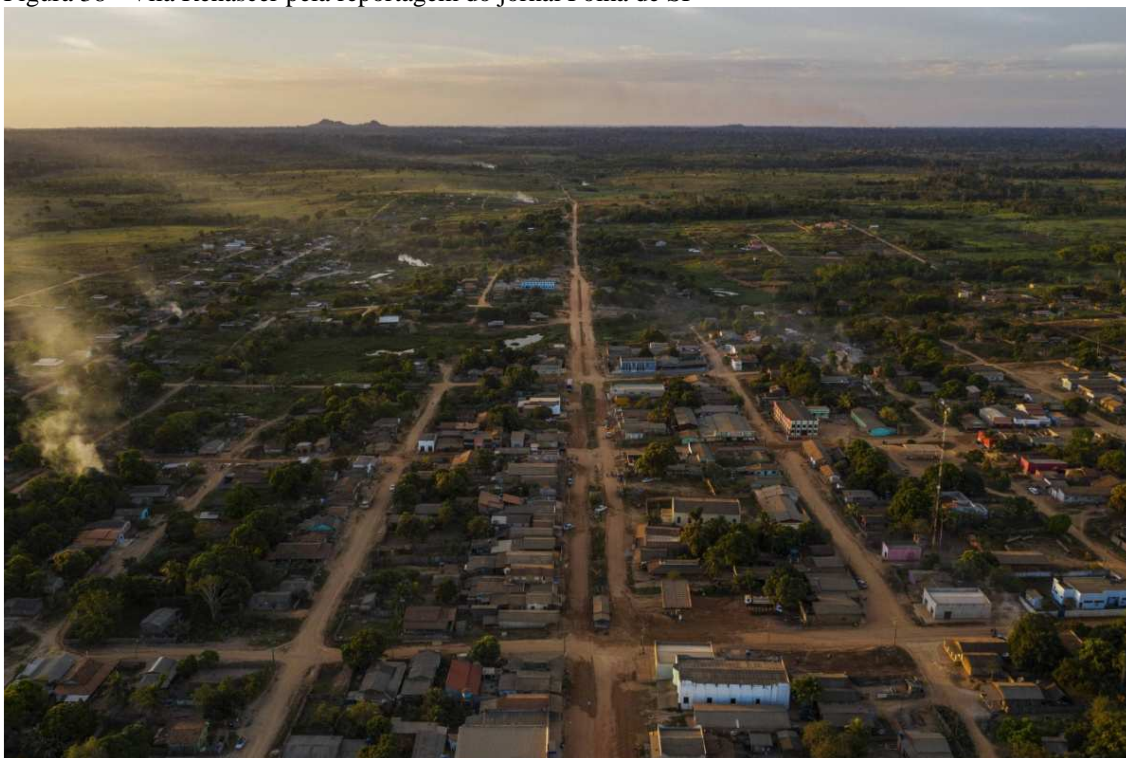
Figura 37 - Vila Amazonas



Fonte: AUTORA, 2022.

Enquanto isso, a vila Renascer, surgida em 2017, tem desde então, apresentado um crescimento mais rápido se comparada às demais vilas do Município. Podendo ser observado um verdadeiro *boom* econômico ocasionado pela exploração da Terra Indígena Apyterewa nos últimos anos.

Figura 38 - Vila Renascer pela reportagem do jornal Folha de SP



Fonte: ALMEIDA, 2020.

A vila, ao contrário de outras muito mais antigas já possui uma estrutura urbana com hotéis, posto de gasolina, energia elétrica e internet, além de comércios variados. A Vila Renascer surge como um “novo eldorado”, oferecendo trabalho para os moradores e oportunidade de enriquecimento para investidores externos. Mas, diante do seu crescimento, ao contrário de outras vilas cuja densidade populacional mais volátil em função das atividades produtivas, no caso da Vila Renascer, pode indicar que haja uma dinâmica econômica pelo próprio processo de urbanização, sustentando a sua crescente densidade populacional.

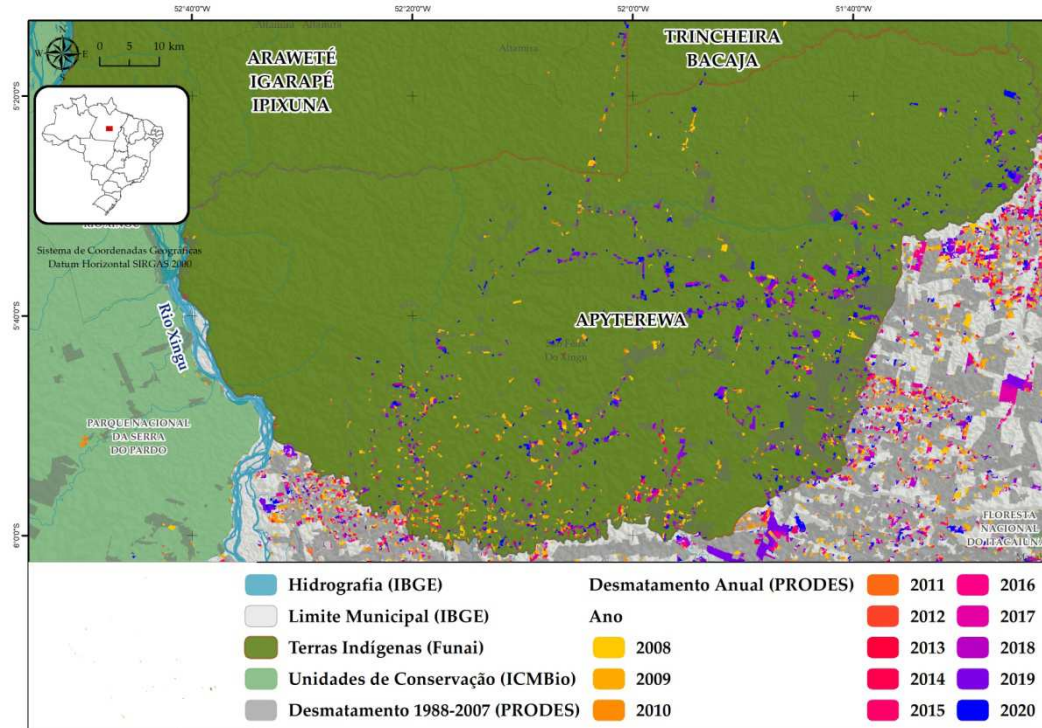
2.2.5.1 O comércio de terras na TI Apyterewa

Tendo registrado o maior desmatamento da Amazônia Legal no ano de 2003, de acordo com levantamento da ONG Instituto Socioambiental (ISA), a partir de 2004 passa a ser registrada uma redução do desmatamento no interior de Apyterewa, chegando a atingir praticamente zero em 2012 (0,77 km²⁶). Mas, durante os últimos dois anos as taxas anuais de desmatamento vêm aumentando expressivamente, atingindo área de 19,82 km² em 2018 e

⁶ Na conversão para Km² os valores foram arredondados, uma vez que são números extensos.

saltando para 85,25 km² em 2019, e em 2020, ainda que com queda em relação ao ano anterior, registrado um valor ainda bastante expressivo se comparado aos anos anteriores, com 63,25 km².

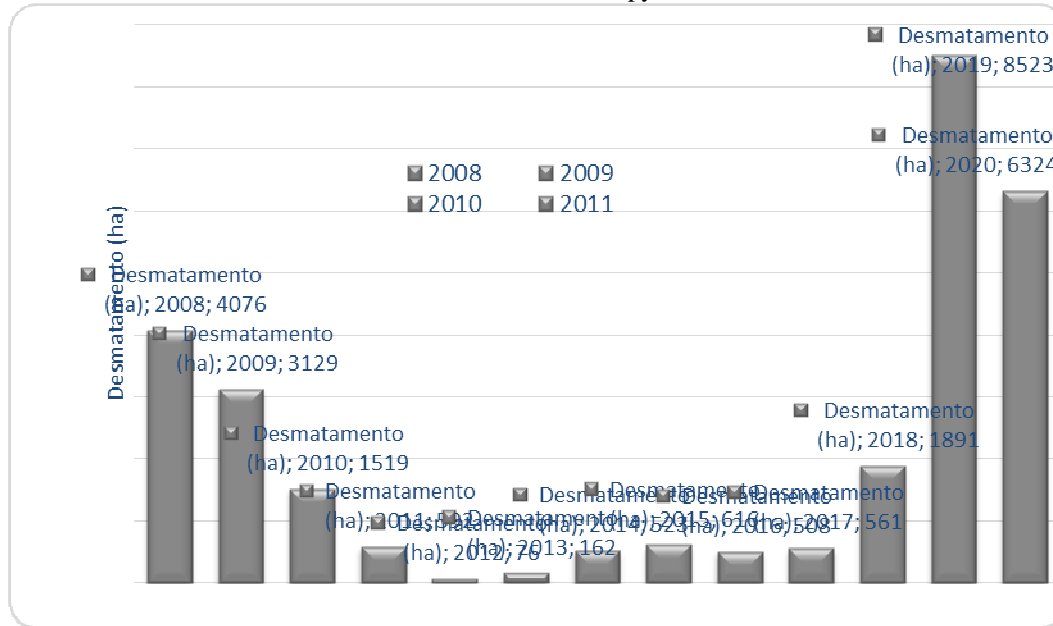
Figura 39 – Mapa com o desmatamento anual da TI Apyterewa de 2008 a 2020



Fonte: PRODES/INPE, 2021.

Abaixo o gráfico com o desmatamento medido pelo PRODES/INPE, de incremento anual registrado a partir de 2008, demonstra a tendência assumida a partir do ano de 2018, bem como o fenomenal aumento em 2019. De 2018 a 2020 houve o aumento de mais de 300% da área desmatada no interior da TI Apyterewa.

Gráfico 3 - Gráfico de desmatamento em hectares na TI Apyterewa



Fonte: INPE, 2021.

Por causa do decreto que o Gilmar Mendes fez, de que ninguém seria penalizado por estar lá dentro, de uns dois anos pra cá voltou a aumentar a invasão (Invasor de posse média, Vila Taboca, junho de 2022).

A referência ao decreto emitido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF refere-se ao acolhimento em maio de 2020 de um pedido impetrado pela Prefeitura de São Félix do Xingu e Associações dos invasores da Apyterewa de negociação com a União. O Ministro Gilmar Mendes⁷ acolheu o pedido do Município, determinando o envio do processo para um “núcleo de conciliação” da Advocacia Geral da União – AGU sem, portanto, ter considerado a participação de representantes do povo indígena Parakanã. Uma novidade na proposta partindo da Prefeitura junto às associações com aval do Ministro do STF é a de que ao contrário da reversão da homologação como havia sido suscitada pelos mesmos agentes em anos anteriores, agora a proposta era da conciliação e para isso a proposta de re-delimitação da terra indígena. Nesta proposta a TI perderia 392 mil hectares da área homologada, o que corresponderia a perda de 50,7% da área.

⁷ Reportagem do jornal a Folha de São Paulo de maio de 2017 traz uma entrevista em que questiona o Ministro do STF Gilmar Mendes sobre o seu vínculo com os donos da empresa JBS, maior frigorífico do Brasil, em que investigados por corrupção citaram o nome do Ministro em um dos depoimentos de delação. À Folha, Mendes justificou o vínculo pelo fato de sua família, pecuaristas com propriedades no interior do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ser fornecedora de gado para a empresa JBS.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887895-familia-de-gilmar-mendes-fornece-gado-para-a-jbs.shtml>

O informante acima citado disse ter adquirido em 2021 uma área dentro da Terra Indígena equivalente a 90 hectares e sendo ainda floresta custou mais barato do que áreas de pasto formado. Também informou a criação de uma nova associação dos invasores da Terra Indígena, além da construção de uma ponte atravessando o igarapé São Sebastião dando acesso ao interior da Apyterewa. Relatou que em acordo com indígenas do povo Parakanã foi feito um “picadão” para definir qual a área seria dos “brancos” e qual a área dos indígenas. Ainda que a nova demarcação física tenha ocorrido com a participação tanto dos invasores quanto dos indígenas, lamentou o entrevistado de que o acordo não tenha sido homologado pela Justiça. Ainda assim, demonstrou ter esperança, com base no argumento de que em todos os episódios quando houve operação de desintrusão houve também apoio de políticos e de membros do judiciário impedindo a retirada definitiva dos invasores.

A problemática envolvendo o desmatamento e invasão da TI Apyterewa tem sido acompanhada pela mídia nacional e internacional, sob o pretexto de Terra Indígena mais desmatada atualmente da Amazônia Legal. O Jornal Folha de São Paulo⁸ sobre a ação de re-delimitação física da TI Apyterewa exibiu reportagem em fevereiro de 2022, discorrendo sobre uma reunião entre fazendeiros e indígenas na aldeia mais próxima ao Igarapé São Sebastião, área oficial limítrofe. Na ocasião, segundo a reportagem, os fazendeiros interessados na reversão da demarcação prometeram aos indígenas diárias de trabalho no valor de R\$ 250,00 para a abertura do “picadão”. E desta maneira se dirigiram ao local de abertura da nova linha limítrofe 150 homens pertencentes ao povo indígena. À medida que abriam a mata de maneira rudimentar, “à base de facão”, foram informados de que o valor da diária havia caído para R\$ 70,00. Diante de tudo isso, e com alimentação insuficiente, muitos indígenas desistiram e tiveram de retornar andando para a aldeia.

A atual APA Triunfo do Xingu, assim como a Terra Indígena Apyterewa, tem sido alvo da apropriação e comércio ilegal de terras e por consequência de alto índice de desmatamento. Sobre a transformação da sua paisagem foi relatada a ação principalmente de um grupo cuja origem o capital financeiro. Representantes do grupo teriam comprado terras a preços muito baixos a partir do ano de 2003: “no início adquiriram grilando ou compraram terra aí a R\$ 100,00/50,00 o alqueire” (Técnico em agropecuária, São Félix do Xingu, junho de 2023).

A área hoje reconhecida como APA, ou seja, uma UC estadual, que ocupa 13% do território de São Félix, encontra-se na margem esquerda do rio Xingu, apropriada por

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/02/indigenas-trabalham-sob-vigilancia-armada-no-para-apos-conciliacao-autorizada-por-stf.shtml>. Acesso em: janeiro de 2023.

populações extrativistas, quem fazia o uso sustentável da floresta por gerações. No entanto, como explicou o informante “os extrativistas não fazem cerca, não têm renda para isso”. A partir de 2003 muitos foram pressionados a vender suas áreas de uso a preços irrisórios. O que há em comum com a situação da TI Apyterewa, ou ainda, com outras terras públicas, como aquelas da região do Iriri onde também possui uso tanto das populações indígenas quanto extrativistas, é que a prática de apropriação é distinta daquela que em geral está imbricada à formação da propriedade individual privada. O desmatamento acompanhado da cerca é precedido do poder do dinheiro, e em segundo lugar, para a garantia da apropriação individual em um contexto onde não há amparo legal, para isto necessário o uso da força. Por isso mesmo, em São Félix do Xingu, nas vilas ao longo das vicinais que margeiam as grandes fazendas a “violência” mais do que cotidiana é uma profissão.

Ainda que não capturada pelas pesquisas censitárias, a profissão de pistoleiro oferece a indivíduos a possibilidade de ascensão social no contexto de fronteira aberta. Há pistoleiros que conseguem ascender, tornando-se donos de terras, figuras respeitadas, leia-se, temidas, e sem dúvida, admiradas. Enquanto há também o risco de serem rapidamente combatidos, isto é, mortos por outros pistoleiros.

2.2.5.2 I Love Paredão

Dentre as entrevistas na Vila Taboca, um objeto tornava a interação indiscutivelmente unidirecional. À altura dos olhos da pesquisadora: um boné com os dizeres “I love Paredão”. Perguntara então o que significava “paredão”, uma vez que a palavra não apenas aparecia proferida pelos entrevistados de maneira recorrente, mas também estampava o acessório. Soava como fenômeno marcador da identidade local. Mas, diferente do imaginário externo, de atraso e de *far west*, agora, entranhado de modernidade, atualizado pela cultura *pop*. De maneira direta explicou-me: “Paredão significa o grilo dentro da Terra Indígena”. Discorrendo um pouco mais, trazendo a metáfora contida no termo, complementou:

Paredão porque era uma parede tipo assim uma parede para que ninguém entrasse. Quem vai para os Estados Unidos do (desde o) México não encontra uma parede, uma barreira, uma cerca né!? Quer dizer que aqui fizeram um paredão, não é para entrar aqui, tem uma parede, o rio é a parede (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2022).

O rio a que se referiu o entrevistado trata do igarapé São Sebastião linha limítrofe entre o distrito Taboca e a Apyterewa. Para compreender a metáfora do Paredão, ou o a área

“grilada” dentro da terra indígena novamente recorre-se à memória televisiva brasileira. No ano 2002, pela primeira vez na televisão brasileira uma emissora exibia o programa “reality show” Big Brother Brasil - BBB. Pessoas convivendo em uma casa de luxo vigiada por câmeras por 24 horas, situação transmitida pelo canal de TV para os telespectadores de um país de tamanho continental, o Brasil. A partir da virada do milênio a Vila Taboca, abandonada pela antiga proprietária, a mineradora Paranapanema, viu chegar um contingente de migrantes em busca do que ali é chamado de “terras soltas” ou, em busca de minério, o estanho extraído da cassiterita. Migrantes vindos do Norte do Mato Grosso, Tocantins, do Rio Grande do Sul, de Goiás, trazidos pela estrada que ligou a vila à sede de São Félix, aberta anos antes pelos madeireiros. Endossados pela razão de que o INCRA estava reconhecendo as posses na direção do Xingu:

A maior fofoca do Paredão começou em 1999, o Paredão é uma área indígena, uma pretensão, mas que parece que foi homologado. O Paredão fez surgir terra devoluta de novo. O que é a fofoca nesse caso? É grilo, você marca uma terra e coloca para vender. E essa fofoca do Paredão não acabou mais, continua até hoje. Porque em 1999 já havia acabado a terra devoluta aqui da Taboca, então lá a terra continuava solta, porque aqui só podia marcar uma pequena área, lá não, lá podia marcar uma imensidão de terra. (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2022).

O episódio assim chamado de fofoca do Paredão coincidiu com o advento da pecuária no Município. Segundo os dados do IBGE o auge da pecuária ocorreu entre 1999 e 2005, quando houve um aumento de 443% na quantidade de cabeças de gado em São Félix do Xingu – PA, passando de 291.243, em 1999, para 1.581.518, em 2005.

Em poucos anos a população de Vila Taboca superou a de todas as outras vilas. A “fofoca” da terra e do garimpo atraía os diversos perfis de ocupantes. Desde fazendeiros médios de outros estados, que à medida do aumento da família e do preço da terra nos estados do Sul, Sudeste e Centro-oeste eram obrigados a buscar no Norte a continuidade de sua tradição econômica e cultural. Mas, também aqueles que apesar de todo o domínio das atividades no campo nunca puderam ter sua propriedade e por isso se arriscava em busca da reforma agrária, caso de migrantes originados de estados como Maranhão e Piauí.

Além da razão de que o INCRA reconheceria as posses, um morador antigo, fazendeiro da Vila Taboca media e comercializava lotes a um baixo preço na área que apesar de como se dizia, ser de pretensão indígena, uma vez ocupada acreditava-se seria de direito do posseiro. Foi nessa época que o comércio de terras no interior da atual terra indígena contribuiu para aquecer a urbanização da Vila Taboca ao mesmo tempo em que ali o dinheiro e os migrantes eram também garantidos pelo garimpo de estanho. À medida da procura, aumentou-se a demanda, novos sujeitos começaram a “cortar” as terras no perímetro da TI:

Quem marcava terra lá era só gente de fora, porque quem era daqui já tinha terra não conseguia trabalhar em duas terras. Mas quem era de fora e tinha dinheiro paga o peão para olhar. Porque o ruim do grilo é o re-grilo, que é quando a terra já foi grilada e outro grila por cima, aí isso gera mortes, até hoje acontece isso aí. Lá some gente direto, daqui acolá some um. E fica por isso mesmo, é natural e normal! (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2022).

O “re-grilo” é o principal motivo das mortes, explicou o informante. O caso ocorre quando aparece um pistoleiro reivindicando a posse do patrão, este na categoria “fazendeiro”. No contexto do Paredão, trata de outro sujeito social, mais abstrato do que o colono que trabalha e mora na terra. O “fazendeiro”, neste caso, é aquele que tem a necessidade de expandir permanentemente porque a prática econômica por ele desenvolvida é a pecuária de corte. Já a prática do colono, mesmo no interior da TI, a agricultura de cacau ou a criação de gado de leite. Embora também haja áreas de grande apropriação no interior da TI usada para a agricultura de cacau.

Foi informado a esta pesquisa que com o aumento populacional da Vila Taboca, e a sua elevação em 2001 à categoria de distrito, representantes da FUNAI começaram a interagir por meio de reuniões. Informando de que do outro lado do rio São Sebastião era uma Terra Indígena, os agentes do órgão indigenista aconselharam a população a não invadir já que poderiam sofrer represálias por parte da polícia e dos órgãos de fiscalização ambiental.

Mas, ainda da relação com o programa “reality show” Big Brother Brasil. No ano de 2002 um termo presente no *game-show* passou a fazer parte do vocabulário popular nacional: Paredão. Expressa o termo, por sua vez inspirado no *paredón* do regime socialista cubano, onde os opositores eram fuzilados. Imperdoavelmente o participante daquele *reality* iria “parar no paredão” com o risco de ser eliminado. Desta influência, contou um dos mais antigos moradores do Distrito Taboca, surgiu o termo para designar o comércio e a invasão da Terra Indígena.

Localizada a 10 km da Vila Taboca encontra-se a base de vigilância da FUNAI e da Polícia Federal. Dentre as operações para coibição e retirada dos invasores, a de 2016 pareceu a mais viva na memória dos moradores do Distrito. O comboio de carros da PF e IBAMA passou pela estrada que é também a principal via urbana da Vila. A militarização materializava o que até então só parecia um risco, mas não um fato.

Muitos dos invasores, médios proprietários e pecuaristas que vivem em Vila Taboca, alimentam esperanças de que o Governo em algum momento reconheça sua posse. Não se vêem desta maneira como infratores, em conflito com o ponto de vista de “bandidos”, o que na narrativa destes atores corresponde principalmente aos órgãos ambientais e à mídia.

Portanto, para a comunidade que assistia a militarização, era como um episódio carregado de drama, e para a sua interpretação, de injustiça.

Figura 40 - Rua em Vila Taboca com casa remanescente da ocupação da mineradora Parapanema



Fonte: A autora, 2022.

Por aqui pela Taboca para a base, do dia que eles chegaram eles deram trinta dias para os invasores se retirarem. Mas tem aqueles teimosos que diziam que só saíam mortos. Depois que venceu os trinta dias aí queimaram casas, amarraram uns e arrastaram. Mas, depois dessa retirada, hoje tem mais gente lá do que tinha antes. Porque eles tiraram daí e assentaram lá no Belauto, a terra de lá é pequena e ruim aí muitos voltaram (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2022).

Para aqueles que vivem a coibição dos órgãos ambientais com poder de polícia, há uma contradição na ação tática do Governo Federal. Isso porque para praticamente todos esses atores sociais da fronteira entrevistados, as operações de fiscalização são atomistas frente à problemática real que envolve a apropriação e uso da terra em vias da conservação da natureza na Amazônia. No entanto, a forma de manifestação do “Estado” tem sido sob uma unidirecional militarização da questão, isolada de outras intervenções. Ademais disso, há o risco de *espetacularização* dessas operações, por interface da mídia:

O que eu acho é que eles fazem isso para mostrar para a mídia (fiscalizações). Eu tenho plena consciência do tamanho do desmatamento na Amazônia, mas não têm políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. O desmatamento só vai ser combatido no dia em que o governo promover a titulação de terras (Professora, Vila Taboca, junho de 2022).

“No Paredão não para de chegar gente”, esta constatação foi dita por três dos entrevistados em Vila Taboca. “A fofoca do paredão não para”. O comércio de terras no interior da Terra Indígena aumentou nos últimos anos à medida que parece se tornar mais legítimo uma vez manifestado apoio das distintas instâncias de governo. E em termos de uma economia local, a venda de terras no Paredão aquece o comércio e urbanização na Vila Taboca:

O pessoal do Paredão movimenta muito o comércio daqui, se liberasse o Paredão seria muito bom pra cá para a Taboca, mas isso aí a gente sabe que não vai liberar, né! Esse ano mesmo já queimaram uma caminhonete, já queimaram dois tratores aí, não tem nem um mês que queimaram duas casas lá dentro, o IBAMA, mas agora eles estão mexendo com quem está desmatando. Porque eu não sei se você sabe, mas, no Brasil o desmatamento tem que ser zero, aí quem está desmatando eles estão pegando. O pobre que está arrastando a cachorra não tem condição de ter casa lá dentro com a insegurança que é (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2022).

O que o entrevistado acima explica além da importância econômica do Paredão é a relação entre o poder aquisitivo do invasor e a garantia de permanência dentro da invasão. O risco de ter a casa e os bens queimados e destruídos pelo IBAMA, explicou ele, só deve assumir quem possui outra fonte de renda, que lhe dê garantia de sobrevivência material caso perca aquela da terra grilada. Outro entrevistado explicou que ocorre de fazendeiros doarem lotes menores na frente, estando suas áreas de pasto de fundo, para que esses pequenos sirvam de escudo perante a ameaça das operações de retirada. Uma expressão usada para explicar essa operacionalidade em Vila Taboca é a de que “os pequenos só servem de bucha para os grandes”. Ou seja, a presença de novos pequenos posseiros deve funcionar como subterfúgio para a presença e atividade dos grandes, ou, dos “fazendeiros”, *personas* abstratas. Para além do escudo físico e de comunicação, a presença dos pequenos também possui sua função moral, uma vez que endossa o argumento de que a terra deve ser destinada para a reforma agrária, para agricultores pobres que não podem pagar pela terra.

2.2.5.3 Vila Taboca: aqui ou você é bravo, ou você é manso

Há na vila Taboca uma espécie de espírito subjetivo resultado da objetividade que é dali própria. Mistura de violência e silêncio à esperança de melhoria, contida em uma constante novidade:

Aqui aparece defunto ali que você não sabe. - Ah tem um morto ali... Os parentes vão lá e buscam. Ninguém pergunta quem foi. Não descobre de jeito nenhum, até porque se alguém saber não pode falar. Eu nunca vi ninguém matando ninguém não,

mas ver morto? Eu já banhei mesmo uns três colegas meus que mataram. É a lei do silêncio. Eu sempre digo, aqui ou você é bravo ou você é manso. Porque se você é bravo você é bravo até o fim. Aqui para viver mais tempo você tem que ser manso... E, humilde![...] Aqui tem coisas que a gente não fala nem para o amigo (Comerciante, Vila Ttaboca, junho de 2022).

Assim terminou a entrevista até então gravada. Nesse momento, a pesquisa também havia de ser tomada pelo silêncio. Frantz Fanon (1968), médico na Argélia durante o colonialismo francês discorreu sobre a psicose na fronteira. A violência cotidiana - assinalava Fanon, é capaz de produzir subjetividades inéditas, assim como, deve produzir formas geográficas também inéditas:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras (FANON, p. 29, 1968).

Em tom parecido, o geógrafo Claude Raffestin identificava que deve haver, na sociedade moderna, tanto uma geografia da vida, quanto uma geografia da morte (RAFFESIN, 1993, p. 79). Por outro lado, em meio ao ineditismo, apesar da precariedade em boa parte da estrutura urbana, chama atenção a estrutura que está presente em todo e qualquer núcleo urbano. Mas que, no Distrito Taboca parece superar pelo poderio, trata-se da quantidade das igrejas pentecostais e neopentecostais.

Figura 41 - Foto da igreja Assembléia de Deus em Vila Taboca



Fonte: A autora, 2022.

Na foto acima a igreja Assembléia de Deus instalada na vila desde os anos 1990, teve sua estrutura modificada à medida do aumento da prosperidade de seus adeptos. Fundada em Belém em 1911 com o nome de Missão de Fé Apostólica, tornou-se oficialmente Assembléia

de Deus em 1918 se espalhando por todo o território nacional. Hoje é considerada uma das maiores igrejas pentecostais do mundo. Sua sede imponente em Vila Taboca deve representar sua atual relevância, sobretudo na relação com o processo de urbanização em todo Estado do Pará.

A Assembléia de Deus também é presente no Paredão: “quase todo mundo lá no Paredão é da Assembléia”, relatou um informante. Composto pela maioria por fiéis da igreja Assembléia de Deus com apoio de políticos oriundos da mesma igreja quem ocupando distintas instâncias de governo, e que embora contra a lei nacional, naquele contexto, também apóiam às associações do Paredão. Ainda que, como avaliou um dos entrevistados o apoio de determinados políticos ao Paredão não passa de verbal uma vez que nada tem sido oficialmente resolvido.

2.2.6 Pecuária

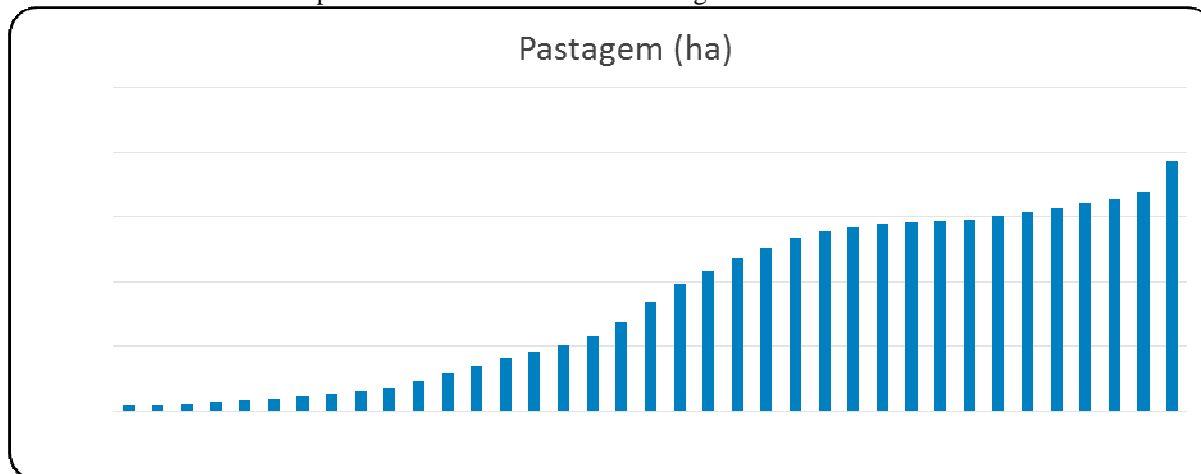
Os dados atuais confirmam a tendência dessa região como um pólo da pecuária, não apenas na escala estadual, mas, em todo o país. Resulta, portanto, dos primeiros investimentos a partir da implantação do pólo Xingu-Araguaia na década de 1970, pelo programa de Governo – Polamazônia. Dentre o ranking dos municípios, o 1º é São Félix do Xingu, o 2º Marabá e o 3º Novo Repartimento localizado na microrregião Tucuruí. Dentre os três, o único que atinge o plantel de 01 milhão é Marabá, superado por mais que o dobro em São Félix, enquanto nenhum dos demais municípios da mesorregião Sudeste Paraense atinge a casa de 01 milhão de cabeças.

São Félix do Xingu apresenta desde os anos 1990 até por volta de 2010 um perfil de desmatamento de grandes aberturas, tal como anteriormente discutido. No entanto, de 2010 até por volta de 2016 o desmatamento por incremento no Município diminuiu, o que significa que deve ter havido uma consolidação das áreas de pastagem. Uma vez que a pecuária de corte manteve-se como atividade rural absolutamente dominante, respondendo por 85,2% dos estabelecimentos agropecuários existentes e por 93,47% da área ocupada com agropecuária (ANDRADE JR, 2020, p. 282).

Observando o gráfico abaixo é possível identificar uma tendência crescente da área de pastagem até 2010, para em seguida até 2014, principalmente, haver uma estabilidade. Ou

seja, houve queda de acréscimo de novas áreas convertidas em pastagens. O que também pode ser confirmado conforme o gráfico do desmatamento (gráfico 04).

Gráfico 4 - Desmatamento a partir de 2008 em São Félix do Xingu - PA

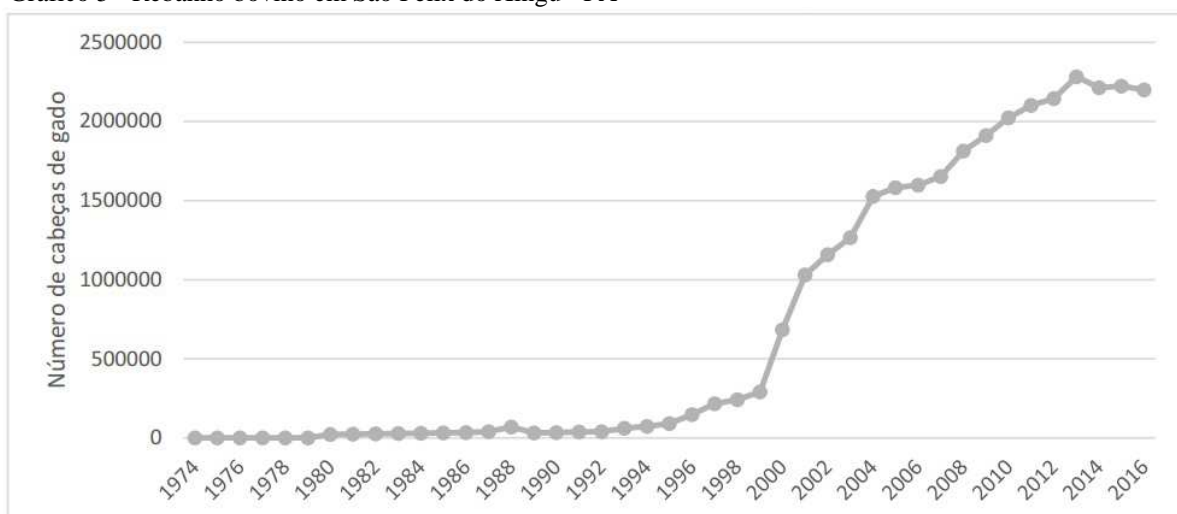


Fonte: MAPBIOMAS, 2021.

Abaixo o gráfico do rebanho bovino assegura que é a partir dos 2000 que a pecuária se consolida no Município. Ao comparamos os gráficos, chama atenção um período específico devendo por isso, os dados referentes a ele serem postos em relação. O período é o que equivale aos anos de 2012 e 2013. No gráfico abaixo, elaborado a partir da Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE, dado que está disponível até o ano de 2016, nota-se a super alta do plantel bovino entre os anos de 2012 e 2013. É quando o rebanho mais se aproxima do número atual de 2,5 milhões de cabeças.

No entanto, os dados contrapõem a relação entre crescimento do desmatamento com o crescimento da pecuária. Pois, entre os anos de auge do crescimento do rebanho bovino a área total de pastagem não foi praticamente alterada. Outro dado aí entrecruzado deve ser a taxa do desmatamento por incremento no Município. De 2011 a 2014 a área desmatada sofreu um baixo acréscimo se comparado aos anos anteriores.

Gráfico 5 - Rebanho bovino em São Félix do Xingu - PA



Fonte: IBGE, 2016.

De 2018 em diante volta a crescer o desmatamento o que então pode significar que o padrão de abertura de grandes áreas pertencentes a um único proprietário ou grupo proprietário, referindo-se, portanto, a formação de fazendas deve ter sido retomado. Também como mencionado acima, as frentes de desmatamento constam, sobretudo sob a TI Apyterewa, e na direção do Iriri cujo acesso a estrada transversal, a Trans-Iriri.

O que revela a análise das entrevistas é que não apenas a posse da terra enquanto objeto de apropriação como reserva de valor tem sido utilizada como interesse econômico daqueles que praticam a compra e a venda ilegal de terras. Mas, há uma vantagem em desmatar novas áreas. Prática que talvez esteja ainda mais relacionada ao perfil do desmatamento no Município a partir de 2018 e que está situado, sobretudo, em áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas). A primeira porque sendo terras novas, como são chamadas, nelas o capim nasce com facilidade, e o manejo apenas com a queima oferece bom pasto, livre de pragas e sem a necessidade de intervenção técnica. Enquanto a segunda vantagem é o que ali é chamado de “giro rápido”, isto é, com pouco tempo de produção das fases iniciais da pecuária de corte, sobretudo a recria, fase que também exige área mais ampla de pastagem já se paga o primeiro investimento. Sobre o “giro rápido” oferecido pela grilagem de terras dentro da TI Apyterewa, explicou um entrevistado:

Derruba, joga semente, forma o pasto. O gado que eles jogam aí, se eles tivessem pagando aluguel de pasto, quanto mais tempo o gado passa aí eles tiram mais lucro. E tem muito fazendeiro grande lá dentro. Tem muita fazenda, mas em número a maioria é colono, tem muito cacau lá dentro, uns 20% deve ser cacau, a área ocupada por colono deve ser de 40%, áreas acima de 1.000 alqueires deve ser umas 20 a 30 pessoas que tem. Mas isso é área muito grande, tem muita gente chegando, lá não para não (Invasor, posse média, Vila Taboca, junho de 2023).

Outro entrevistado também explicando sobre o motivo de que o Paredão continuamente atrai tantos novos invasores relacionou a fertilidade da terra e ampliação dos pastos à alta atual do preço de arrendamento no Município:

É como eu te disse aqui só faz aumentar, se um caminhão de mudança sai daqui tem 3, 4 vindo. As pessoas vêm em busca de terra, a maioria o foco é no gado, derrubar, jogar semente para fazer pasto, com dois anos a pessoa já tira o lucro. Porque hoje aqui você procura e não acha um pasto para alugar, o pasto hoje está R\$ 60,00 por cabeça, e pra lá tem pasto para ampliar, por isso o povo vai pra lá. Porque aqui se você tem 20 alqueires, lá você pode ter muito mais. E lá a terra é fértil, diferente daqui que a terra já está gasta. Lá quem consegue tirar lucro é o médio e o grande, se você derruba, planta o capim, você vai tirar o lucro, é um giro rápido! (Comerciante, Vila Taboca, junho de 2023).

O mesmo vale quando a explicação é para a expansão da frente de desmatamento em direção ao Iriri. Questionado de onde seria a maior área de produção de pecuária um dos entrevistados alegou relação semelhante:

É lá também, (região do Iriri). Porque lá as propriedades são maiores, terra mais nova. São terras que foram "feitas" bem mais tarde. Em São Félix do Xingu não se usa correção de solo, só pasto (Fazendeiro, São Félix do Xingu, junho de 2023).

Prossegui indagando o motivo de não se usar correção de solo no Município, explicou o entrevistado: “é porque a terra ainda está agüentando e porque ainda tem muita terra”. “Muita terra” equivale a dizer “terras soltas”, ou, áreas protegidas, porções de floresta ainda não desmatadas e, portanto, ainda não apropriadas pela atividade agropecuária.

2.2.6.1 As fases da criação

O Município de São Félix do Xingu por não cumprir com o Novo Código Florestal, que define a quantidade de desmatamento permitido por município, sofreu um embargo ambiental em 2008, pois desde então encabeça a lista dos mais desmatados da Amazônia Legal. O embargo culminou com ações orquestradas pelo Ministério Público em junho de 2009 de punição de fazendas e frigoríficos relacionados ao desmatamento além da perda de acesso ao crédito por produtores rurais.

E diante desse cenário, a partir de agosto de 2009, como medida para a redução do desmatamento, o Ministério Público do Pará determinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com frigoríficos operando com carne na Amazônia. Conhecido como TAC da Carne, o acordo entre as empresas e o MP padronizou as condições de compra e venda entre frigoríficos e pecuaristas. O acordo é o de que o boi que chega ao frigorífico não tenha

passado por áreas que tenham sido desmatadas após julho de 2008, data limite, conforme anistia dada pelo Novo Código Florestal. Áreas que tenham sido multadas, e nisso conste desmatamento, identificado via monitoramento por satélite, são proibidas de comercializar com esses frigoríficos. O TAC da Carne foi assinado pelos grandes frigoríficos, àqueles certificados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA para a exportação de carne. Há desta forma, o interesse público no monitoramento e cumprimento do acordo. Na fase de comercialização com o frigorífico trata-se do boi gordo, ou, o animal na última fase da cadeia de produção.

Do indissociável sistema de ações lícitas e ilícitas, tem funcionado desde então, e cada vez mais sofisticado, um sistema de produção adaptado à nova lei. Por exemplo, no caso do Paredão, ali é desenvolvida a fase de criação, do bezerro até a fase intermediária quando é comercializado para fazendas de engorda, geralmente aquelas habilitadas para comercialização direta com o frigorífico:

O grande é quem consegue estar regularizado para vender no frigorífico, com área acima de 60 alqueires, que é quem tem o CAR, não tem PRODES, está legal diante do frigorífico (Técnico, São Félix do Xingu, junho de 2022).

A primeira fase corresponde à cria. Nesta fase ocorre a reprodução a partir das matrizes. Em São Félix do Xingu existem fazendas e produtores especializados apenas na venda de bezerros. A segunda é a da recria, que corresponde à fase de bezerro até novilhos, ela vai do desmame até o boi magro. De todo o ciclo da produção é aquela que demanda maior área de pasto. Como explicou um dos entrevistados, nesta fase o animal derruba cerca, foge, pisoteia nascentes. É também a mais longa da cadeia e por isso, também, a de maior custo.

A última fase, a da engorda corresponde ao ciclo curto e possui o maior giro de capital de toda a cadeia. Nesta fase, a nutrição do animal e o uso de tecnologia, como por exemplo, adição hormonal, tornando o animal um “super boi”, lhe agrega mais valor. Na distribuição da cadeia a lucratividade se torna maior no final dela, o que corresponde à fase de atuação, principalmente, do perfil dos grandes pecuaristas. E, por outro lado, para o intermediário, quem produz do bezerro até a fase do boi magro, o custo precisa ser minimizado, e isso pode ser feito em pastos sem degradação e trabalho mal remunerado sem vínculos trabalhistas, característica da pecuária nas áreas invadidas no interior da Terra Indígena Apyterewa, por exemplo.

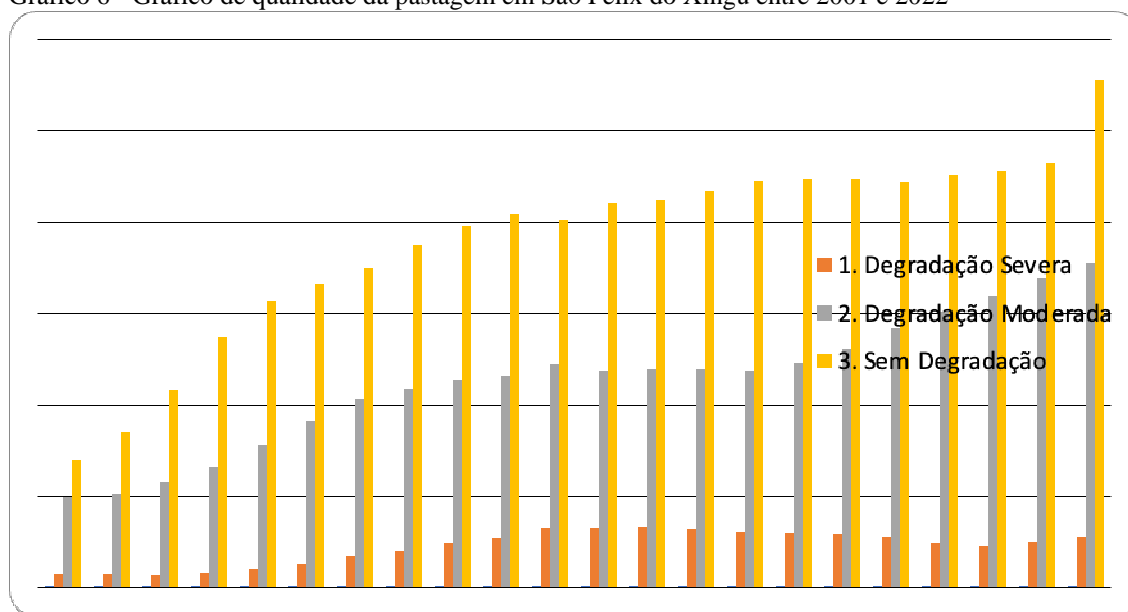
Desta forma, as novas áreas de pastos e o seu arrendamento garantem um maior percentual de lucratividade uma vez que não houve ali o capital de investimento na compra da

terra, apenas o da derrubada e plantio do capim. Além disso, essas novas áreas abertas se situam na fase em que a criação necessita de áreas mais amplas. E, por isso, ela provavelmente apóia as fazendas certificadas junto ao acordo do TAC para que elas mesmas não precisem abrir novas áreas de pasto e, portanto, se mantenham como dizem no Município, sem PRODES, ou, sem multas por desmatamento, e, habilitadas para comercialização.

A área total de pastagem hoje em São Félix do Xingu é de 1.931.236 hectares para 2,5 milhões de cabeças de gado. Segundo alguns dos entrevistados, a média recomendável é de 01 cabeça por hectare em caso de pasto degradado, e 02 cabeças/hectare para pastos sem degradação. Segundo dados do site Mapbiomas, a estatística em torno de pastos degradados e não-degradados é de metade, cerca de 50% pastos com uso prolongado e sem correção de solo, e outro 50% pastos sem degradação, o que pela tradição do Município de não uso de técnicas de correção do solo, deva indicar que sejam pastos recém formados. Ou de áreas recém desmatadas.

A área apontada por entrevistados como de maior produção são aquelas de predomínio de pastos sem degradação: “localizadas na região da Taboca” (TI Apyterewa), atravessando o rio Fresco, e da região do rio Iriri, atravessando o Xingu. O gráfico da qualidade das pastagens em São Félix do Xingu demonstra o crescimento de pastos sem degradação nos últimos anos. O que deve confirmar os dados de acentuado desmatamento por incremento, ou seja, a incorporação de novas áreas de floresta ao mercado de terras.

Gráfico 6 - Gráfico de qualidade da pastagem em São Félix do Xingu entre 2001 e 2022



Fonte: MAPBIOMAS, 2023.

2.2.6.2 O Boi legal

A única forma de contagem do rebanho e controle cabe ao órgão estadual, Agência de defesa agropecuária do Pará (ADEPARÁ). Trata-se, portanto, de controle sanitário em que a vacinação do gado como medida de prevenção de doenças infecciosas é condicionante para a exportação de animais e da indústria da carne de modo geral. Um simples foco pode interromper a exportação e comercialização entre uma rede de frigoríficos e produtores. Por isso, outra medida tomada em relação ao controle sanitário é a de controle do transporte de animais. O trânsito do animal entre uma fazenda e outra, deve ser informado e, para a comercialização junto ao frigorífico ou no caso do chamado “boi em pé”, vivo, para a exportação, deve ser emitida junto a ADEPARÁ a Guia de Transporte Animal (GTA). Ela cumpre o papel de verificação sanitária. Porém, apenas as propriedades que estão de acordo com as normas impostas pelo TAC da carne é que estão também aptas para emitir a GTA.

O valor cobrado por animal é de R\$ 4,37 para a emissão da GTA, do montante do valor, ele é usado para custear o programa de defesa agropecuária e 30% destinado a um fundo de emergência. Esse fundo existe para o caso de que na ocorrência de um caso de doença contagiosa, o recurso supra as despesas das ações para minar determinado foco, o que vai desde o isolamento, até a indenização dos produtores. Já os outros 70% serve para custear o funcionamento da ADEPARÁ de modo geral. Outra forma de declaração e de taxação é a emissão de Nota Fiscal junto à Secretaria de Estado de Fazenda, quando o animal é comercializado seja com o frigorífico ou com outro produtor. Assim, devem ser declarados os rendimentos, sendo desta forma o único registro fiscal.

Cabe, portanto à ADEPARÁ o controle da vacinação do rebanho bovino. A vacinação pode ser realizada pelos próprios produtores, mas desde que inspecionada pelo órgão estadual. É a partir do controle da vacinação que ocorre o registro de entradas e saídas de animais, e, portanto, é o principal sistema de contagem do rebanho:

Há anos houve lançamento do rebanho de cada produtor. A partir daí, o que é vendido sai, o que é comprado entra, o que nasce entra e o que morre por diversas causas, tipo raio, cobra, erva, sai. E esse rebanho total é o efetivo total de cada produtor e de cada propriedade. Há propriedades, produtores e explorações. Um produtor pode ter várias propriedades. Uma propriedade pode ter várias explorações, ou seja, rebanho de vários produtores por meio de arrendamento da pastagem e há produtores que possuem várias explorações em várias propriedades que não é dele (Técnico ADEPARÁ, entrevista por telefone, dezembro de 2022).

O que o servidor do órgão de Defesa Agropecuária explica acima é a relação entre a contagem dos animais, o trânsito e o controle sanitário. Cada produtor declara a partir de um

pré-lançamento, tempo não especificado pelo entrevistado, a quantidade de nascidos, bem como as saídas por morte ou venda de animais. O entrevistado também diferencia, segundo a metodologia de controle sanitário: produtores, de propriedades e de explorações. O que significa que há propriedades registradas para as quais há um montante pré-agendado de rebanho bovino junto à Agência. Enquanto os produtores não necessariamente são proprietários de fazendas, por isso são representados por uma categoria a parte. Por outro lado, existem as chamadas explorações, áreas arrendadas, ou ainda, propriedades associadas ou de um mesmo produtor, a uma propriedade matriz, aquela que declara o montante de bovinos.

A circulação entre propriedade e explorações, pela lei de controle sanitário deve ser registrada e informada através da GTA. No caso de São Félix do Xingu, existem produtores não proprietários, refere-se a donos de bois e que nessa condição, ao contrário de adquirir terras, alugam pastos. Havendo dessa forma mais produtores do que proprietários no Município. O que como consequência deve elevar a demanda por pastos, e destarte disso, um não vínculo entre produtor e propriedade.

A Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM realizada no Brasil desde 1945 informa o plantel bovino dos municípios brasileiros, estados e do país. A metodologia da coleta de dados baseia-se num sistema de fontes de informação, representativo, gerenciado pelo agente de coleta do IBGE, sendo a unidade de investigação no inquérito estatístico da pesquisa, o município. Sabe-se que dentre as principais fontes da PPM consta os dados referentes à vacinação fornecidos pela agência de defesa estadual, no caso do Sudeste Paraense, a ADEPARÁ e que, como mencionado, parte, substancialmente, da declaração do proprietário. Portanto, a declaração de rebanho permite uma declaração relativa, à medida que as entradas e saídas de animais permitem ainda que o declarante faça deduções fiscais. Isto é, presumi-se que culmine com a possibilidade de flexibilidade também para a declaração de gastos e de lucros.

2.3.6.3 Frigoríficos

Em São Félix do Xingu havia uma planta frigorífica Friboi da transnacional JBS, contudo ela foi desinstalada em 2012, ainda que a remessa de bois comercializada com a empresa, desde então, tenha sido direcionada a outros municípios, como Tucumã. Após a

saída do frigorífico pertencente à JBS, instalou-se uma unidade frigorífica da companhia Marfrig, esta unidade também foi desativada em 2019. E, da mesma maneira da unidade da JBS, atualmente está instalado na cidade de Tucumã. Em São Félix do Xingu encontra-se em atividade o frigorífico Frigol, instalado desde 2013. A Frigol, dentre as empresas citadas é a menor do ramo, ainda que esteja na quarta posição entre os maiores frigoríficos do país, lista encabeçada pela JBS-Friboi, e no terceiro lugar ocupado pela Marfrig:

A Marfrig fechou por causa da questão ambiental, aqui o nosso maior problema é esse. Todo Frigorífico é obrigado a monitorar a propriedade de onde está adquirindo o boi, isso foi estabelecido por um TAC colocado pelo Ministério Público [...] A questão ambiental dificulta. Isso vale para o milho, para a soja, uma fazenda comprometida não pode vender nada, e o governo não dá ferramentas para regularizar (Comprador de bois, São Félix do Xingu, junho de 2022).

O monitoramento realizado através das regras impostas pelo TAC da carne compromete não apenas o produtor, mas também as empresas da indústria da carne. Um frigorífico se na auditoria for pego comprando bois de fazendas embargadas pode sofrer sanções. Na atualidade, frigoríficos como JBS e Marfrig se destacam por sua internacionalização entre as empresas brasileiras.

A unidade da Frigol em São Félix do Xingu exporta unicamente para Israel. Residem na cidade de São Félix, em função disso, profissionais israelitas quem selecionam e abatem os animais segundo as tradições do povo judeu. O que é uma regra imposta para a exportação para aquele país. E, durante nossa estadia em campo a unidade passava por uma auditoria para que pudesse exportar para a Malásia no Sudeste Asiático. A Frigol não compra todo o gado de São Félix do Xingu. Boa parte do boi gordo é comercializado junto a outros frigoríficos, localizados em Tucumã, Água Azul do Norte, Cumaru e Xinguara. Havendo, contudo, exclusividade na compra do boi gordo de determinada fazenda, como é o caso da maior delas com um único frigorífico, localizado fora das imediações do município de São Félix. Foi informado a esta pesquisa de que muitos dos produtores que vendem bois para os frigoríficos são de outras regiões, possuem propriedade em São Félix, mas não residem no Município.

2.3 De Bang-Bang a Paraíso: Um paralelo entre São Félix do Xingu e Dakota do Sul

Dakota é o idioma falado pelo povo indígena Sioux dos Estados Unidos da América. Vivendo em um vasto território de vegetação campestre, os Sioux possuíam a caça de búfalos como principal prática econômica. Além de usado na alimentação, a pele fornecia matéria-

prima para a confecção de roupas, essencial para suportar tanto o inverno quanto para a construção das casas. Bem fechadas para resistir aos ventos e outras intempéries típicas das Grandes Planícies do norte. Atualmente ocupando quase um terço do estado, as nove reservas indígenas demarcadas se encontram a oeste do rio Missouri. Marcadas pelo relevo de planície, solo semi-árido e vegetação dispersa, dentre elas estão Cheyenne River Reservation, Pine Ridge Reservation, Rosebud Reservation e Standing Rock Reservation.

Mas, assim como São Félix do Xingu, ou, antes disso, o território Tuya, cuja localização é marcada pela transição entre o Planalto Central e a planície da Floresta Equatorial Amazônica, o território Dakota foi sobreposto por novas formas de uso e de apropriação. Embora ali estivesse o numeroso e aguerrido povo Sioux, a descoberta de ouro em *Black Hills*, oeste do rio Missouri, e ao norte do território indígena levou a um afluxo migratório, expandindo a colonização e o interesse do Governo Federal sob as terras ocupadas pelos povos indígenas. *Black Hills* compunha uma antiga área usada para a caça de búfalos pelos Sioux. E, tal como as terras de São Félix do Xingu, na Amazônia Oriental brasileira já havia sido reconhecida como Reserva Gorotire (Decreto nº 51029 de 25/06/1961) a Grande Reserva Sioux também havia sido reconhecida previamente à corrida do ouro.

Referenciado pela divisão entre Leste e Oeste do rio Missouri, o *Tratado de Laramie* assinado em 1868 reconheceu a Grande Reserva Sioux compreendida em toda a metade ocidental da atual Dakota do Sul, *West River*. No entanto, alguns anos depois, com a descoberta do ouro em *Black Hills*, o povo indígena foi pressionado a abrir mão desta porção territorial. Resistentes, terminaram sendo surpreendidos pelo ataque das Forças Armadas, o que culminou no Massacre de *Wounded Knee* em 1890. Roscigno et al. (2015, p. 17) reconhecem o massacre como um dos episódios mais marcantes da história dos Estados Unidos, momento chave na colonização e racialização do país. O massacre representou o vencimento militar definitivo do povo Sioux, marcando a dominação quase total dos povos nativos. Nesse episódio foram mortos 200 indivíduos do povo indígena, principalmente mulheres, crianças e idosos, quem estavam na aldeia no momento do ataque. O massacre representava ainda por parte das forças militares, a legitimação do novo tratado de 1889, que dividiu a *Grande Reserva Sioux*, confinando o povo em cinco reservas menores, metade das terras prometidas pelo *Tratado de Laramie* (ROSIGNO, 2015).

Figura 42 - Enterro de nativos americanos mortos em Wounded Knee, Dakota do Sul, 1891



Fonte: Wikipédia, 2023.

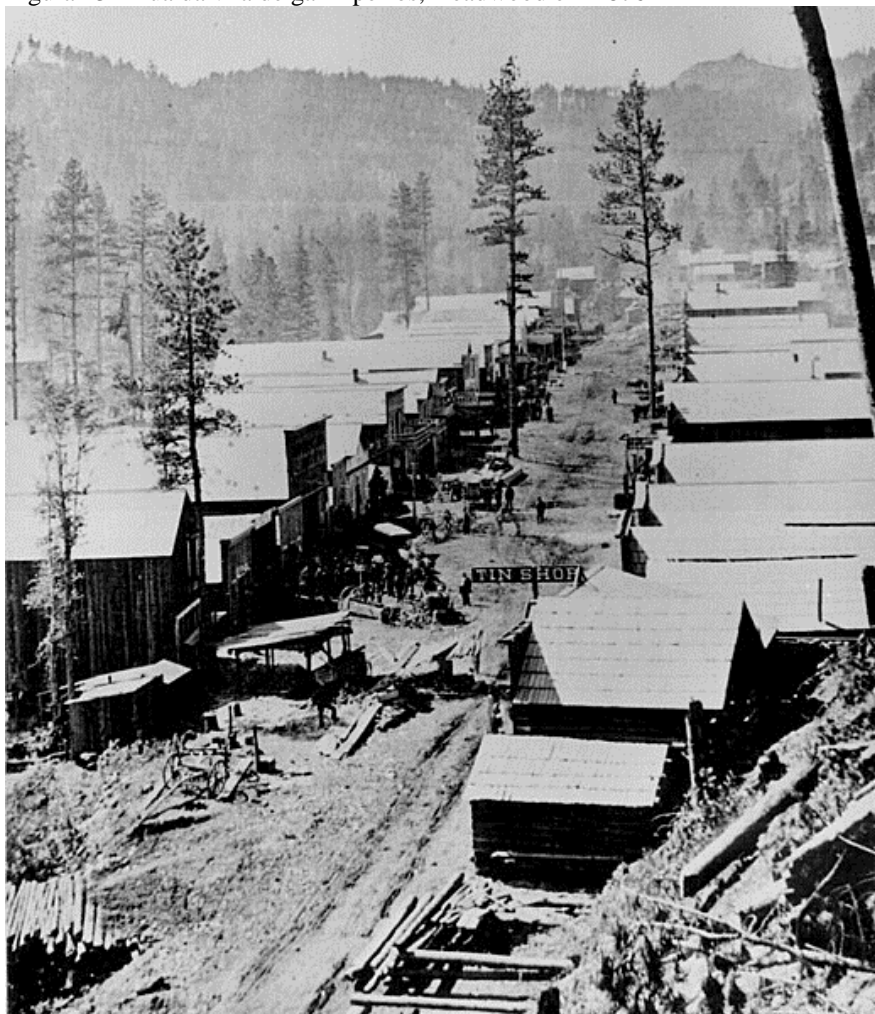
E como passou com os Sioux, o povo Parakanã da Terra Indígena Apyterewa, a leste do rio Xingu, teve seu território reduzido. A proposta original de demarcação da Terra foi definida com o perímetro de 980.000 ha, por questões de conflito com colonos, o Governo retrocedeu e homologou a Terra Indígena com cerca de 200.000 ha a menos, atual 773.470 ha. Se os Sioux de Dakota necessitavam de áreas extensas, isso se devia, entre outras explicações, à economia com base na prática de caça a grandes mamíferos. Em comum com o povo Sioux das Grandes Planícies, o povo Parakanã⁹ possuía uma economia centrada na caça de mamíferos de grande porte, animais só passíveis de sobrevivência em áreas preservadas extensas. Esse deve ser um, entre os aspectos que explicam a necessidade por Grandes Reservas.

Após o massacre e a redução dos territórios indígenas, a corrida do ouro atraiu um afluxo contínuo de garimpeiros e especuladores de terras para o Oeste de Dakota do Sul. No contexto auge da exploração mineral, surgiam núcleos urbanos, atuais cidades localizadas nas

⁹ O povo Parakanã Apyterewa tem como prática principal de apropriação do espaço a caça. O movimento de apropriação sob um sistema circular incluiu áreas extensas conduzindo às áreas *core* da floresta onde poderiam acessar animais de grande porte tal como a anta. A representação da anta ou *tapiira* (no idioma tupi) na cosmologia Parakanã-Apyterewa está bastante relacionada à figura do guerreiro, ou, do homem adulto quem é agente na organização social.

proximidades de Black Hills, como é o caso da mais importante delas, Deadwood¹⁰. Em 1875 com a descoberta do ouro teve início a urbanização daquela que no final do século XIX seria conhecida como um dos lugares mais perigosos dos Estados Unidos pelo uso da violência como lei.

Figura 43 - Rua da vila de garimpeiros, Deadwood em 1876



Fonte: Wikimedia, 2023.

Localizada na região Centro-Norte dos Estados Unidos, Dakota do Sul foi desmembrada de Dakota do Norte ainda no final do século XIX. Sua localização compreende o contexto da expansão para o “Velho Oeste”, metáfora utilizada para universalizar áreas ainda não tomadas pelo Estado e pela economia de mercado. Ocupadas a partir das práticas indígenas, funcionando como refúgios diante da expulsão definitiva das regiões já colonizadas. Inspirou mais tarde os filmes estilo *bang-bang* que retratavam a “conquista do

¹⁰ Em 1875, um garimpeiro encontrou ouro em uma pequena ravina em Black Hills. A ravina estava cheia de árvores mortas. Não demorou muito para a notícia se espalhar, e logo os mineiros encheram as colinas, procurando por "Deadwood Gulch".

Oeste”, ou, a guerra contra os Sioux. Filmes produzidos pela indústria cinematográfica de Hollywood no século XX e exibidos em todo o mundo. Além da ocorrência da exploração mineral em South Dakota, os extensos pastos naturais, tendo sido cercados gradativamente e convertidos em grandes fazendas de gado.

Atualmente South Dakota, dentre os 50 estados norte-americanos está na posição de 17º em área, mas, trata-se da quinta menos populosa. O estado encontra-se na bacia do rio Missouri, onde faz fronteira com outros estados como Dakota do Norte, Minnesota e, Montana, ao noroeste. Atravessado pelo rio Missoure, South Dakota possui uma divisão geográfica entre *East River* e *West River*. O Leste do estado é onde há a maior densidade demográfica, e o Oeste onde se encontram as 09 Reservas do povo Sioux, e *Black Hills*, local sagrado para os Sioux, entre outros povos nativos norte-americanos. E, é também onde foram esculpidos os rostos de quatro presidentes, o chamado Monte Rushmore.

Com uma economia baseada principalmente na agropecuária, o Leste do Estado é voltado para a produção de *comodities* agrícolas, com destaque para o trigo. Enquanto a oeste, onde há mais baixa densidade demográfica, a principal atividade econômica é a pecuária. No leste a produção está concentrada em milho, soja e trigo. Enquanto no oeste: gado de corte. O Oeste de Dakota do Sul que concentra um dos maiores rebanhos dos Estados Unidos, também concentra boa parte das reservas indígenas. Distribuição territorial semelhante a do protagonista: o Município de São Félix do Xingu. A síntese disso pode ser uma dinâmica geoeconômica sem dúvida relacionada com as terras indígenas por via de práticas ilegais.

O historiador South-dakotano, Nathan Sanderson (2011) a partir da biografia de um famoso *cowboy* estadunidense relacionou o desenvolvimento da indústria da pecuária no norte das Grandes Planícies com a Grande Reserva Sioux. Explicou o processo de expansão da fronteira econômica tendo sido iniciado com a exploração mineral e formação de assentamentos urbanos em meados da década de 1870 na direção das *Black Hills*, ao norte do território indígena. No auge da exploração de ouro, relata o autor, milhares de “caçadores de fortunas” teriam migrado para o Território de Dakota, sendo um deles George Edward Lemmon. Trabalhando para *Sheidley Cattle Company*, o *cowboy* teria fundamentado seu posterior sucesso financeiro na essência do que teria sido o enriquecimento daquela companhia, o uso ilegal da Reserva indígena Sioux para a criação de milhares de cabeças de gado (SANDERSON, 2011, p.51). Sanderson apontou com base em tal prerrogativa a razão pela qual, muitos fazendeiros brancos apoiassem o sistema de reservas. O Oeste de Dakota no final do século XIX, após um *boom* da migração ocasionado pela mineração havia posteriormente se tornado um pólo nacional da pecuária. A ascensão social da fronteira aberta

propiciou ao *cowboy* Lemmon o mérito de possuir em 1904 uma extensão de pastos, registrado por Sanderson (2011), como “o maior pasto cercado do mundo”.

Ao longo do século XX a procura pelos pastos de *West River* só aumentou. No entanto no século XX, os pastos cercados haviam sido convertidos em fazendas onde as práticas haviam sido convertidas em legais. Neste novo contexto, os sujeitos da apropriação da terra foram atualizados. Instaladas estavam no Leste e Oeste de Dakota, grandes corporações, para quem a agropecuária não compunha sua principal receita e onde fazendeiros individuais poderiam investir capital progresso.

A vinda das *farm corporations* causou preocupação para aqueles que chegaram antes sobre o futuro da apropriação das terras. Um estudo desenvolvido em 1969 pela Universidade Estadual de South Dakota expressava a inquietação de que essas corporações pudessem destruir fazendas familiares (BERRY, 1969). A pesquisa, a partir da aplicação de questionários revelou que, a maioria das empresas de fora do estado arrendava suas terras para “fazendeiros independentes”.

O estudo realizado por Berry (1969) persegue um questionamento sobre a tributação das fazendas. Em caso de *farm corporations* expressa a indagação sobre se deveriam ser tributadas da mesma maneira que agricultores familiares. Ou seja, diferindo da tributação para agricultores para quem a receita principal é a do trabalho na terra. Uma vez que a legislação estadunidense previa as chamadas *farm losses* (perdas agrícolas), o que, entre outras coisas, concedia uma razoabilidade para a declaração de rendimentos e taxaço da produção agropecuária. Entre as perguntas do questionário aplicado por Berry (1969, p. 10) uma delas se referia ao possível uso das *farm corporations* por “fazendeiros individuais” como abrigo fiscal (*tax shelter*), no entanto, todos negaram.

Também publicado em 1969, pela revista *South Dakota Law Review*, o artigo “Farming as a Tax Shelter” de Thomas B. Allington persegue um questionamento semelhante ao feito por Berry (1969). Porém, Allington, a partir de outra área do conhecimento foi mais incisivo ao estabelecer a relação entre atividades agropecuárias naquele contexto dos Estados Unidos usadas possivelmente como abrigo fiscal. O autor analisa portanto, os métodos contábeis especiais que eram dados aos agricultores sem distinção entre familiares e corporações. Ao analisar as entradas e saídas destes investidores, o autor se questiona se a razoabilidade envolvendo a expectativa de lucro não deveria ser contada ao determinar se o lucro é o verdadeiro motivo da operação (ALLINGTON, 1969). E assim como no artigo apresentado por Berry (1969) o autor contrapõe o argumento usado por alguns “fazendeiros individuais” de que o faziam por hobbie.

Em 1971 foi a vez do jornal *The New York Times*¹¹ expor o tema da relação entre atividades agropecuárias e *tax shelter* (abrigo fiscal). Com o título “*Reagan May Have Found a Tax Shelter in Cattle Breeding Herds*” publicado pelo jornal em junho de 1971, revelando uma investigação financeira envolvendo o governador da Califórnia, Ronald Reagan. O Governador não havia declarado o imposto de renda no ano de 1970. A não declaração estaria relacionada à isenção de imposto, pois Reagan, como “fazendeiro individual”, empregava em gado por via de uma grande corporação financeira. Analisados arquivos sobre proprietários de gado no estado de Montana, vizinho a South Dakota, entre outros estados, segundo o veículo, Reagan havia se juntado a muitas outras pessoas ricas no uso de um “refúgio fiscal” legal, baseado no tratamento preferencial dado pelas leis tributárias às atividades agropecuárias. Os registros mostraram que o governador da Califórnia fazia negócios desde setembro de 1968 com a empresa especializada no manejo de rebanhos de gado para indivíduos. Ao fazer isso, explicou o *The New York Times*, os adeptos da *farm corporation* seriam capazes de reduzir e adiar o imposto de renda pessoal, além de converter renda tributável em ganhos de capital, tributados a uma taxa muito menor.

Ora, semelhanças entre South Dakota e o Município de São Félix do Xingu se evidenciam. Uma das principais cidades do estado, Sioux Falls, no Leste de Dakota do Sul surgiu a partir de 1856 pela especulação de terras. Incitante da urbanização semelhante à de Vila Taboca, por exemplo, localizada na borda da Terra Indígena Apyterewa. A maior “cidade” de São Félix do Xingu, o distrito de Vila Taboca com seus 20 mil habitantes também pode se comparar a Deadwood a Oeste do rio Missoure. Deadwood encontra-se nas proximidades das reservas indígenas Sioux e que, assim como Vila Taboca é interpelada tanto pelo garimpo quanto pela pecuária. Atividades historicamente entrelaçadas com o uso ilegal de determinada reserva indígena.

Sobre o uso de terras indígenas e parques nacionais na Bacia Amazônica por meio de práticas ilícitas, Machado (2011) demonstra como entre os anos 1990 e 2000 a repressão a produção de cocaína nos Andes levou laboratórios a migrarem para a Amazônia colombiana. Explicou a autora, o isolamento geográfico destas áreas e a dificuldade de localização por imagem de satélite constituíam fatores favoráveis à instalação de laboratórios, além de facilitar a integração de novas áreas produtoras (MACHADO, 2011, p. 10).

Atualmente o rebanho bovino de Dakota do Sul totaliza 04 milhões de cabeças de gado, se distribuído pelo número de habitantes, a cifra é de 4,5 animais para cada residente

¹¹Disponível em: <https://www.nytimes.com/1971/06/13/archives/reagan-may-have-found-a-tax-shelter-in-cattle-breeding-herds.html>. Acesso em: janeiro de 2023.

naquele Estado, enquanto que em São Félix são atualmente 38 bois por habitante do município. Ocupando o quinto lugar no país em número de bovinos de corte, o estado é o um dos mais expoentes na indústria da carne nos Estados Unidos. A atualidade de Dakota do Sul apresenta uma característica econômica aparentemente muito distinta daquela de celeiro produtor de *comodities*. O Estado detém uma das maiores concentrações de PIB atribuído ao setor financeiro. Ela abriga 04 das principais corporações desse setor nos Estados Unidos, assim como outros bancos que juntos somam quase uma centena de instituições financeiras.

Aqui vale recorrer novamente a Machado (2011), quando a autora relaciona as práticas ilegais na Amazônia e o mercado financeiro, e para isso, constata que a simbiose entre o legal e o ilegal na economia também se dá no nível internacional. A geógrafa considera a peculiaridade nessa esfera de ação atribuída ao uso de paraísos fiscais e centros financeiros *offshore* não só para “lavar”, ou seja, legalizar os lucros obtidos com atividades ilegais (entre elas o tráfico de drogas), mas também para promover a evasão fiscal (MACHADO, 2011).

Em apenas uma das avenidas da cidade de Sioux-Falls no Leste *south dakotano*, um conjunto de instituições financeiras concentram boa parte da riqueza do mundo. A séria *Pandora Papers*, maior investigação da história do ICIJ (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, traduzido da sigla em inglês), a partir de dados acessados pelo consórcio, revelou que o Estado de Dakota do Sul, nos Estados Unidos, tornou-se um dos paraísos fiscais com maior grau de permissividade. Segundo a investigação, no Estado não há a cobrança de imposto de renda, nem imposto sob herança ou sobre ganhos de capital. No entanto, seu principal trunfo que o torna procurado e o que a classifica como “paraíso fiscal”, explica a investigação do ICIJ, é o fato de permitir sigilo quanto ao dinheiro ali aplicado, além de proteger os ativos de serem reclamados por credores ou por qualquer outra pessoa.

No caso de South Dakota, primeiro houve o rendimento da terra por meio do uso ilegal de pastos nas terras indígenas, garantindo, portanto, tanto a lucratividade quanto a integração de novas áreas de pastagens ao mercado de terras. No segundo momento, a apropriação das terras de Dakota do Sul estava a cargo de grandes empresas. Agora não de forma ilegal, pois as terras haviam sido apropriadas pelo mercado, mas para outros fins, com o de possível evasão fiscal.

Mas, ademais disso, nota-se um traço importante no ineditismo econômico da fronteira de Dakota do Sul. A tradição envolvendo as práticas com base na interseção legal e ilegal se articula ao ponto de se de um lado do rio Missoure, a simbiose tenha ocorrido de maneira localizada, por meio de pastagens, bois e, reservas indígenas. Do outro, a leste do rio

Missoure, dinheiro originado de distintas partes do mundo circula por agências bancárias com total sigilo e isenção de impostos.

2.3.1 Paraísos fiscais e operações agropecuárias nos Estados Unidos nos anos 1960 e a expansão para a Amazônia Oriental até o atual São Félix

*I'm a rich cowhand, of the Wall Street brand
and I save on tax "to beat the band"
Oh I take big deductions the law allows
and I never even have to see my cows
Yippie-io-ki-ay*

(*Wall Street Journal*, March 19, 1969¹²).

No decorrer dos anos 1960 como se pode perceber, o debate sobre a condição fiscal das atividades agrícolas estava pela ordem do dia nos Estados Unidos. O termo *tax loss* em tradução livre: “perdas agrícolas” se tornou objeto de debate público ao mesmo tempo em que objeto de pesquisas científicas e por fim, de discussão no Congresso e no Senado. A discussão relacionada à evasão fiscal e atividades agropecuárias foi levada às altas instâncias de Governo culminando com a Reforma Tributária de 1969. *Tax loss* havia se tornado sinônimo de “paraíso fiscal” e como deverá ser visto adiante, em verdade, tratou-se de um problema, evidenciado, mas, não propriamente solucionado.

Segundo Greenberg (1969) a problemática se resumia uma vez que um número crescente de contribuintes de mais alta renda, cuja atividade econômica principal não a agropecuária, utilizava de regras especiais de contabilidade agrícola que permitiam deduções para despesas agrícolas no ano incorrido. O que naquele momento sustentou o debate público nos Estados Unidos, exatamente, eram como essas condições especiais dadas a agricultores e pecuaristas cujas propriedades de caráter familiar estavam sendo usadas por indivíduos de grande renda.

Levada a discussão ao Congresso, foi feita uma revisão da lei sobre “perdas agrícolas”. Resultando, desta forma, na promulgação da seção 1251 do *Internal Revenue Code*, a seção mais importante da Lei de Reforma Tributária de 1969, no entanto, reitera o

¹² “Eu sou um pecuarista rico, da marca Wall Street e economizo em impostos para ‘vencer a banda’. Oh, eu faço grandes deduções permitidas por lei e eu nem preciso ver minhas vacas”. Paródia publicada no *The New York Times* (1969, tradução nossa).

autor, ainda assim continuou a oferecer vantagens significativas aos contribuintes de mais alta renda¹³ (GREENBERG, 1969).

Diante disso, se perguntava Davenport (1970, p.320): essas operações, como aquelas envolvendo criação e venda de gado de corte, tornariam atividades economicamente insustentáveis em atividades rentáveis? Refletindo sobre o problema das deduções agrícolas anos depois, a partir da reação do mercado a uma segunda Reforma Tributária, de 1986, Mills e outros (1994) afirmavam que:

Críticos do uso de operações agrícolas como *tax shelter* (como paraísos fiscais) têm sustentado que os investidores externos têm sido um fator importante na crise agrícola americana que começou a fazer manchetes no início dos anos 1970 (MILLS, et al, 1994, p. 223, tradução nossa).

A crise agrícola americana a que faz referência os autores perpassava tanto pela política agrária, ou seja, da forma de apropriação da terra, quanto da política de crédito e fiscal para a produção e operações agropecuárias. À medida que a política fiscal especialmente desta instância da economia pudesse ser usada como, utilizando as palavras dos autores, “paraíso fiscal”, levava-se a uma competição injusta com agricultores e pecuaristas para quem o interesse da lucratividade era na atividade em si. Outro agravante seria então a procura de empresas multinacionais por investimento em fazendas nos Estados Unidos para uso como abrigo fiscal. Uma vez que a legislação através das deduções de custos concedia a oportunidade de operações de capital, havendo a valorização tanto na produção em si quanto no desvio do que seria lucro tributável.

Em 1972, uma publicidade do Governo Federal do Brasil anunciava a seguinte manchete: “Toque sua boiada para o maior pasto do mundo”. Garantindo financiamento do Banco da Amazônia, prospectava o comunicado, a venda para o mercado da região Nordeste do país, além de exportação para a Europa e Estados Unidos. Com tantas vantagens o texto publicitário concluía: “É por isso tudo que mais de 250 empresas agropecuárias já estão se instalando na Amazônia. Essa gente foi lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial” (no cartaz consta: Ministério do Interior, SUDAM e BASA, 1972).

Mas, antes, em 1971, outro anúncio do Governo estampado na página de uma revista de circulação nacional trazia a instalação de uma multinacional do ramo automobilístico na Amazônia Oriental e de seu prodigioso investimento na agropecuária brasileira. O boi tipo Volkswagen® convidava grandes companhias a se apropriarem de fazendas de pecuária na

¹³ Entre as principais mudanças ocorridas estava aquela que diferenciava agricultores familiares de grandes empresas.

Amazônia. Garantindo benefícios fiscais e de crédito, o Governo anunciava a possibilidade inclusive, de que não se pagasse pela terra:

[...] O Governo Federal promete não cobrar Imposto de Renda por 10 anos. E, dependendo da região que você escolher, os governos estaduais e municipais dão até a terra de graça. Se for preciso importar equipamento, você não paga taxas, nem impostos de importação. Procure logo a Sudam ou o Banco da Amazônia e vá para lá enquanto você pode ser um dos primeiros. Os primeiros serão os maiores (VEJA, 1971, anúncio Governo Federal: Volkswagen produzido na Amazônia, grifo nosso).

Havia, portanto, um redirecionamento da economia agropecuária brasileira, principalmente a partir de 1970, na Amazônia. Por meio de grandes empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Governo oferecia créditos milionários através da SUDAM, o que em 1973 fez com que o Brasil já alcançasse o terceiro lugar com o maior rebanho bovino do mundo, atrás dos Estados Unidos e da antiga União Soviética (DAVIS, 1978, p. 162).

O antropólogo estadunidense Shelton Davis, em sua obra “Vítimas do milagre: o Desenvolvimento e os índios do Brasil” (1978) examinou distintos documentos da época, de empréstimos do Banco Mundial a relatórios de governos e instituições internacionais. Sobre o *boom* pecuário na Bacia Amazônica, Davis advertiu que até então pouquíssimos observadores haviam analisado o problema pelo âmbito da política agrária. O autor levantou, desta forma, a necessária observação da política agrária em curso naquele momento na Amazônia brasileira decidida pela participação das instituições internacionais de empréstimos e por vantagens dadas às empresas agroindustriais multinacionais¹⁴ (DAVIS, 1978, p. 163).

O modelo agrícola em curso nos Estados Unidos estava sendo replicado, com vantagens ainda maiores na Amazônia. Com isenção fiscal, usufruindo de flexibilidade para a declaração de custos, como a importação de maquinário, construção de estruturas etc., nenhum ou, baixo investimento na terra, e mão-de-obra disponível e barata. Uma vez que o Governo Civil Militar já havia atraído uma leva de migrantes, principalmente da região Nordeste, quem perante a política agrária, não tendo acesso a terra, estaria desimpedida para o trabalho nas grandes fazendas financiadas pelo capital oferecido pela SUDAM. A rentabilidade para as grandes corporações, assim como ocorreu nos Estados Unidos, deveria estar garantida na atividade em si, combinada às operações de capital.

Chamada de crise agrícola americana, objeto das manchetes nos Estados Unidos na década de 1970, no mesmo período no Brasil, não foi aqui chamada de “crise” e sim de

¹⁴ Os objetivos da política agrária nacional na Amazônia têm sido duplos: 1) lançar bases para a expansão das grandes corporações agroindustriais domésticas e multinacionais na Bacia Amazônica; e (2) aumentar a capacidade de exportação agropecuária da economia nacional brasileira (DAVIS, 1978, p.163).

“milagre”. A política que causou crise na produção agrícola nos Estados Unidos, perpassada pela política agrária e da política de crédito e fiscal foi replicada na Amazônia, a nova fronteira. A Amazônia, sobretudo, na parte Oriental, se tornou o novo lugar geopolítico do maior pasto do mundo. E, como dito acima, no Brasil os empréstimos internacionais moldaram tal política.

A pecuária no Brasil tem sido desde os anos 1960 um ponto focal tanto de investimento estrangeiro quanto de política de apropriação e uso do espaço geográfico subsidiada por uma política fiscal e de créditos que dá a terra como monopólio aos grandes grupos. O que demonstra ainda que a pecuária, neste viés pode ser uma atividade massivamente secundária de investimentos. Ou seja, os maiores produtores na atualidade não são apenas pecuaristas, mas indivíduos e grupos financeiros que têm como renda anterior, outras atividades econômicas.

Essa reconfiguração da agropecuária e mais especificamente da pecuária, ela está imbricada ao padrão de ocupação da terra. À medida que o padrão do desmatamento, por exemplo, muda, isso condiz com a mudança nas relações de produção. Ao passo que na atualidade do Município, o arrendamento de terras, ou os pastos para aluguel se inserem em uma cadeia rotativa de produção, isso quer dizer que a lucratividade foi alterada. Se antes um mesmo produtor, com o monopólio de grandes áreas, produzia uma quantidade de cabeças de boi e alcançava ali um determinado lucro, na sua forma descentralizada de produção, investidores externos ao Município se inserem de maneira descentralizada tanto na cadeia da produção quanto da escala territorial.

E neste sistema rotativo entram as áreas invadidas de terras indígenas, o que deve tornar esse modo descentralizado de produção ainda mais lucrativo e respaldado diante do hiato fundiário e por isso mesmo, da dificuldade da penalização pela coibição dos órgãos ambientais. Uma vez que, à lucratividade para investidores externos é acrescida do sigilo garantido, nas primeiras fases de produção ao investidor. Por outro lado, a tendência é de contínuo avanço sob as terras indígenas o que garante a entrada de novas áreas de pasto no sistema rotativo de produção. Mantendo a crescente lucratividade o que atrai tanto mais investidores externos como também é capaz de adensar cada vez mais os núcleos urbanos. A vila no interior da Apyterewa: vila Renascer deve ser o espelhamento da fronteira econômica e da sua dialética com a frente demográfica, ou da massa de trabalhadores despossuídos. O seu rápido crescimento e adensamento representam o contínuo avanço das áreas de pastagens na Terra Indígena, à medida que ali é também gerado um novo nicho de mercado. São,

portanto, tendências econômicas que se repetem, tanto em Dakota do Sul quanto na atualidade de São Félix do Xingu.

Como visto, há uma articulação em rede entre um sistema estruturalmente monopolista de uso e apropriação da terra, associado a um sistema descentralizado, para o qual as práticas ilegais devem funcionar como catalisadoras do processo de acumulação de riqueza.

São Félix do Xingu na atualidade, com 50% da extensão total formado por terras indígenas, reproduz a singularidade da fronteira tal como ocorreu em Dakota do Sul desde o século XIX. Seria então, na atualidade, o Município de São Félix do Xingu o novo lugar geopolítico do “maior pasto do mundo”, agora assim como na Dakota dos anos 1960, organizada também pelo capital financeiro sob um sistema aberto e em rede de produção?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MUNICÍPIO OU, O PAÍS?

O problema da terra I: o imbróglio fundiário em um grande Município

Tendo operado em duas vias, primeiro pela viagem de ida, do abstrato ao concreto, e pela viagem de volta do concreto ao abstrato, aqui retomamos a articulação entre as categorias pelo nosso sistema lógico, agora, atingindo a síntese, na busca da figuração original do Município. O rio, a rede de comunicação entre os territórios. A região, a forma geográfica instituída pela rede de comunicação da rodagem. O rio está associado aos territórios e usos dos povos originários. O Médio curso do rio Xingu atualmente é co-formado pelas Terras Indígenas homologadas, e também por territórios de uso e resguardo indígena, todavia não-reconhecidos.

O Município de São Félix do Xingu nasceu sobreposto a uma Terra Indígena. Reconhecida a Reserva Gorotire em 1961, alguns meses depois uma lei estadual criou o Município. Desde então não foi possível a regularização fundiária na área de sobreposição, o que explica a causa de que na cidade de São Félix são poucos os títulos legítimos de propriedade.

A existência das chamadas “terras soltas” (terras devolutas), frente à ausência do Estado na regulamentação foi objeto de uma ocupação que pelo “dinheiro” e, pela violência, garantiu a apropriação de imensas áreas. Portanto, o hiato fundiário desaguou no aumento de conflitos agrários. Pois, se de um lado surgiu o monopólio, do outro surgia uma legião de despossuídos. Presente como o ato fundador, o imbróglio fundiário, sem dúvida, é estruturante na elevação de uma identidade política e econômica de São Félix do Xingu.

A partir de 2005 com a criação de Unidades de Conservação além de homologação de Terras Indígenas houve no Município um novo ordenamento por meio de políticas de Estado agora voltadas para políticas de conservação da natureza. No entanto, nota-se que essas novas políticas foram aplicadas sem que o problema fundiário, como a sobreposição com a Reserva Gorotire, a invasão da TI Apyterewa, e a abertura da estrada Trans-Iriri fossem resolvidos.

Levantado por Davis (1978), citado anteriormente, a Amazônia naquele momento era pouco vista desde o âmbito da política agrária em curso¹⁵. O mesmo deve ser válido para a

¹⁵ O relatório produzido pelo Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Norte do Mato Grosso, D. Pedro Casaldáliga divulgado em 1971 “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e **Marginalização**

problemática atual. A dualidade atomizada posta entre a conservação da natureza de um lado e do outro e a exploração econômica, novamente, anuvia a problemática agrária e, fundiária.

O pistoleiro e o Cowboy de Wall Street?

Uma cidade sem lei, onde homens andam armados na rua sem ser incomodados pela polícia e a maioria das pessoas vive assombrada pelo medo. Assim é São Félix do Xingu [...].
(FOLHA, 2003)

A reportagem do jornal Folha de São Paulo de 2003 com o título: “Matadores espalham medo em terra sem lei” na coluna chamada de “Brasil profundo” trazia a notícia do massacre de sete trabalhadores rurais, mortos quando desmatavam uma fazenda no preparo para o plantio de capim. Além dos sete trabalhadores, o fazendeiro, quem os havia contratado também foi assassinado. O massacre ocorreu em uma fazenda próxima ao distrito de Vila Taboca e, portanto, próxima à Terra Indígena Apyterewa. Os corpos dos trabalhadores ficaram por quase três dias expostos em caixões no cemitério aguardando por perícia.

Naquele ano de 2003, relata a reportagem, a viagem, pela PA-279 desde Marabá, levou 24 horas até a cidade de São Félix. Com quase o tamanho de Portugal, SFX contava somente com 27 policiais militares, sendo que na Vila Taboca, local onde ocorreu a chacina havia 04 policiais. Notícias como esta sobre São Félix do Xingu têm tomado as manchetes da mídia nacional e internacional desde a primeira década dos 2000. A “terra sem lei” despertava a curiosidade de leitores, sobretudo dos grandes centros urbanos sobre um Brasil profundo, que parecia viver em um tempo pregresso, de violência e de atraso.

No entanto, o ponto de vista, desde então, pareceu mais interessado nos números do desmatamento, por vezes episódios de massacres, ou do uso da “terra sem lei” como base logística do narcotráfico¹⁶. Mas, não foi presente na abordagem midiática operações de compra e concentração de terras, o que pode ter sido aquilo que mais agravou o conflito agrário.

O ano de 2003 é marcado pela chegada de um Banco nacional, companhia especializada em gestão de recursos. Instalada por intermédio de terras vendidas por fazendeiros locais, anexando outras, segundo informações, por meio da grilagem e expulsão

Social” foi uma das mais importantes denúncias sobre as conseqüências da apropriação monopolista da terra na Amazônia naquele momento.

¹⁶ Notícia no Jornal o Estado de São Paulo, 2005.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/312809/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>

de posseiros. O Banco tornou-se dono de um complexo de fazendas de cerca de 500 mil ha na porção centro-oeste do Município. Esse verdadeiro território apropriado pelo capital financeiro deve ter implicado uma re-estruturação da ocupação e do uso da terra de modo geral.

Em consequência da formação do território da pecuária apropriado pelo grupo, a expulsão de posseiros e de populações extrativistas quem antes residia na APA Triunfo do Xingu, houve o afluxo na direção do Xingu e Iriri, adensando núcleos urbanos e formando novos. São Félix do Xingu, desde o início dos anos 2000 se tornou assim palco da instalação de territórios, tal como reconheceu Luxemburgo (1985, p. 277) do capital, ao mesmo tempo em que um Município aonde a rede urbana é conectada por mais de 10 mil quilômetros de estradas. Cada nódulo desses deve funcionar como apoio à realização da acumulação na fronteira, para a qual a sua continuidade requer o crescente monopólio da terra. Enquanto que a urbanização ao aglutinar uma massa de despossuídos, inserindo-a ao mercado de trabalho local, instável e precário, equilibra, na aparência, a não distribuição da terra.

A partir do estudo empírico de Dakota do Sul, e com o olhar para o Município da Amazônia Oriental aqui sob análise, pode-se supor a relação entre uso da terra pela pecuária e o capital financeiro discernido pelas seguintes práticas e lucros. Um primeiro territorial, pelo uso e rendimento do solo finalizado pela venda do boi, a mercadoria. E a segunda, como parte de uma rede de negócios em que a pecuária deve ser utilizada para o desvio de obrigações fiscais, tornando a evasão a partir das operações agropecuárias, uma atividade e uma lucratividade sobreposta à primeira.

O problema da terra II: o imbróglgio como permanência

Ao se observar a totalidade textual é possível perceber a contemporaneidade dos eventos. Naquela mesma região, Sudeste Paraense, houve entre 1967 e 1974 a chamada Guerrilha do Araguaia. Inspirados em revoluções socialistas como da União Soviética, ou, aquela ocorrida nos anos 1950 na América Central, em Cuba.

A Guerrilha do Araguaia foi ao final duramente combatida. Embora tenha havido a princípio, vitória por parte dos guerrilheiros sob o exército, o que fez com que no ano de 1973 os militares adotassem uma nova estratégia, agora com uso de inteligência antecedendo o combate. Neste momento, chegou ao Sudeste Paraense o Major Sebastião Rodrigues de Moura, ali conhecido como Sebastião Curió. A guerra contra os revolucionários no Baixo Araguaia havia sido levada à clandestinidade, e as práticas e estratégias assumidas pelo

Centro de Informações do Exército. Formado em jornalismo, o major Curió se disfarçou de agrônomo do INCRA conhecendo a região, à medida que conseguiu liquidar a guerrilha. Com o fim da guerrilha e o encobrimento pelos militares, Curió permaneceu no Sudeste Paraense assumindo em 1980 o comando do garimpo de Serra Pelada. Homem de confiança do Presidente foi o responsável por “organizar” o maior garimpo de ouro a céu aberto do mundo. O que em 1981 lhe rendeu a homenagem tendo seu nome dado à vila de Serra Pelada, emancipada em 1988, atual cidade de Curionópolis.

Prevalecidas a partir de práticas camponesas de organização para a tomada da posse da terra no quadro desigual de apropriação, a Guerrilha deve ter sido antes de qualquer coisa uma “ideia” disseminada nos Vales do Araguaia e do Xingu. Nos assentamentos de reforma agrária conquistados pela luta social em São Félix do Xingu, táticas de guerrilha foram ali reproduzidas nos anos 1980 no combate a grupos de pistoleiros. Assim como, remanescentes da guerrilha, sobreviventes, simpatizantes com as propostas dos revolucionários, pessoas por eles alfabetizadas se espalharam nos bolsões de despossuídos, ora nos garimpos, ora nas vilas, ora nos acampamentos de reivindicação de distribuição da terra.

O Garimpo de Serra Pelada para o qual o monopólio da compra do ouro cabia ao Estado através da Caixa Econômica Federal aparelhou uma multidão de despossuídos da terra. Ele, ao mesmo tempo em que foi forjado por via da insurgência popular, também deve ter funcionado como ferramenta de controle social. O *boom* de exploração de Serra Pelada (nos anos 1980) ocorreu paralelo à apropriação monopolista da terra por grandes companhias, e da urbanização, representadas pelo nascimento de vilas e depois, de municípios. Com o arrefecimento do garimpo de Serra Pelada houve o direcionamento desse contingente de garimpeiros para novas áreas, caso dos garimpos de ouro no interior do território indígena Kaiapó. O surgimento da vila da “Gurita” mais tarde Ourilândia do Norte, confirma a urbanização associada ao garimpo.

E, com base na dimensão histórica, caminhando para a atualidade, ao se observar a urbanização no interior da TI Apyterewa, as práticas se repetem. O garimpo no distrito de Vila Taboca aquece os comércios urbanos, assim como a especulação imobiliária, reformulando de modo permanente apropriação e valor do solo urbano. Por isso, há um constante aquecimento da economia o que acaba por atrair continuamente novos migrantes. O garimpo seja da terra ou de minerais, manejados por via de um sistema que embora ilegal, ocorre com a conivência legal. Ora, a vila que cresce sem precedentes no interior da terra indígena está a poucos metros de uma base de vigilância da FUNAI. A primeira invasão por posseiros da TI Apyterewa ocorreu por mediação do INCRA. Levando a deduzir que dentre as

ações estratégicas em contrapartida a não aplicação de políticas de reforma agrária deve estar, ademais das anteriores, a conivência estrutural do Estado com o garimpo ilegal e a invasão das Terras Indígenas, práticas vistas durante os anos de Governo Militar e reforçadas nos últimos anos.

Comparado às ocupações de terras organizadas por movimentos sociais e sindicais, no caso das invasões das terras indígenas, as massas, aqueles que invadem para morar na terra geralmente chegam até lá pela influência de algum agente com um poder econômico superior. Exemplo disso são as “doações” de lotes por fazendeiros. Em verdade trata-se de uma permissão daquele que possui um maior poder pelo uso da violência, e quem também costuma ser aquele sujeito com maior poder econômico.

Diferente das ocupações de terras lideradas pelos movimentos sociais que procuram por aquelas classificadas como propriedades improdutivas, uma vez que o fazem balizados por leis. No caso de invasão das terras indígenas não há brecha legal que possa regulamentar a prática. Um dos entrevistados ao observar a participação de políticos no apoio aos invasores da TI Apyterewa ressaltou a não resolução do problema, ou seja, o que observa o morador local é o de que o interesse dos políticos envolvidos não é propriamente na resolução do imbróglio, mas na permanência do imbróglio. A invasão da Apyterewa, além de um processo lucrativo, deve ter também o seu ganho político, pois possibilita a criação de novos nichos eleitorais.

Tudo isso, leva a inferir, a conivência e a participação do Estado tanto no garimpo ilegal e de seu ordenamento, quanto com a invasão das terras indígenas na presente área da pesquisa. Denotando não uma omissão, mas uma ação de Estado e que perante esta análise, tendo em vista a contemporaneidade entre os eventos, deve indicar assim como a urbanização, uma “compensação” estrutural da não reforma agrária e da regularização fundiária na Amazônia. O garimpo assim como, e ao lado da urbanização, devem absorver a população expulsa da terra.

Município: Coronelismo, Enxada, Voto e Bíblia

Na obra “Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil” publicado pela primeira vez em 1949, o autor relaciona o coronelismo, prática de poder dos donos de terra no país, até a sua institucionalização através do Município. Reconhecia Nunes Leal que a medida “da fragmentação e diluição da influência 'natural' dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma

corrente política local" (LEAL, 2012, p. 255, grifo do autor). Em outra passagem, o autor chama atenção para a lateralidade entre a falta de autonomia legal do Município, sempre compensada com uma ampla autonomia extralegal, doada pelos governos estaduais aos partidos locais de sua preferência (LEAL, 2012, p. 255).

Observa-se, na atualidade de São Félix do Xingu, a semelhança de partidos entre o governo estadual e municipal. Sobre os processos de conversão do uso e da posse da terra na fronteira, Oliveira (2021, p. 18) realça que ela não pode existir sem uma forma manifesta ou velada de execução da violência e, no limite, da guerra, uma vez que implicando a negação de direitos precedentes, os espaços assim definidos não poderiam passar ao controle de novos donos.

Acrescido à consideração dos autores acima citados, no caso analisado pode se mencionar, o papel atribuído às igrejas pentecostais e neopentecostais na fronteira atual. Machado (1994) comparando com a expansão das igrejas católicas observou a descentralização e flexibilidade na forma, aparentemente, "espontânea" de expansão das Igrejas Pentecostais. À medida que concluiu que naquele plano empírico analisado a expansão de igrejas pentecostais desempenhou um importante papel na conquista de novos territórios (MACHADO, 1994, p. 141).

A mais tradicional delas, fundada em Belém no ano de 1911, presente na atualidade no Paredão, a Assembléia de Deus, possui um importante papel como meio de articulação política. Pois ela é composta de um corpo de membros com cargos desde vereadores ao Congresso e Senado.

Em vista dos números de desmatamento e invasão de terras indígenas, Oliveira (2021) reconheceu na atualidade um momento de reabertura da fronteira. À medida que o autor identifica que há para isso uma rede política programada pela articulação que vai de prefeitos e governadores da região amazônica até o presidente e seus ministros, expressando-se fortemente no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2021, p.23).

À atualidade da fronteira aqui analisada, deve ser acrescentado o papel das igrejas. Assim como na periferia das metrópoles urbanas brasileiras, as igrejas pentecostais e neopentecostais, presentes nas vilas e distritos, devem atuar confirmando a conquista de novos territórios, uma vez que ela atrai e congrega a população, estruturando também laços comunitários e de apoio político. Esse padrão pode ser lido pela repetição tanto no Paredão quanto na Vila Renascer, no interior da Apyterewa. Perante seu caráter descentralizado, essas igrejas para além do exercício da religiosidade, tornam-se, portanto, tal como percebido por Machado (1994) instrumentos de controle social, uma vez que configuram redes de

convencimento e de articulação política, ainda que coadunadas com práticas ilegais, como é o caso da invasão da terra indígena.

O Município, o País, o Paraíso

O País

Em 2015 o país atingiu o recorde com maior rebanho bovino do mundo, o segundo maior consumidor e o segundo maior exportador de carne bovina. Naquele ano foram abatidas mais de 39 milhões de cabeças. Entre 2016 a 2018, segundo dados do Banco Central, a pecuária foi dentre as atividades econômicas a que recebeu mais créditos, seguida pela soja (MITIDIERO JUNIOR & GOLDFARB, 2021, p.16). O BNDES apresentou desde 2018, uma mudança importante no seu perfil de investimento, tendo desde então financiando mais o agronegócio do que o setor industrial. Segundo o jornal Valor econômico, o Brasil responderá por 25% das exportações globais de carne bovina em 2023. O aumento das exportações, explicou a reportagem, se deveu a reabertura da economia chinesa.

O Município

Na virada de 2018 para 2019, confirmando a “reabertura da fronteira” na região da Amazônia Legal, o desmatamento na Terra Indígena Apyterewa voltou ao padrão de grandes áreas. Se comparado ao ano de 2012 o desmatamento na TI Apyterewa aumentou 80 vezes em 2019.

Observa-se a inserção da TI Apyterewa na atividade da pecuária no município exercendo um papel descentralizado na cadeia da produção, em que a relação entre a lucratividade e a invasão da Terra Indígena pode ser explicada pelo: a) baixo custo de investimento na primeira mercadoria, a terra, isso porque nesta condição não há compra, ou mesmo, investimento em manejo racional dos solos, basta que a invasão avance; b) trata-se de territórios geograficamente isoladas, inclusive e principalmente, da presença do Estado; c) no uso da terra indígena está a realização concreta do lucro à medida que ele pode ser então maximizado por práticas de crime financeiro e fiscal.

A produção da pecuária no Município é evidenciada pela invasão do território indígena, à medida que descentralizada ela também é ausente de identidade e responsabilidade jurídica. O que de todo modo, não deve fugir da atualidade da produção em outros ramos seja

industrial ou dos serviços. Em outras palavras, parece se tratar de uma *plataformização* da pecuária, ou ainda, utilizando o termo em moda, tradutor do primeiro, de uma *uberização* da pecuária. Neste caso, o processo de flexibilização da produção funciona de maneira a encobrir as práticas ilegais, como a invasão e uso de uma Terra Indígena, à medida em que, ao final da cadeia, quando o boi é comercializado por fazenda certificada, ela atinge um caráter legal.

O Paraíso

No artigo intitulado “*Tax havens and global environmental degradation*” (GALAZ et al, 2018) analisam a partir de dados oficiais do Banco Central do Brasil, fluxos de capital estrangeiro para empresas relacionadas ao desmatamento na Amazônia entre os anos 2000 e 2011. Elegeram para isso as 09 maiores empresas do ramo de soja e carne com atuação na região. Do total de Investimento Estrangeiro Direto – IED para as 09 empresas focais, 68% dele foi transferido através de um ou vários paraísos fiscais conhecidos. Há o caso citado pelos autores de uma das companhias, liderança no ramo da soja no Brasil, que recebeu praticamente 100% de seus empréstimos externos de suas próprias subsidiárias nas Ilhas Cayman.

Entre os dados analisados pelos autores, as Ilhas Cayman, território britânico ultramarino foi identificado como a maior jurisdição de transferência de capital estrangeiro para empresas que operam na Amazônia durante o período investigado.

Um site especializado em jornalismo ambiental divulgou em 2021, investigação da relação entre os três maiores frigoríficos do país e que atuam na Amazônia com operações financeiras em paraísos fiscais. Em um levantamento feito pelo site com base em declarações das empresas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), revelou que juntas, as três maiores da indústria da carne no Brasil controlam direta, ou indiretamente pelo menos 14 empresas sediadas em países com regimes tributários brandos¹⁷. A “geografia da governança das corporações” assim nomeada por Galaz et al. (2018) tem sido usada para diminuir a transparência por meio da filiação às múltiplas jurisdições. Os autores explicam que a canalização de capital por meio das Ilhas Cayman oferece três benefícios aos investidores: eficiência, minimização de impostos e sigilo financeiro

O conceito de paraíso fiscal, refúgio fiscal ou uma jurisdição de sigilo tem como base o entendimento de uma jurisdição que permita que pessoas ou entidades minimizem seus

¹⁷Diponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/operacoes-em-paraissos-fiscais-engordam-cofre-de-frigorificos-em-r-49-bilhoes/>

pagamentos de impostos, evitem regulações financeiras, evitem leis criminais específicas de outras jurisdições, escapem de leis como as referentes à transmissão de herança, litígio ou regras de governança corporativa vigentes em outras jurisdições (FSI, 2022). Hampton & Christensen (2003) citado por Fernandes (2019, p. 29) complementam o conceito de paraíso fiscal definido por uma jurisdição que oferece estabilidade política em suas relações; além do que, apontam os autores, as atividades financeiras se complementam em nível regional-global fazendo com que esses paraísos fiscais operem em rede.

As operações que ocorrem por meio de empresas filiais sediadas em países, aonde a legislação menos rigorosa concede flexibilidade ao sistema bancário, são chamadas de “operações de papel”. Através delas, por exemplo, um grande frigorífico brasileiro pode exportar para um país X a carne do boi produzida no Município de São Félix do Xingu, em que a troca financeira ao final da cadeia, poderá acontecer através de uma operação no país Y, num território colonial britânico no Caribe, por exemplo.

As operações ocorrem confirmando a característica citada acima, por meio de um sistema em rede no qual cada território deve executar um papel específico tendo em vista suas condições físico-jurídicas.

O Paraíso do Gado

Pesquisas publicadas na segunda década dos anos 2000 abordando os modelos do uso da terra na Amazônia observaram a mudança registrada no padrão do desmatamento naqueles anos. Macedo (2011, p. 307) ao observar o predomínio de aberturas em média de 20 hectares, ao invés de grandes áreas, ressalta que elas nada tinham que ver com a pequena produção ou pequenos produtores. Também Dalla-Nora et al. (2019, p.410) reconheceram na atualidade novos padrões de uso da terra na Amazônia. Chamado de sistemas abertos pelas autoras, o novo padrão de desmatamento estaria assim fortemente ligado a uma atuação complexa operada através de uma extensa rede de fluxos comerciais, de informações e de capital.

No caso do Município aqui analisado não se trata, nesse novo padrão, da posse definitiva de uma dada área, ou de uma fazenda. Esta intenção se materializou principalmente por meio das grandes aberturas no início dos 2000. A diminuição do tamanho das áreas e o aumento do número de aberturas coincidem com um sistema aberto de operação em que a finalidade é principalmente o uso da terra. Embora a terra em si continue a ser parte do fluxo de capital será o seu uso, e o movimento do uso, através da pecuária, o que confere a rentabilidade na fronteira.

O padrão atual de desmatamento em São Félix do Xingu ao se tornar descentralizado, revela que essa apropriação permitiu a articulação entre áreas não regularizadas com as áreas regularizadas. Além de que a invasão de terras indígenas para o uso como pastos arrendados tende a aumentar porque reflete um barateamento em toda a produção pecuária devendo torná-la mais lucrativa. Ou ainda, permite a articulação entre áreas na fronteira aberta com as áreas na fronteira consolidada. Na atualidade, o sistema de produção, ao contrário de apenas “segurar” a terra, se organiza voltado para a manutenção do “giro” (do uso), e por consequência, do avanço do uso.

O Município ou o País?

Retomando ao ponto de partida desta pesquisa, da “imagem instantânea” de um recorte da realidade global, ao reunir os dados do desmatamento em São Félix do Xingu foi possível a organização em padrões temporalmente distribuídos. Aquele do início do milênio, entre 2001 – 2008 que correspondeu à abertura das fazendas. Trata de um padrão de desmatamento de áreas grandes e muito grandes, superior a 500 ha. O segundo padrão ocorreu entre 2010 e 2015, quando baixas taxas de desmatamento repercutiram a abertura de pequenas áreas. Enquanto que entre 2018 até os dias atuais houve a retomada de um padrão de grandes aberturas, avançando no interior da Terra Indígena Apyterewa.

Perante o exame do caso de Dakota do Sul, nota-se o uso da terra indígena como parte territorial de um sistema rotativo de produção de pecuária de corte. No caso de Dakota do Sul, inúmeros foram os *cowboys*, registrados pela historiografia estadunidense enriquecidos com a invasão das terras Dakota e a formação de pastos, inclusive o “maior do mundo”. Da mesma forma há *cowboys* em São Félix do Xingu para quem os movimentos costumam ir em direção de se tornarem “o maior do mundo”. Corporações financeiras, ou, metaforicamente, *os cowboys de Wall Street* inseriram Dakota do Sul, e no caso o objeto deste estudo, o Município, em novas redes de fluxo de capital.

Embora o Município localizado no Estado do Pará, encontre-se articulado de modo independente a uma rede de cidades. Com destaque para Goiânia (GO) e Palmas (TO), que mantém um fluxo de comunicação, migrantes, mercadorias e capitais com São Félix do Xingu. Entre os maiores proprietários de terras, além daqueles de origem dos estados das capitais acima mencionadas, se juntam grupos cuja sede no Rio de Janeiro, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. E, ainda que neste caso, não se tratando de indivíduos, mas, de grupos

de capital aberto em que a origem do dinheiro diluída faz com que a localização das sedes não necessariamente indique uma fixação.

Territórios contíguos, ainda que localizados na Amazônia Oriental, Altamira e São Félix do Xingu possuem extensão só equiparadas a municípios da Amazônia Ocidental localizados na fronteira com países da *Cuenca Amazônica*. O que deve haver de peculiar comparando aos demais municípios na lista de maior extensão territorial do Brasil é que São Félix não se encontra, portanto, na borda, mas no centro. Isto é, na posição geográfica coronária do país, entre a Amazônia e o Centro-Oeste brasileiro. Com acesso ao Centro-Sul via malha rodoviária, além da comunicação hidroviária com a Amazônia, sua localização é estratégica para a aviação aérea tanto para os países da Pan-Amazônia quanto para a porção continental do país.

Tendo em vista as condições físico-jurídicas específicas, o papel na distribuição internacional no mercado da carne bovina desempenhado pelo Município, utilizando a metáfora, deve ser o de “paraíso”. Paraíso terreno, que ao contrário de fluxos abstratos do dinheiro, viabiliza operações territorialmente concretas, pois a sua tradição não é a oferta de serviços bancários, como em outras jurisdições especializadas nesse mesmo papel, mas, do uso da terra, ali originariamente, chamada de “giro” da pecuária.

Ao contrário de figurações como a de um exótico “Brasil profundo”, o estudo geoeconômico de São Félix do Xingu na atualidade levou ao seu espelhamento com o Brasil. Se antes o Município é então figurado a partir do escândalo do desmatamento, agora a sua participação protagonista em uma atividade que é pilar da economia brasileira contemporânea leva a concluir que o Município deixou de ser exceção, uma vez que ele reflete a economia e a política nacional, o Município deve ter se tornado a regra.

Como visto acima, a partir de 2019 foi identificado um novo padrão de desmatamento consolidado nos últimos anos, tratando-se de sistemas abertos, ligado a uma atuação complexa operada através de uma extensa rede de fluxos comerciais, de informações e de capital. A partir dos dados, podemos identificar, um padrão marcado primeiro por grandes aberturas, depois por pequenas, e novamente a partir de 2018-2019 um retorno das grandes aberturas. E na configuração atual das grandes aberturas, a dinâmica de operações não ocorre de forma isolada, mas em rede, ultrapassando a escala local, como visto. E então o que deve permanecer, diante do quadro de atualizações envolvendo o desmatamento no município da Amazônia Legal? A estrutura agrária.

Ainda que tenha havido ações de políticas públicas voltadas para a conservação da natureza, como a criação de um corredor de áreas protegidas. Por outro lado, nesse mesmo

período formaram-se no município, propriedades cuja extensão também é recordista no Brasil. Paralelo à concentração fundiária no município, houve um *boom* de surgimento de núcleos de urbanização. Como visto, a urbanização nesse contexto da Amazônia compõem o par dialético da concentração de terras, e por isso deve ser o que também se encontra na estrutura desses novos padrões de desmatamento. Pois assim como percebeu Oliveira (2016, p. 27), este estudo confirma que a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório de formação da estrutura fundiária brasileira.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 1996. 319 p.
- ACKER, A. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p.13-33 - 2014
- ALLINGTON, Thomas B. Farming as a Tax Shelter. *South Dakota Law Rev.*, v. 14, p. 181, 1969.
- ALMEIDA, L. Folha. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/amazonia-sob-bolsonaro/renascer-para-quem/desmate-invasoes-e-garimpo-se-alastram-por-terras-indigenas-perto-do-rio-xingu.shtml>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.
- ANDRADE JR., J. R. P. Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa: Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2020, 317 p.
- AVENTUREIROS DO AR. Aventureirosdoar44. Disponível em: <http://aventureirosdoar44.blogspot.com/2010_04_04_archive.html>. Acesso em: 21 de maio de 2023.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 233 p.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998.
- BERRY, R. L., "Some Corporations that Own Farm and Ranch Land in South Dakota" (1969). *Agricultural Experiment Station Agricultural Economics Pamphlets*. 141. Disponível em: http://openprairie.sdstate.edu/agexperimentsta_ageconomics/141
- BRASIL, Decreto nº 51029 de 25/06/1961 / PE - Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/80789-cria-a-reserva-florestal-de-gorotire-e-du-outras-providencias.html>. Acesso em: junho de 2023.
- CANUTO, A. Resistência e luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense. São Paulo: Outras Expressões, 2019, 365 p.
- CARDOSO, N. V. *Quando a terra é dinheiro, a natureza é território: uma investigação histórico-geográfica de povos indígenas no Médio Xingu, 1950-1980*. Dissertação (mestrado) defendida no Programa de pós-graduação em Geografia da UERJ, 16 junho de 2018.
- CASTRO, E. R; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. *Papers do NAEA*, n. 180, 2004.

CORAGGIO, J. L. *Territorios em Transición; crítica de la planificación regional em América Latina*. Quito: Ciudad, 1987, 281 p.

DALLA-NORA, E. L. et al. Why have land use change models for the Amazon failed to capture the amount of deforestation over the last decade?. *Land use policy*, v. 39, 2014, p. 403-411.

DAVIS, S. H. *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 208 p.

DAVENPORT, C. Farm Losses under the Tax Reform Act of 1969: Keepin' 'Em Haply Down on the Farm. *BC Indus. and Com. L. Rev.*, v. 12, p. 319, 1970.

DUAYER, M. Marx: el método de la economía política como crítica ontológica. *Revista eleuthera*, v. 21, 2019, p. 91-105.

_____. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação. *Margem Esquerda*, v. 24, p. 87-110, 2015.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968, 275 p.

FAUSTO, C. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parakan%C3%A3> Acesso em: 25 de maio de 2023.

FAUSTO, C. *Relatório do GT para Estudos Complementares sobre a T. I. Apyterewa*. Brasília: FUNAI. 1996. Relatório Técnico.

_____. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 587 p.

FERNANDES, M. R. A formação dos paraísos fiscais e as características que determinam seu sucesso econômico offshore. Dissertação (mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC. Florianópolis, 2019, 137 p.

FSI, Financial Secrecy Index. Methodology, maio de 2022. Disponível em: <https://fsi.taxjustice.net/fsi2022/methodology.pdf>. Acesso em: jun. de 2023.

GALAZ, V. et al. Tax havens and global environmental degradation. *Nature ecology & evolution*, v. 2, n. 9, 2018, p. 1352-1357.

GEIGER, P. P. Organização Regional do Brasil. *Revista Geográfica*, n. 61, 1964, p. 25-57.

GEORGE, P. Problemas, Doutrina e Método. In: GEORGE, P.; RAYMOND, G.; LACOSTE, Y.; KAISER, B. *A Geografia Ativa*. 5º Ed. São Paulo: Editora Difusão Editorial S.A., 1980, 354 p.

GREENBERG, M. Cattle and Taxes under the 1969 Tax Reform Act. *Rev. UCLA L.*, v. 17, 1969, 1251 p.

GIRODOBOI. Girodoboí. Disponível em:

<<https://girodoboi.canalrural.com.br/pecuaria/novo-boitel-atendera-regiao-com-cerca-de-oito-milhoes-de-cabecas-no-para/>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

GROGAN, J.; BARRETO, P.; VERÍSSIMO, A. *Mogno na Amazônia Brasileira: Ecologia e Perspectivas de Manejo*. Belém: Imazon, 2002, 40 p.

IRACEMA uma transa amazônica. Direção de Jorge Bodanzky & Orlando Senna. Rio de Janeiro: Stop Film, 1975. P&B

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultura, 1985, 418 p.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, 788 p.

MPF. *Caso Fazenda Brasil Verde, 2017*. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/entenda-o-caso-_fazenda-brasil-verde.pdf. Acesso em: junho de 2023.

MACHADO, L. O. *Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)*, 2011.

_____. *Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. Cadernos ippur*, v. 13, n. 1, 1999, p. 109-138.

MACHADO, M. S. *A Territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói. R. bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 56 (1/4), 1994, p. 135 - 164.

MACEDO, M. R.; DARNET, L. A. F.; ET ALL. *Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Revista Nera, Presidente Prudente*, n° 22, 2013, p. 96.

_____. *Uma nova configuração espacial do desmatamento nos municípios do Estado do Pará. In: ROCHA, Gilberto Miranda. Município e território*. Belém: NUMA/UFPA, 2011, 310 p.

MELLO, N. A. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006, 412 p.

MILLS, T. H.; POSEY, C. L.; ANDERSON, D. C. *Stock market reactions to the Tax Reform Act of 1986: An analysis of the agribusiness industry. Public Finance Quarterly*, v. 22, n. 2, 1994, p. 222-238.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. São Paulo: ABRA/FES Brasil, 2021

MOREIRA, R. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2 Ed., 1º reimpr. São Paulo: Contexto, 2013, 188 p.

MORTON, C. Socioambiental, 1988. Disponível em: <https://img.socioambiental.org>
Acesso em: 21 de maio de 2023.

NOGUEIRA, C. E. O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. Tese (doutorado) defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. São Paulo, 2013

OLIVEIRA, A. U. A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 530 p.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, B. Socioambiental. Disponível em:
<https://img.socioambiental.org/v/publico/arara/> . Acesso em: 16 de maio de 2023.

ROSCIGNO, V. et al. Legitimation, state repression, and the Sioux massacre at Wounded Knee. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 20, n. 1, 2015, p. 17-40.

ROOSEVELT, T. *Nas selvas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, 366 p.

SAIDLER, M. F. S. As (in) constâncias da urbe selvagem. 2015. Tese (Doutorado) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, 509 p.

SALGADO, S. MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/17/17-de-abril-marco-da-luta-camponesa-apos-26-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

SANDERSON, N. “We were all trespassers”: George Edward Lemmon, Anglo American cattle ranching, and the Great Sioux Reservation. *Agric Hist.* v. 85. nº 1, 2011, p.50-71.

SANTOS, B. A. Acervo pessoal, 1967 - 1989.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. Ed. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, 384 p.

SILVA, A. C. Ontologia analítica: Teoria e Método. *Terra Livre*. São Paulo, nº 9, 1991, p. 129-133.

_____. A Aparência, o Ser e a Forma (Geografia e Método). *GEOgraphia*, nº 9, 2000, p. 07-25.

SILVEIRA, M. L. Uma situação Geográfica: Do Método à Metodologia. *Território*, São Paulo, ano iv, n. 6, 1999.

SOUZA, M. B. et al. Dinâmica de uso e cobertura da terra no município de São Félix do Xingu, Estado do Pará, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, 2020, p. e4889108791- e4889108791.

OLIVEIRA, J. P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, 384 p.

_____. A Nação Tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, v. 27, 2021.

OLIVEIRA, G.; CHEN, J. M.; MATAVELI G.A.V.; CHAVES, M. E. D.; SEIXAS, H.T.; CARDOZO, F. S., SHIMABUKURO, Y. E, HE, L.; STARK, S. C.; SANTTOS, C. A. C. Rapid Recent Deforestation Incursion in a Vulnerable Indigenous Land in the Brazilian Amazon and Fire-Driven Emissions of Fine Particulate Aerosol Pollutants. *Forests*. Basel, n° 11, p. 1-18. 2020.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, ano ii, n°3, 2008, p. 59 - 83.

VEJA, R. Revista Veja, 31 de março de 1971, Edição número 134, p. 50-51.

WEIHS, W. Reprodução. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/volkswagen-do-brasil-encara-seu-passado-sombrio-na-amaz%C3%B4nia/a-62116804>. Acesso em: jun. 2022.

WIKIMEDIA, Wikimedia Commons. Disponível em: https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fupload.wikimedia.org%2Fwikipedia%2Fcommons%2F4%2F45%2F%2522Deadwood_in_1876.%2522_General_view_of_the_Dakota_Territory_gold_rush_town_from_a_hillside_above._By_S._J._Morrow_-_NARA_-_533172.jpg&tbnid=xgKhLRhuAdJ_kM&vet=12ahUKEwjf5uuF4pmEaxVggpUCHdrnBD4QMygBegQIARBL..i&imgrefurl=https%3A%2F%2Fcommons.wikimedia.org%2Fwiki%2FFile%3A%2522Deadwood_in_1876.%2522_General_view_of_the_Dakota_Territory_gold_rush_town_from_a_hillside_above._By_S._J._Morrow_-_NARA_-_533172.jpg&docid=Vk4GX7SmQ4imPM&w=2578&h=3000&q=deadwood%20wikipedia%201876&ved=2ahUKEwjf5uuF4pmEaxVggpUCHdrnBD4QMygBegQIARBL. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

WIKIPÉDIA. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Wounded_Knee#/media/Ficheiro:Soldiers_at_a_burial_for_the_dead_at_Wounded_Knee,_South_Dakota,_c._1891.jpg. Acesso em: janeiro de 2023.